

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Relatório de Gestão

Exercício 2017



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

VITÓRIA
2018

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Ordinárias Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Decisão Normativa TCU nº 161/2017; Portaria TCU nº 90/2014 e nº 59/2017.

Vitória, Março de 2018

Reitoria do Ifes

Reitor

Jadir Jose Pela

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Lezi José Ferreira

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Luciano De Oliveira Toledo

Pró-Reitora de Ensino

Adriana Piontkovsky Barcellos

Pró-Reitor de Extensão

Renato Tannure Rota de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero Da Silva

Diretores Gerais

Diretor-Geral do Campus de Alegre
Maria Valdete dos Santos Tannure

Diretor-Geral do Campus Aracruz
Leandro Bitti Santa Anna

Diretor de Implantação do Campus Barra de São Francisco
José Alexandre de Souza Gadioli

Diretor-Geral do Campus Cachoeiro de Itapemirim
Edson Maciel Peixoto

Diretor-Geral do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor
Vanessa Battestin Nunes

Diretor de Implantação do Campus Centro-Serrano
Wagner Poltroniere Entringer

Diretor-Geral do Campus Cariacica
Lodovico Ortlieb Faria

Diretor-Geral do Campus Colatina
Octavio Cavalari Junior

Diretor-Geral do Campus Guarapari
Gibson Dall'orto Muniz Da Silva

Diretor-Geral do Campus Ibatiba
Eglon Rhuan Salazar Guimarães

Diretor-Geral do Campus Itapina
Fábio Lyrio Santos

Diretor-Geral do Campus Linhares
Sandra Mara Mendes Da Silva Bassani

Diretor de Implantação do Campus Montanha
André dos Santos Sampaio

Diretor-Geral do Campus Nova Venécia
Anderson Rozeno Bozzetti Batista

Diretor-Geral do Campus Piúma
Marcelo Fanttini Polese

Diretor-Geral do Campus Santa Teresa
Walkyria Barcelos Sperandio

Diretor-Geral do Campus São Mateus
Aloísio Ramos Da Paixão

Diretor-Geral do Campus Serra
José Geraldo Orlandi

Diretor-Geral do Campus Venda Nova
Aloísio Carnielli

Diretor de Implantação do Campus Viana
Edna dos Reis

Diretor-Geral do Campus Vila Velha
Diemerson Saquetto

Diretor-Geral do Campus Vitória
Hudson Luiz Côgo

Consolidação dos dados

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Planejamento

LISTA DE SIGLAS ABREVIÇÕES E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
ABEU – Associação Brasileira de Editoras Univesritárias
AEE – Atendimento Educacional Especializado
APISFRUT – Rede de Apicultura do Espírito Santo
ASJUR – Assessoria Jurídica
ATAE – Indicador Relação de Aluno/Técnico-administrativo
AUDIN – Auditoria Interna
BI – *Business Intelligence*
BPM – *Business Process Management*
BSC – *Balanced Score Card*
CADIN – Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
CEFOR – Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
CGAEX – Coordenação Geral de Ações de Extensão
CGGP – Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas
CGPS – Coordenadoria Geral de Processo Seletivo
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIAPAE – Comissões Internas de Acompanhamento da Política de Assistência Estudantil
CIS – Comissão Interna de Supervisão
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAAC – Cooperativa Agroindustrial de Acioli
COBIT – *Control Objectives for Information and related Technology*
CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo
CONAC – Congresso Nacional do Conhecimento
CONCEFOR – Congresso Regional de Formação e Educação a Distância
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONNEPI – Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPFCOL – Centro Prisional Feminino de Colatina

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPG – Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação
CS – Conselho Superior
CVS – Indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINER – Doutorado Interinstitucional
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU – Diário Oficial da União
DPLA – Diretoria de Planejamento
DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-OUV – Sistema de Ouvidorias Públicas
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
EaD – Educação à Distância
EAE – Indicador Eficácia das Ações de Extensão
EAP – Estrutura Analítica do Projeto
EDIFES – Editora do Instituto Federal do Espírito Santo
EDUCIMAT – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática
EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ERP – *Enterprise Resource Planning*
ESR – Escola Superior de Redes
ESUD – Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância
FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FEPAD – Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente
FGP – Fórum de Gestão Pedagógica
FIC - Formação Inicial Continuada
FIEC – Fórum de Integração Escola-Empresa-Comunidade
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
FORGRAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação
FTI – Fórum de Tecnologia da Informação
FUCAPE – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
GCI – Indicador Gasto com Investimento
GCP – Indicador Gastos com Pessoal
GEDOC – Sistema de Gestão e Geração de Documentos

GID – Gratificação de Incentivo à Docência
GLPI – *Gestionnaire Libre de Parc Informatique*
GOC – Indicador Gastos com Outros Custeios
GP – Gerenciamento de Projetos
GT – Grupo de Trabalho
GUT – Gravidade, Urgência e Tendência
IC – Intervalo de Confiança
ICT – Instituições Científicas e Tecnológicas
IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo
IES – Instituição de Ensino Superior
IFAL – Instituto Federal de Alagoas
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IMT – Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho – Cursos Técnicos
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo
INTROCOMP – Introdução à Computação – Programação de Computadores
ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
JACITEC – Jornada Acadêmica de Ciência, Tecnologia e Cultura
LEDS – Laboratório de Educação em Desenvolvimento de Soluções
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
MP – Ministério Público
MRF – Indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita
NAC – Núcleo de Arte e Cultura
NAPI – Núcleos de Propriedade Intelectual e Apoio à Inovação
NAPNE – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NEA – Núcleo de Educação Ambiental
NEASES – Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica do Sul do Espírito Santo
NI – Núcleo Incubador
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NIVIX – Núcleo Incubador do Campus Vitória

NPRO – Índice de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas
OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática e Português
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONG – Organização Não-Governamental
ONHB – Olimpíada Nacional em História do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Índice de Pesquisa Aplicada
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAEX – Programa de Apoio à Extensão
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico
PEAMA – Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica
PEGA – Projeto de Extensão em Gestão Agropecuária
PEI – Plano Estratégico Institucional
PEPAC – Programa Permanente de Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Ambientes Costeiros e Marinhos Capixabas
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGLS – Plano de Gestão da Logística Sustentável
PI – Indicador de Propriedade Intelectual
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-AF – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIBIC-JR – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIP – Procedimento de Instrução Preliminar
PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PIVITI – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PMBOK – *Project Management Book of Knowledge*
PMI – *Project Management Institute*
PMMM – *Project Management Maturity Model*
PMO – *Project Management Office*
PNE – Plano Nacional de Educação
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPA – Plano Plurianual
PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Orçamento
PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRODIF – Programa Institucional de Difusão Científica
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Proflestras – Mestrado Profissional em Letras
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PUBD – Índice de Publicação de Docentes
QD – Quadro de Distribuição
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCV – Indicador Relação Candidato/Vaga
REDITEC – Reunião de Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica
RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RNP – Rede Nacional de Pesquisas
RPP – Requisição para Pagamento por Precatório
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SECIM – Simpósio em Educação em Ciências e Matemática
SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República
SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo
SEDU – Secretaria de Educação
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Serviço de Informações ao Cidadão
SIG – Sistemas Integrados de Gestão
SiGI – Simulação Geopolítica do Ifes
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINDUSCON/ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo
SINTEC – Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio

SINTRACONST/ES – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil

SISP – Sistema de Informatização e Simplificação de Processos

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SM – São Mateus

SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União

SPTC – Superintendência de Polícia Técnico-científica

SRC – Sistema de Registro de Certificados

SRP – Sistema de Registro de Preços

SWOT – *Strength, Weakness, Opportunities and Threats*

TAE – Técnico Administrativo em Educação

TAED – Indicador Técnico-administrativo/Docente

TCC – Tese de Conclusão de Curso

TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

TCU – Tribunal de Contas da União

TDR – Técnicas de Redação

TI – Tecnologia da Informação

TRF – Tribunal Regional Federal

TTAE – Titulação dos Técnicos Administrativos em Educação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UASG – Unidade Administrativa de Serviços Gerais

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG – Unidade de Gestão

UGE – Unidade Gestora Executora

UJ – Unidade Jurídica

UNIREDE – Universidade em Rede

UO – Unidade Orçamentária

VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado

VNI – Venda Nova do Imigrante

VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas

WFCP – *World Federation of Colleges and Polytechnics*

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Informações sobre a realização das receitas ano 2017.....	76
Tabela 3.2: Cálculo do índice de gastos correntes por aluno.....	89
Tabela 3.3: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita.....	95
Tabela 3.4: Pontuação dos campi no indicador Verticalização do ensino.....	100
Tabela 3.5: Série histórica do indicador Publicação de Docentes.....	104
Tabela 3.6: Série histórica do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas.....	107
Tabela 3.7: Série histórica do indicador Pesquisa Aplicada.....	110
Tabela 3.8: Eficácia por campi das ações de extensão.....	113
Tabela 3.9: Quantitativo do indicador Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho.....	116
Tabela 3.10: Quantitativo do indicador Titulação Técnico-Administrativo.....	118
Tabela 3.11: Quantitativo do indicador Titulação Técnico-Administrativo.....	119
Tabela 3.12: Quantitativo do indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor.....	121
Tabela 3.13: Quantitativo do indicador Aluno/Técnico-Administrativo – ATAE.....	123
Tabela 3.14: Quantitativo do indicador Técnico-Administrativo/Docente.....	126
Tabela 5.1: Quantitativo de servidores - campi Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco e Cachoeiro de Itapemirim.....	137
Tabela 5.2: Quantitativo de servidores - campi Ibatiba, Itapina, Linhares e Nova Venécia.....	138
Tabela 5.3: Quantitativo de servidores - campi Montanha, Piúma, Santa Teresa e São Mateus.....	139
Tabela 5.4: Quantitativo de servidores - campi Serra, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha.....	140
Tabela 5.5: Quantitativo de servidores - campi Vitória, Reitoria e Viana.....	141
Tabela 5.6: Atendimentos desde o início do programa de acolhimento psicossocial aos candidatos no admissional.....	147
Tabela 5.7: Imóveis locados de terceiros pelo Ifes - Reitoria.....	198
Tabela 5.8: Investimentos em bens e serviços de TI para o biênio 2017/2018.....	203
Tabela 6.1: Artigos mais acessados no site institucional no ano de 2017 (dados de 2/1/18).....	224
Tabela 6.2: Editais de 2017 com mais acessos.....	225
Tabela 6.3: Quantidade de tweets e alcance a cada mês.....	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da UJ.....	23
Quadro 2: Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas e outras normas.....	26
Quadro 3: Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor).....	27
Quadro 4: Informações sobre subunidades estratégicas.....	34
Quadro 5: Macroprocessos finalísticos de atividades essenciais.....	46
Quadro 6: Macroprocessos finalísticos de atividades de apoio.....	47
Quadro 7: Projetos estratégicos com gestão nos campi.....	49
Quadro 8: Projetos estratégicos com gestão na Reitoria.....	50
Quadro 9: Relação dos projetos em execução em 2017.....	61
Quadro 10: Relação entre os projetos e as regimentações norteadoras do Ifes.....	63
Quadro 11: Ação: Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.....	65
Quadro 12: Ação: Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.....	66
Quadro 13: Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.....	67
Quadro 14: Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	68
Quadro 15: Ação: Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	68
Quadro 16: Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	69
Quadro 17: Ação: Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos.....	70
Quadro 18: Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	71
Quadro 19: Ação: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.....	72
Quadro 20: Restos a pagar de exercícios anteriores (Valores em R\$ 1,00).....	73
Quadro 21: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos no exercício de 2017.....	74
Quadro 22: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	74
Quadro 23: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	77
Quadro 24: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	77
Quadro 25: Concessão de suprimento de fundos.....	79
Quadro 26: Utilização de suprimento de fundos.....	79
Quadro 27: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	81
Quadro 28: Descrição do indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes.....	82
Quadro 29: Descrição do indicador Retenção do Fluxo Escolar.....	83
Quadro 30: Descrição do indicador Relação de Concluintes por Matrícula Atendida.....	84
Quadro 31: Descrição do indicador Titulação dos Docentes.....	86
Quadro 32: Descrição do indicador Aluno por Docente em Tempo Integral.....	87
Quadro 33: Descrição do indicador Gasto Corrente por Aluno.....	88
Quadro 34: Descrição do indicador Candidato Vaga – Alunos.....	89
Quadro 35: Descrição do indicador Ingressos por Matrícula Atendida.....	90

Quadro 36: Descrição do indicador Gastos com Pessoal.....	92
Quadro 37: Descrição do indicador Gastos com Outros Custeios.....	93
Quadro 38: Descrição do indicador Gasto com Investimento.....	94
Quadro 39: Descrição do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita.....	95
Quadro 40: Descrição do indicador Verticalização do ensino.....	99
Quadro 41: Descrição do indicador Publicação de Docentes.....	103
Quadro 42: Descrição do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas.....	106
Quadro 43: Descrição do indicador Pesquisa Aplicada.....	108
Quadro 44: Descrição do indicador Eficácias das ações de extensão.....	112
Quadro 45: Descrição do indicador Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho.....	115
Quadro 46: Descrição do indicador Titulação Técnico-administrativo.....	117
Quadro 47: Descrição do indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor.....	120
Quadro 48: Descrição do indicador Aluno/Técnico-administrativo – ATAE.....	122
Quadro 49: Descrição do indicador Técnico-administrativo/Docente.....	125
Quadro 50: Força de Trabalho da UPC.....	150
Quadro 51: Distribuição da Lotação Efetiva.....	150
Quadro 52: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	150
Quadro 53: Despesas do pessoal.....	152
Quadro 54: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	156
Quadro 55: Descrição de veículo oficial - HB20S - Campus Barra de São Francisco.....	158
Quadro 56: Descrição de veículo oficial - Frontier - Campus Barra de São Francisco.....	158
Quadro 57: Descrição de veículo oficial - Hilux - Campus Barra de São Francisco.....	159
Quadro 58: Custos associados à manutenção da frota - Campus Barra de São Francisco.....	159
Quadro 59: Descrição dos veículos de transporte institucional do campus Linhares.....	165
Quadro 60: Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos - Campus Linhares.....	165
Quadro 61: Quantidade de veículos e descrição - Campus São Mateus.....	170
Quadro 62: Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos - Campus São Mateus.....	170
Quadro 63: Custos associados à manutenção da frota: - Campus São Mateus.....	171
Quadro 64: Distribuição geográfica dos imóveis da União.....	179
Quadro 65: Despesas com manutenção e qualidade dos registros contábeis dos imóveis.....	180
Quadro 66: Cessão de imóvel do campus Alegre – RIP 5603.00010.500-7.....	180
Quadro 67: Cessão de imóvel do campus Cachoeiro de Itapemirim.....	181
Quadro 68: Cessão de imóvel do campus Centro-Serrano.....	182
Quadro 69: Cessão de imóvel do campus Centro-Serrano - RIP.....	183
Quadro 70: Cessão de imóvel do campus Colatina – RIP 5629.00029-500-4.....	184
Quadro 71: Cessão de imóvel do campus Guarapari – RIP 5647.00017.500-7.....	184
Quadro 72: Cessão de imóvel do campus Ibatiba – RIP 5709.00021.500-2.....	185
Quadro 73: Cessão de imóvel do campus Linhares – RIP 5663.00051.500-4.....	187
Quadro 74: Cessão de imóvel do campus Montanha – RIP 5669.00006.500-8.....	187
Quadro 75: Cessão de imóvel do campus Montanha – RIP 5669.00006.500-8.....	188

Quadro 76: Cessão de imóvel do Campus Piúma - RIP 5683.00003.500-7.....	189
Quadro 77: Cessão de imóvel do campus Santa Teresa – RIP 56100139500-8.....	190
Quadro 78: Cessão de imóvel do campus São Mateus – RIP 5697.00036.500-7.....	191
Quadro 79: Cessão de imóvel do campus Serra - RIP 5629.00009.500.-6.....	192
Quadro 80: Cessão de imóvel do campus Serra.....	193
Quadro 81: Cessão de imóvel do campus Venda Nova do Imigrante – RIP 5729.00005.500-0.....	193
Quadro 82: Cessão de imóvel do campus Vitória – RIP 5705.00216.500-0.....	195
Quadro 83: Cessão de imóvel do campus Vitória – RIP 5705.00216.500-0.....	196
Quadro 84: Cessão de imóvel do campus Vitória – RIP 5705.00216.500-0.....	197
Quadro 85: Imóveis locados de terceiros pelo Ifes - Cefor.....	198
Quadro 86: Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	199
Quadro 87: Critérios de Priorização da Matriz GUT.....	203
Quadro 88: Força de Trabalho em TI.....	207
Quadro 89: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Alegre.....	209
Quadro 90: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Cachoeiro de Itapemirim.....	210
Quadro 91: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Cariacica.....	211
Quadro 92: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Guarapari.....	212
Quadro 93: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Montanha.....	215
Quadro 94: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Piúma.....	216
Quadro 95: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus São Mateus.....	218
Quadro 96: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Serra.....	220
Quadro 97: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Venda Nova do Imigrante.....	220
Quadro 98: Aspectos da Gestão Ambiental - Campus Vila Velha.....	222
Quadro 99: Transmissões ao vivo do processo eleitoral em 2017 pelo Youtube.....	233
Quadro 100: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	275
Quadro 101: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	275
Quadro 102: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	276
Quadro 103: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	276
Quadro 104: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	277
Quadro 105: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	278
Quadro 106: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	278
Quadro 107: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	279
Quadro 108: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	279
Quadro 109: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	280
Quadro 110: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	281
Quadro 111: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	282
Quadro 112: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-021.691/2013-4.....	283
Quadro 113: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	284
Quadro 114: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	286
Quadro 115: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	286

Quadro 116: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	287
Quadro 117: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	288
Quadro 118: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	288
Quadro 119: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	289
Quadro 120: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	290
Quadro 121: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	290
Quadro 122: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	296
Quadro 123: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	299
Quadro 124: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	300
Quadro 125: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	301
Quadro 126: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	303
Quadro 127: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	304
Quadro 128: Caracterização da determinação/recomendação do TCU - TC-019.880/2014-6.....	305
Quadro 129: Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	307
Quadro 130: Despesas com publicidade.....	311

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série histórica do indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes.....	82
Gráfico 2: Série histórica do indicador Retenção do Fluxo Escolar.....	84
Gráfico 3: Série histórica do indicador Relação de Concluintes por Matrícula Atendida.....	85
Gráfico 4: Série histórica do indicador Titulação dos Docentes.....	86
Gráfico 5: Série histórica do indicador Aluno por Docente em Tempo Integral.....	87
Gráfico 6: Série histórica do indicador Gasto Corrente por Aluno.....	89
Gráfico 7: Série histórica do indicador Candidato Vaga – Alunos.....	90
Gráfico 8: Série histórica do indicador Ingressos por Matrícula Atendida.....	91
Gráfico 9: Série histórica do indicador Gastos com Pessoal.....	92
Gráfico 10: Série histórica do indicador Gastos com Outros Custeios.....	93
Gráfico 11: Série histórica do indicador Gasto com Investimento.....	94
Gráfico 12: Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2017.....	98
Gráfico 13: Número de campi por nível de escolaridade no indicador Verticalização do ensino.....	101
Gráfico 14: Pontuação de verificação por campi e Ifes.....	102
Gráfico 15: Série histórica do indicador Publicação de Docentes.....	105
Gráfico 16: Série histórica do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas.....	108
Gráfico 17: Série histórica do indicador Pesquisa Aplicada.....	111
Gráfico 18: Eficácia das ações de extensão.....	114
Gráfico 19: Indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor.....	121
Gráfico 20: Quantitativo do indicador Aluno/Técnico-Administrativo – ATAE.....	124
Gráfico 21: Quantitativo do indicador Técnico-Administrativo/Docente.....	126
Gráfico 22: Comparativo de curtidas do Ifes com outras IF's.....	228
Gráfico 23: Quantidade de seguidores no Twiter em comparação a outros institutos.....	230
Gráfico 24: Faixa etária e gênero do público principal no Instagram.....	231
Gráfico 25: Quantidade de seguidores no Instagram em comparação aos outros institutos.....	232
Gráfico 26: Comparativo entre faixas etárias em quantidade de visualizações ao canal no Youtube.....	232
Gráfico 27: Quantidade de seguidores no Youtube em comparação com outros institutos.....	233
Gráfico 28: Impressões de postagens ao longo de 2017 no LinkedIn.....	234

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: Mapa Estratégico do Ifes - 2014-2018.....	30
Figura 2.2: Organograma da Reitoria.....	37
Figura 2.3: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.....	38
Figura 2.4: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão.....	39
Figura 2.5: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	40
Figura 2.6: Organograma de Ensino.....	41
Figura 2.7: Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento.....	42
Figura 2.8: Organograma dos campi.....	43
Figura 2.9: Organograma do Polo de Inovação.....	44
Figura 2.10: Organograma do Cefor.....	45
Figura 3.1: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2012 a 2013.....	96
Figura 3.2: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2014 a 2016.....	97
Figura 6.1: Total de seguidores no Facebook.....	226
Figura 6.2: Número de pessoas alcançadas e fãs no Facebook.....	226
Figura 6.3: Alcance das publicações no Facebook.....	227
Figura 6.4: Número de comentários no Facebook.....	227
Figura 6.5: Número de "reações" no Facebook.....	228
Figura 6.6: Perfil de seguidores no Twitter.....	229

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS ABREVIACÕES E SIGLAS.....	7
1. APRESENTAÇÃO.....	23
1.1 Introdução.....	23
2. VISÃO GERAL.....	26
2.1 Finalidade e Competências.....	26
2.2 Breve histórico.....	27
2.3 Ambiente de atuação.....	27
2.4 Oportunidades e ameaças.....	28
2.5 Mapa estratégico do Ifes.....	28
2.6 Objetivos Estatutários.....	31
2.7 Principais parceiros.....	31
2.8 Organograma.....	32
2.9 Macroprocessos finalísticos.....	46
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	48
3.1 Planejamento Organizacional.....	48
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do negócio.....	48
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	49
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	56
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	64
3.3 Desempenho orçamentário.....	65
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	65
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	72
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	72
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	73
3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	74
3.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	75
3.3.7 Informações sobre a realização das receitas.....	76
3.3.8 Informações sobre a execução das despesas.....	77
3.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	79
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	80
3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	81
3.4.2 Apresentação e análise dos indicadores provenientes do planejamento estratégico institucional.....	99
3.4.3 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	127
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	128
4.1 Descrição das estruturas de governança.....	128

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	130
4.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec.....	133
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	133
4.4 Gestão de riscos e controles internos.....	135
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	136
5.1 Gestão de pessoas.....	136
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	149
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	151
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	154
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	154
5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnico com organismos internacionais.....	157
5.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura.....	157
5.2.1 Gestão da frota de veículos.....	157
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	176
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	179
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	180
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	198
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	199
5.3 Gestão da tecnologia da informação.....	202
5.3.1 Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI.....	202
5.3.2 Levantamento das Necessidades e Projetos.....	202
5.3.3 Critérios de Priorização.....	203
5.3.4 Necessidades Identificadas.....	203
5.3.5 Comitê Gestor de TI.....	204
5.3.6 Principais sistemas de informações.....	204
5.3.7 Plano de Capacitação em TI.....	206
5.3.8 Força de Trabalho em TI.....	207
5.3.9 Processo de Gerenciamento de Serviços em TI.....	207
5.3.10 Projetos de TI.....	207
5.3.11 Dependência Tecnológica de Empresas Terceirizadas.....	208
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	208
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	224
6.1 Canais de acesso do cidadão.....	224
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	234
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	234
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	235
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	235

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	236
7.1 Desempenho financeiro no exercício.....	236
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	236
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	236
7.4 Demonstrações contábeis 4.320/64 e notas explicativas.....	237
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLES.....	275
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	275
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	307
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por dano ao Erário.....	307
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	307
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	311
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	311
8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	312
9. ANEXOS.....	314
9.1 Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna.....	314
9.2 Relatório de instância ou área de correição.....	319
9.3 Declarações de integridade.....	320
9.3.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	320
9.3.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	321
9.3.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	322
9.3.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	323
9.3.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	324
9.3.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	325
9.3.7 Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	326
10. APÊNDICES.....	330
10.1 Apêndice I – Tabelas de Ações Relacionadas ao Ifes Cidadania.....	330

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

O presente relatório tem como principais objetivos a prestação de contas anual realizada junto aos órgãos fiscalizadores e a apresentação de informações que contemplem a análise da gestão do Instituto Federal do Espírito Santo e a sua atuação estratégica para o cumprimento das metas.

Neste relatório, estão contemplados os quadros obrigatórios instituídos pelo TCU, que têm como pontos fortes dados de ordem financeira, orçamentária, controle de pessoal, tecnologia da informação, mecanismos de controle interno e auditoria, sendo a organização dos conteúdos efetivada de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Decisão Normativa TCU nº 161/2017; Portaria TCU nº 90/2014 e nº 59/2017.

Foram introduzidos tabelas e gráficos dos indicadores de gestão e análises críticas referentes aos indicadores obrigatórios do TCU e do planejamento estratégico institucional. O uso desse conjunto de indicadores tornam a gestão do Ifes mais profissional tendo como base as evoluções históricas e o estabelecimento de metas para o alcance de seus objetivos estratégicos.

Para o ano de 2017 os dados dos indicadores de desempenho, Acórdão TCU n.º 2.267/2005, foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), nos termos da Portaria SETEC nº 01/2018 e conforme o cronograma estipulado pelo Ofício-Circular nº 4/2018/GAB/SETEC/SETEC-MEC. O curto interstício entre a disponibilização dos indicadores de desempenho na PNP e a data para a postagem da prestação de contas no TCU, inviabilizou ritos internos de avaliação do Relatório de Gestão 2017. A apresentação do documento no Colegiado de Dirigentes ficará postergada, e será feita em um novo formato com foco elucidativo nos itens prementes analisados. Está prevista a etapa de aprovação no Conselho Superior do Ifes para o dia 06/04/2018, data viabilizada devido ao supracitado problema do prazo, e seu resultado será devidamente oficiado ao TCU.

Desta forma, o Instituto traz à sociedade transparência das ações, contribuindo para a profissionalização e qualificação da gestão pública brasileira.

Quadro 1: Identificação da UJ

IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora		
Denominação Completa: Instituto Federal do Espírito Santo		
Denominação Abreviada: IFES		
Código SIORG: 100912	Código LOA: 26406	Código SIAFI: 158151
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.838.653/000106
Principal Atividade: Educação média técnica e profissional		Código CNAE: 8541-4/00
Telefones/Fax de contato:	(027) 3357-7500	(027) 3357-7502
Endereço Eletrônico: oficial de gabinete		
Página na Internet: http://www.ifes.edu.br		
Endereço Postal: Av. Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – CEP: 29.056-255 – Vitória – ES.		

IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo	10.838.653/0001-06	158151	100912
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> Decreto nº 7566 de 23/09/1909 – Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices; Lei nº 378 de 13/01/1937 – Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices – Liceu Industrial de Vitória; Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 – Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias – Escola Técnica de Vitória; Portaria nº 239 de 03/09/1965 – Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo; Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 – Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências – publicada no DOU em 04/10/2004; Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências – publicada no DOU em 30/12/2008. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 3.552 de 16/02/1959 – Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial – reforma o ensino industrial elevando as Escolas Técnicas a Autarquias – publicada no DOU em 17/02/1959; Lei nº 4.759 de 20/08/1965 – Dispõe quanto a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais; Lei nº 8.948 de 08/12/1994 – Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências – publicada no DOU em 09/12/1994; Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino – publicado no DOU; Portaria SETEC nº 01/2018, de 03/01/2018, publicada no DOU em 04/01/2018 – Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE; Ofício-Circular nº 4/2018/GAB/SETEC/SETEC-MEC de 08/01/2018 – Divulga a Plataforma Nilo Peçanha e o cronograma do exercício 2018. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
158425	Campus Alegre		
158419	Campus Aracruz		
158886	Campus Barra de São Francisco		
158418	Campus Cachoeiro		

IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	
158421	Campus Cariacica
158885	Campus Centro-Serrano
158272	Campus Colatina
158883	Campus Guarapari
158428	Campus Ibatiba
158424	Campus Itapina
158420	Campus Linhares
158884	Campus Montanha
158422	Campus Nova Venécia
158892	Campus Piúma
158426	Campus Santa Teresa
158423	Campus São Mateus
158417	Campus Serra
158429	Campus Venda Nova do Imigrante
158421	Campus Viana
158427	Campus Vila Velha
158416	Campus Vitória
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158151	26406
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

Mais do que um espaço de capacitação profissional, o Instituto Federal do Espírito Santo é um ambiente de aprendizagem e de desenvolvimento integral, assumindo como principal desafio a promoção de uma educação plena por meio da diversificação das atividades extracurriculares. Entendendo a educação como processo de transformação social, o Ifes dispõe de espaço de formação musical e de grupos teatrais; amplas áreas para a execução de modalidades esportivas, sediando importantes eventos na área; possibilita aos alunos a aproximação com o mercado de trabalho através de fabricação de produtos e da atuação em empresas juniores, por exemplo; além de criar oportunidades de pesquisa aplicada e sempre desenvolver atividades que focam a importância do respeito às diferenças e da garantia à educação para todos.

Quadro 2: Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas e outras normas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 7566 de 23/09/1909 – Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices;• Lei nº 378 de 13/01/1937 – Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices – Liceu Industrial de Vitória;• Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 – Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias – Escola Técnica de Vitória;• Portaria nº 239 de 03/09/1965 – Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo;• Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 – Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências – publicada no DOU em 04/10/2004;• Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências – publicada no DOU em 30/12/2008.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 3.552 de 16/02/1959 – Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial – reforma o ensino industrial elevando as Escolas Técnicas a Autarquias – publicada no DOU em 17/02/1959;• Lei nº 4.759 de 20/08/1965 – Dispõe quanto a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais;• Lei nº 8.948 de 08/12/1994 – Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências – publicada no DOU em 09/12/1994;• Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino – publicado no DOU;• Decreto nº 7.312 de 22/09/2010 – Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

As normas que tratam da estrutura organizacional encontram-se disponíveis no portal do instituto na internet <http://www.ifes.edu.br/>, na aba Portal Ifes > Documentos Institucionais. As principais normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição são:

Quadro 3: Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor)

Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor)
<ul style="list-style-type: none">• Ato nº 11 de 01/12/2009, publicado no DOU em 28/01/2010 – Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo;• Portaria nº 1180, de 07/05/2015 – Aprovar o Regimento Interno da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo;• Regimento Interno dos Campi do Ifes Aprovado no Colégio de Dirigentes em 11/12/2015 - Ato de Homologação Provisória – Conselho Superior Nº 4 de 13/05/2016;• Resolução do Conselho Superior nº 1, de 20/02/2017 – Alterar o Regimento Geral do Ifes com o intuito de englobar estruturas administrativas que não estavam contempladas no documento original.

2.2 Breve histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes – é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

2.3 Ambiente de atuação

O projeto para elaboração do Planejamento Estratégico do Ifes trata da modernização da gestão do IFES, a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas. De forma mais específica, esperam-se os seguintes resultados com a implantação do Modelo de Gestão Estratégica:

- Sistematização do processo decisório: definição de um processo formal de tomada de decisões sobre objetivos, metas e projetos estratégicos da organização. A partir da construção e implantação do Modelo de Gestão Estratégica, pretende-se que a organização desenvolva e fortaleça as atividades de monitoramento, análise e avaliação da estratégia;
- Maior capacidade de planejamento e alcance de resultados: com a implantação do planejamento estratégico, pretende-se ampliar a geração de resultados da organização, que serão obtidos por meio dos projetos estratégicos e mensurados pelo painel de gestão (BSC);
- Decisões baseadas na corporação como um todo: desenvolver a capacidade da organização em gerir um portfólio de projetos baseado nos objetivos estratégicos e não nas necessidades setoriais de seus departamentos;
- Melhor capacidade de planejamento e alocação de recursos: fortalecer a gestão de projetos e processos como forma de alcance de resultados e orientação orçamentária;
- Acesso mais rápido a informação de maior qualidade: com a implantação do *Balanced Score Card* (BSC) serão disponibilizadas informações de forma tempestiva para a tomada de decisões na organização;

- Aumento da eficácia e eficiência da organização: a gestão por projetos e processos permite focalizar a entrega de produtos e a organização real e adequada dos recursos necessários para a sua execução;
- Priorização mais realista do trabalho: ter foco estratégico significa melhorar a capacidade de escolha e priorização dos temas que realmente impulsionam a organização para o alcance dos objetivos e resultados almejados

2.4 Oportunidades e ameaças

Oportunidades

- Pesquisa – Acesso a artigos científicos pagos.
- Mercado – Crescimento econômico e industrial do estado; Grandes investimentos públicos e privados recebidos no estado; Parceria público privado para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão; Exigência do mercado de trabalho de um profissional mais qualificado.
- Imagem Institucional – Boa credibilidade e imagem institucional.
- Política pública – Foco governamental em educação; Royalties para a educação; Política de inovação; Abrangência territorial do SISU.

Ameaças

- Mercado – Concorrências com instituições de ensino público privada; Associação do sistema S com o governo estadual; Plano de cargos e salários com baixa atratividade;
- Pouca compreensão local das atividades do Ifes.
- Pesquisa – Modelo atual de gestão da CAPES e de outros órgãos de fomento que restringe o acesso aos institutos federais.
- Recursos e parcerias – Atraso da aprovação da LOA; Contingenciamento orçamentário.
- Políticas públicas – Descontinuidade das políticas públicas; Mudança da política econômica; Estagnação do plano de expansão da rede federal; Dependência de política partidária.

2.5 Mapa estratégico do Ifes

Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados para os próximos anos.

- Foram elaborados 21 objetivos estratégicos para o Ifes, que de forma balanceada, estão distribuídos em três perspectivas do mapa estratégico, são eles:
 - a) Profissionais empreendedores críticos, éticos e atuantes na sociedade;
 - b) Soluções tecnológicas e inovadoras;
 - c) Difusão de conhecimento, cultura e esporte;
 - d) Formação de formadores;

- e) Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
- f) Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede;
- g) Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos *campi*
- h) Integrar ensino, pesquisa e extensão;
- i) Incentivar a pesquisa aplicada e extensão;
- j) Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais;
- k) Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade;
- l) Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações;
- m) Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão;
- n) Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores
- o) Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho;
- p) Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores;
- q) Atrair e manter profissionais competentes;
- r) Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão;
- s) Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica;
- t) Consolidar a estrutura física e de pessoal dos *campi*;
- u) Assegurar orçamento para a execução da estratégia;
- v) Aumentar a captação de recurso extraorçamentário e créditos complementares.

Perspectivas

As perspectivas englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Elas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e facilmente compreensível. Para a construção do mapa estratégico do Ifes (Figura 2.1), foram elencadas as seguintes perspectivas:

- Resultados – focaliza os desafios para o público-alvo da organização, em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender as necessidades e expectativas do seu público;
- Processos internos – reúne os desafios internos que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência;
- Recursos humanos – concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham na organização, do ponto de vista quantitativo, qualitativo e de alocação;
- Estrutura e tecnologia – lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência;
- Orçamento – envolve os objetivos para garantir os recursos financeiros para a execução da estratégia.

Os *Pilares Estratégicos* são agrupamento de objetivos relacionados a um mesmo assunto ou com relações de causa e efeito muito fortes. São os eixos da estratégia, pois, em regra, contemplam uma série de objetivos com suas relações de causa e efeito, que formam uma hipótese estratégica. Em última instância, refletem a visão da alta administração sobre o que deve ser feito internamente para se alcançar a visão de futuro.

Mapa Estratégico do Instituto Federal do Espírito Santo 2014 - 2018

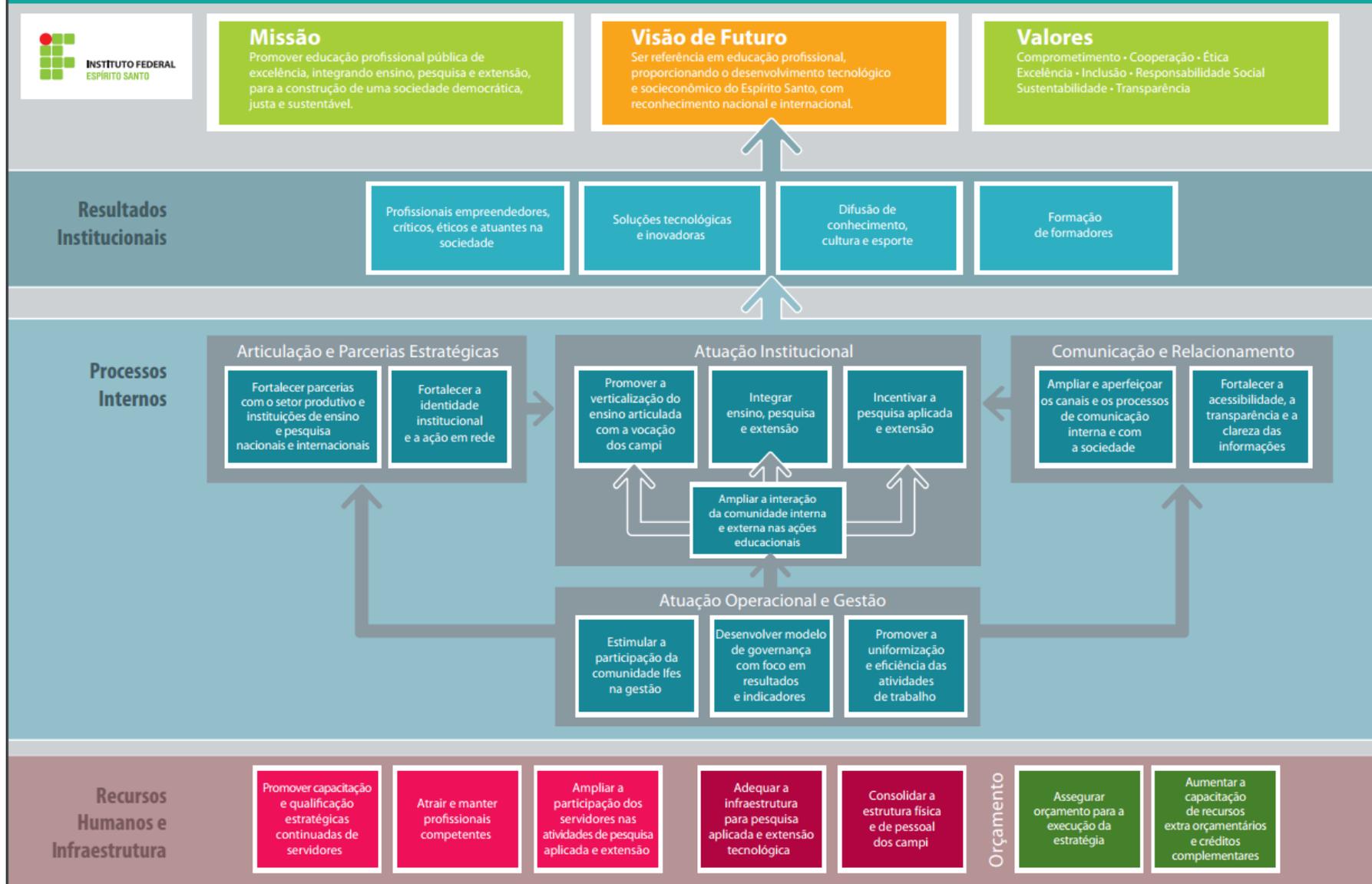


Figura 2.1: Mapa Estratégico do Ifes - 2014-2018

2.6 Objetivos Estatutários

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Instituto Federal do Espírito Santo tem os seguintes objetivos:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministrar em nível de educação superior:
 - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.7 Principais parceiros

Apresentam-se, a seguir, algumas das parcerias com o público, a fim de promover a extensão junto a comunidade:

- Implementação do convênio com o TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – para o Programa de atualização técnica nas Prefeituras Municipais.
- Implementação do convênio com a PETROBRAS S/A para o PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.
- SEDU – Secretaria Estadual de Educação: cursos PRONATEC;

- TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – Programa de atualização técnica;
- SINTRACONST – ES – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – Implementação de cursos FIC – Formação Inicial Continuada;
- PETROBRAS S/A – Implementação do PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;
- INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo – Implementação de projetos agropecuários;
- Sindicato dos Agricultores Familiares de São Roque do Canaã/ES – Implementação de projeto de formação em agroindustrialização;
- IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo –, implementação de projetos ambientais;
- Projeto Nacional Telessaúde Brasil Redes (<http://www.telessaudebrasil.org.br/>) – Objetivo (Portaria nº 2546 – 2011): Integrar as equipes de saúde da família das diversas regiões do país com os centros universitários de referência, para melhorar a qualidade dos serviços prestados em atenção primária, diminuindo o custo de saúde através da qualificação profissional, redução da quantidade de deslocamentos desnecessários de pacientes e por meio do aumento de atividades de prevenção de doenças. Parcerias: IFES, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo (Hospital Universitário);
- SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo: implementação de projetos de economia criativa;
- SINDUSCON/ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo: cursos FIC – Formação Inicial Continuada;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário: projetos agropecuários;
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: projetos de pesquisa e de extensão;
- Instituto Experimental de Cultura Terceira Margem (ONG): projetos de economia criativa;
- Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Caparaó do Estado do Espírito Santo (ONG): Implementação de projetos socioambientais e de economia criativa com as Prefeituras Municipais de Alegre-ES, Guaçuí-ES, Muniz Freire-ES, Jerônimo Monteiro-ES, São José do Calçado-ES, Dores do Rio Preto-ES, Divino de São Lourenço-ES, Iúna-ES, Irupi-ES, Ibitirama-ES, Ibatiba-ES;
- FINEP – Inovação e Pesquisa (MDIC): projetos de infraestrutura de pesquisa e de inovação tecnológica.

2.8 Organograma

O Ifes é organizado em estrutura multicampi e os órgãos superiores da Administração se dividem entre:

- Órgãos Colegiados: Conselho Superior; Colégio de Dirigentes; Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão; Conselho de Gestão do campus, de Polo de Inovação, de Campus Avançado e de Centro de Referência.

- Órgãos Executivos: Reitoria; Gabinete; Assessorias; Pró-Reitorias; Diretorias Sistêmicas; Diretorias Gerais dos campi e dos Polos de Inovação; Diretoria dos campi avançados e dos Centros de Referência.
- Órgãos de Assessoramento: Conselho Comunitário; Ouvidoria; Comissão de Ética; Fóruns.
- Órgãos de Controle: Auditoria Interna; Comissão Própria de Avaliação (CPA).

As competências de cada instância estão discriminadas no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, disponível em: <http://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/6791-regimento-geral-do-ifes>

Quadro 4: Informações sobre subunidades estratégicas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências ¹	Cargo	Titular	Período de atuação ²
Reitoria	Órgão executivo da administração que planeja, coordena, supervisiona e controla todas as atividades do Instituto.	Reitor	Denio Rebello Arantes Jadir Jose Pela	01/01 a 08/11/2017 09/11 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Ensino	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino de graduação e da educação profissional de nível técnico.	Pró-Reitora	Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro Adriana Piontkovsky Barcellos	01/01 a 10/10/2017 11/10 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e do ensino de pós-graduação.	Pró-Reitor	Márcio Almeida Có André Romero Da Silva	01/01 a 05/09/2017 06/09 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Administração	Coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	Pró-Reitor	Lezi José Ferreira	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Extensão	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão articuladas ao Ensino e à Pesquisa, bem como por promover a interação entre a Instituição, os entes de governos (federal, estaduais e municipais), os setores econômicos, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral.	Pró-Reitor	Renato Tannure Rota	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, avaliação e desenvolvimento institucional	Pró-Reitor	Ademar Manoel Stange Luciano De Oliveira Toledo	01/01 a 31/10/2017 01/11 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus de Alegre	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretora	Maria Valdete dos Santos Tannure	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Aracruz	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Hermes Vazzoler Junior Leandro Bitti Santa Anna	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Barra de São Francisco	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Jean Rubyo de Oliveira Lopes José Alexandre de Souza Gadioli	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Cachoeiro de Itapemirim	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Carlos Cezar de Oliveira Bettero Edson Maciel Peixoto	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências ¹	Cargo	Titular	Período de atuação ²
Diretor-Geral Campus Cariacica	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Lodovico Ortlieb Faria	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Centro- Serrano	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor(a)	Adriana Piontkovsky Barcellos Wagner Poltroniere Entringer	01/01 a 06/09/2017 07/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Colatina	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Luiz Braz Galon Octavio Cavalari Junior	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Guarapari	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Ronaldo Neves Cruz Gibson Dall'orto Muniz Da Silva	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Ibatiba	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Flávio Eymard da Rocha Pena Eglon Rhuan Salazar Guimarães	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Itapina	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Anderson Mathias Holtz Fábio Lyrio Santos	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Linhares	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor(a)	Antônio de Freitas Sandra Mara Mendes Da Silva Bassani	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Montanha	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	André dos Santos Sampaio	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Nova Venécia	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Welliton de Resende Zani Carvalho Anderson Rozeno Bozzetti Batista	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Piúma	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor(a)	Cláudia da Silva Ferreira Marcelo Fanttini Polese	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Santa Teresa	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor(a)	Moacyr Antonio Serafini Walkyria Barcelos Sperandio	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão	Diretor	Mario Cezar dos Santos Junior	01/01 a 03/09/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências ¹	Cargo	Titular	Período de atuação ²
Campus São Mateus	das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.		Aloísio Ramos Da Paixão	04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Serra	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	José Geraldo Orlandi	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Venda Nova do Imigrante	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Aloísio Carnielli	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Viana	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretora	Edna dos Reis	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Vila Velha	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor(a)	Denise Rocco de Sena Diemerson Saquetto	01/01 a 03/09/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral Campus Vitória	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Ricardo Paiva Hudson Luiz Côgo	01/01 a 31/12/2017 04/09 a 31/12/2017
Diretor-Geral CEFOP	Supervisionar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretora	Vanessa Battestin Nunes	01/01 a 31/12/2017
Diretor-Geral Polo de Inovação	Supervisionar os programas de PD&I e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.	Diretor	Marcelo Lucas Pereira Machado	01/01 a 31/12/2017

Fontes: Regimento Geral do Ifes e Portarias de nomeação publicadas pela Reitoria.

¹: Destaca-se que a relação na íntegra das competências de cada cargo citado acima está presente no Regimento Interno do IFES.

²: No ano de 2017 houve processo eleitoral no Ifes para Reitor e Diretor-Geral dos campi, conforme Resolução do Conselho Superior nº 3 de 20/02/2017, disponível em:

<http://www.ifes.edu.br/eleicoes-ifes-2017>.

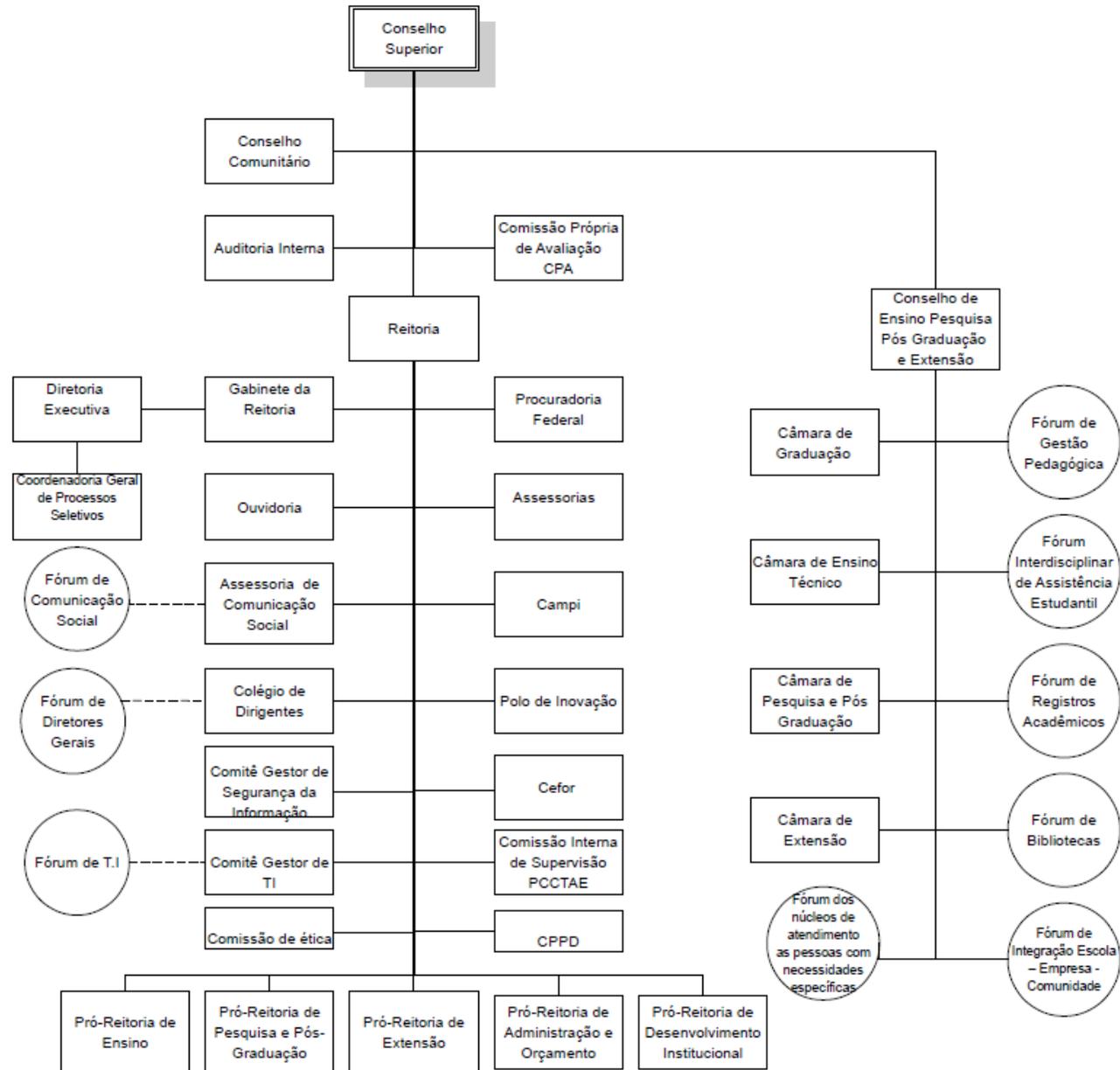


Figura 2.2: Organograma da Reitoria

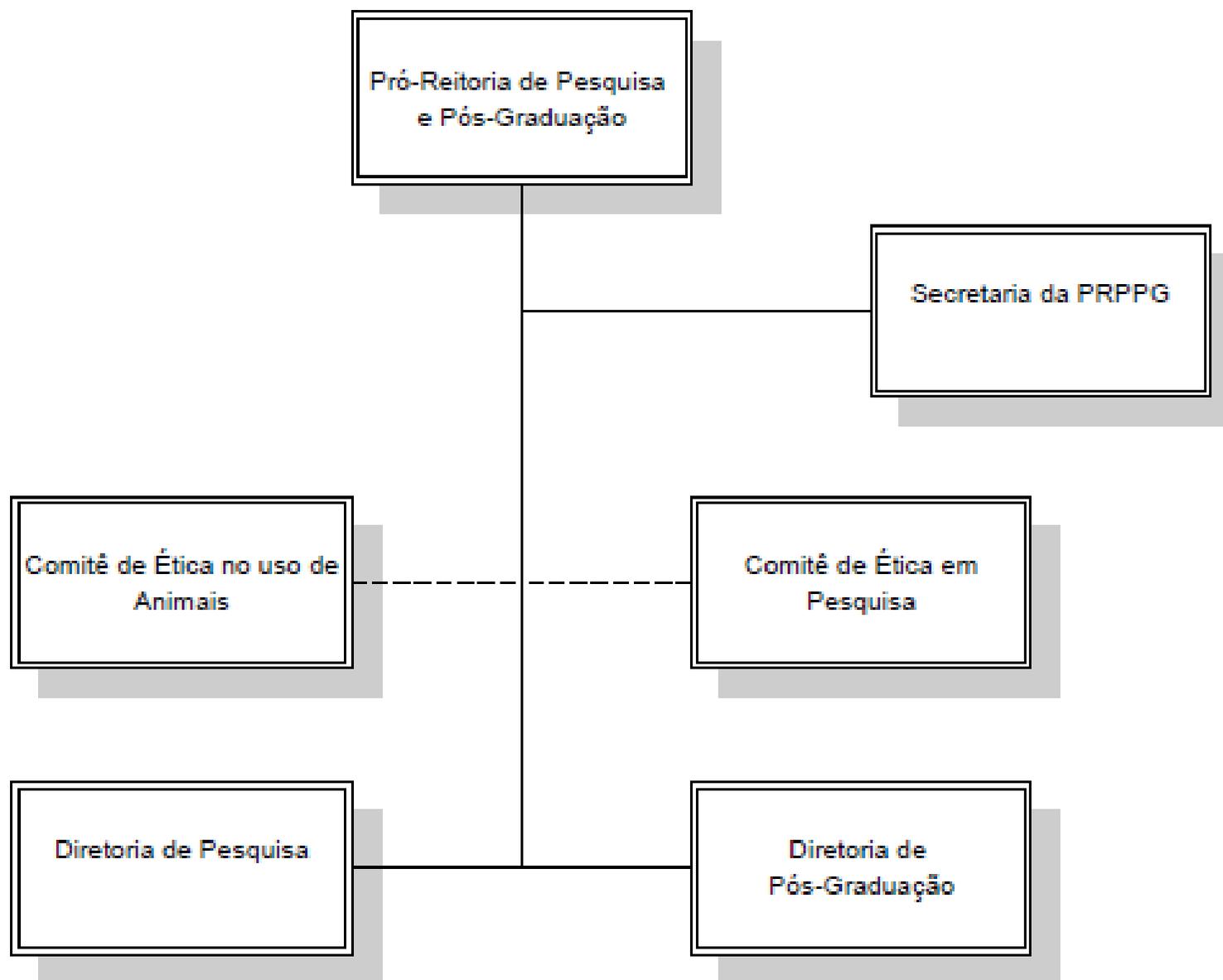


Figura 2.3: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

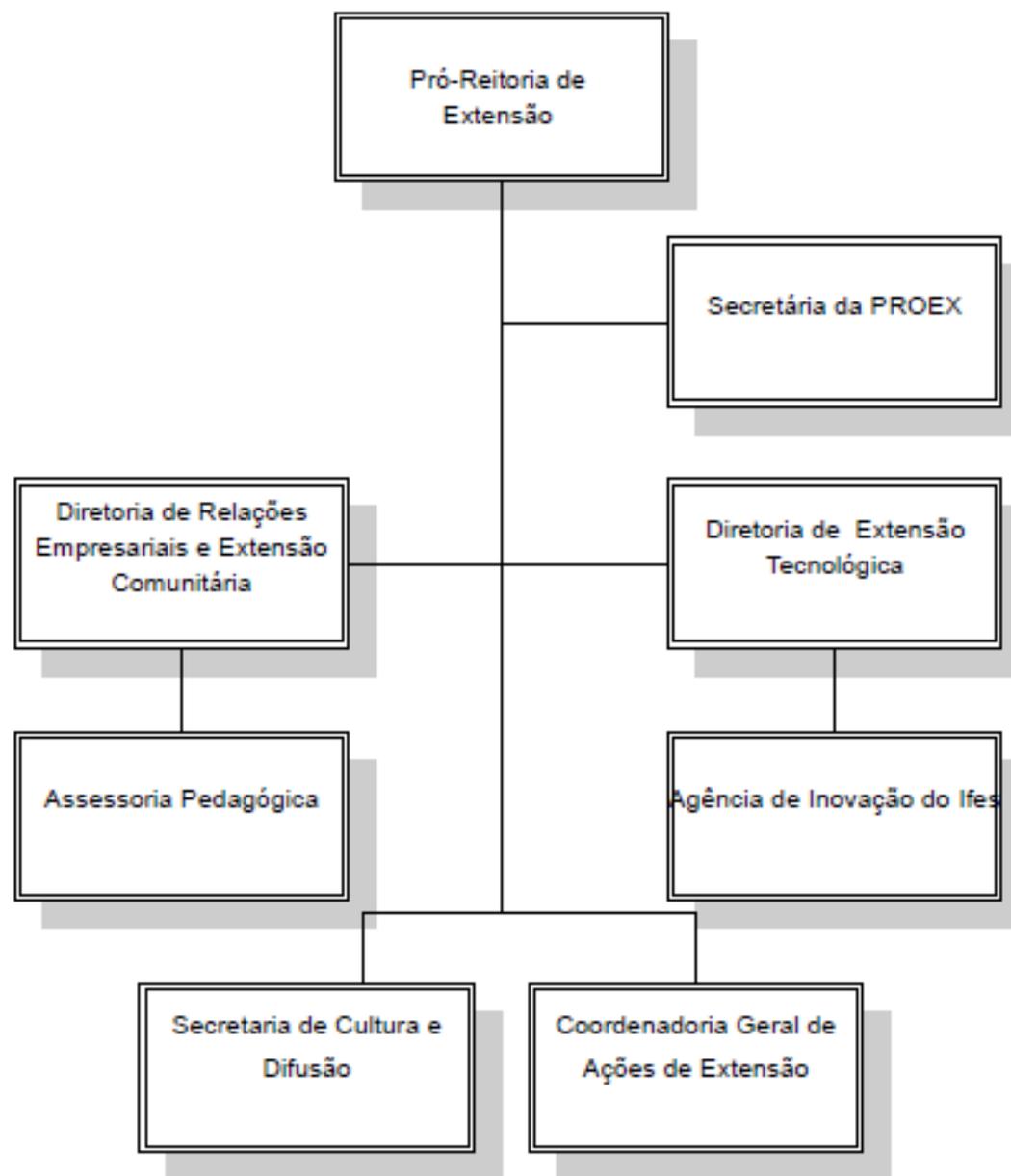


Figura 2.4: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão

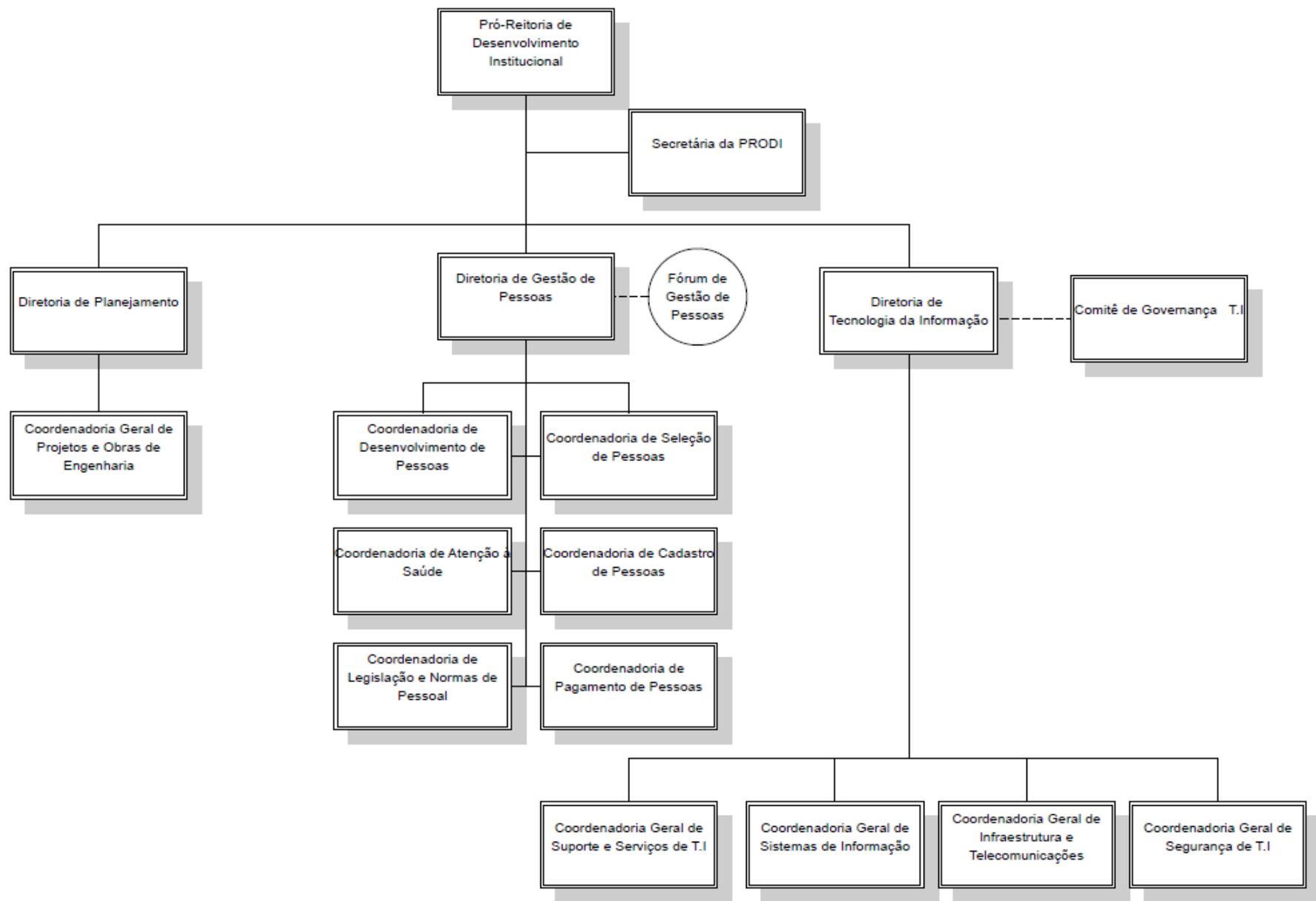


Figura 2.5: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

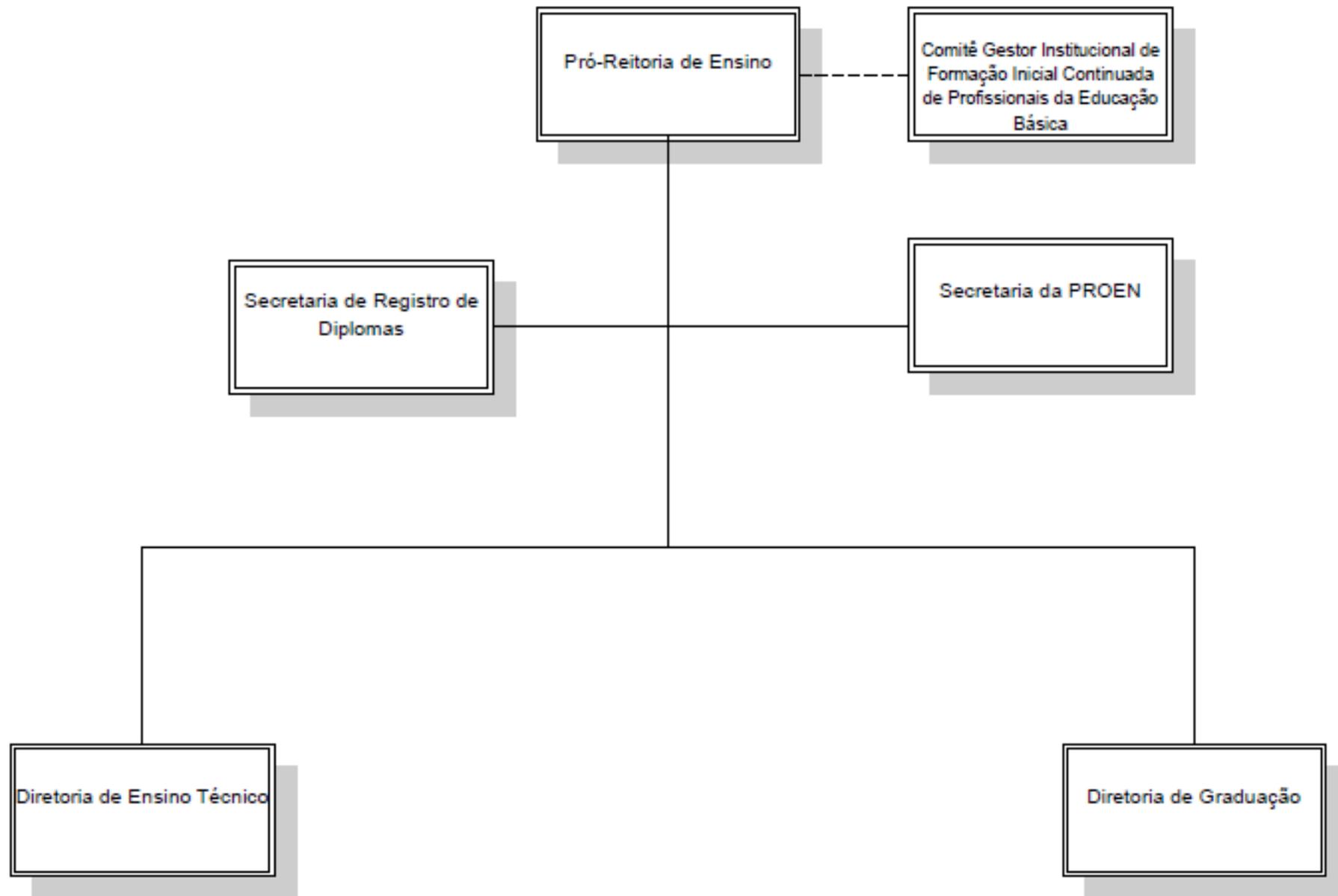


Figura 2.6: Organograma de Ensino

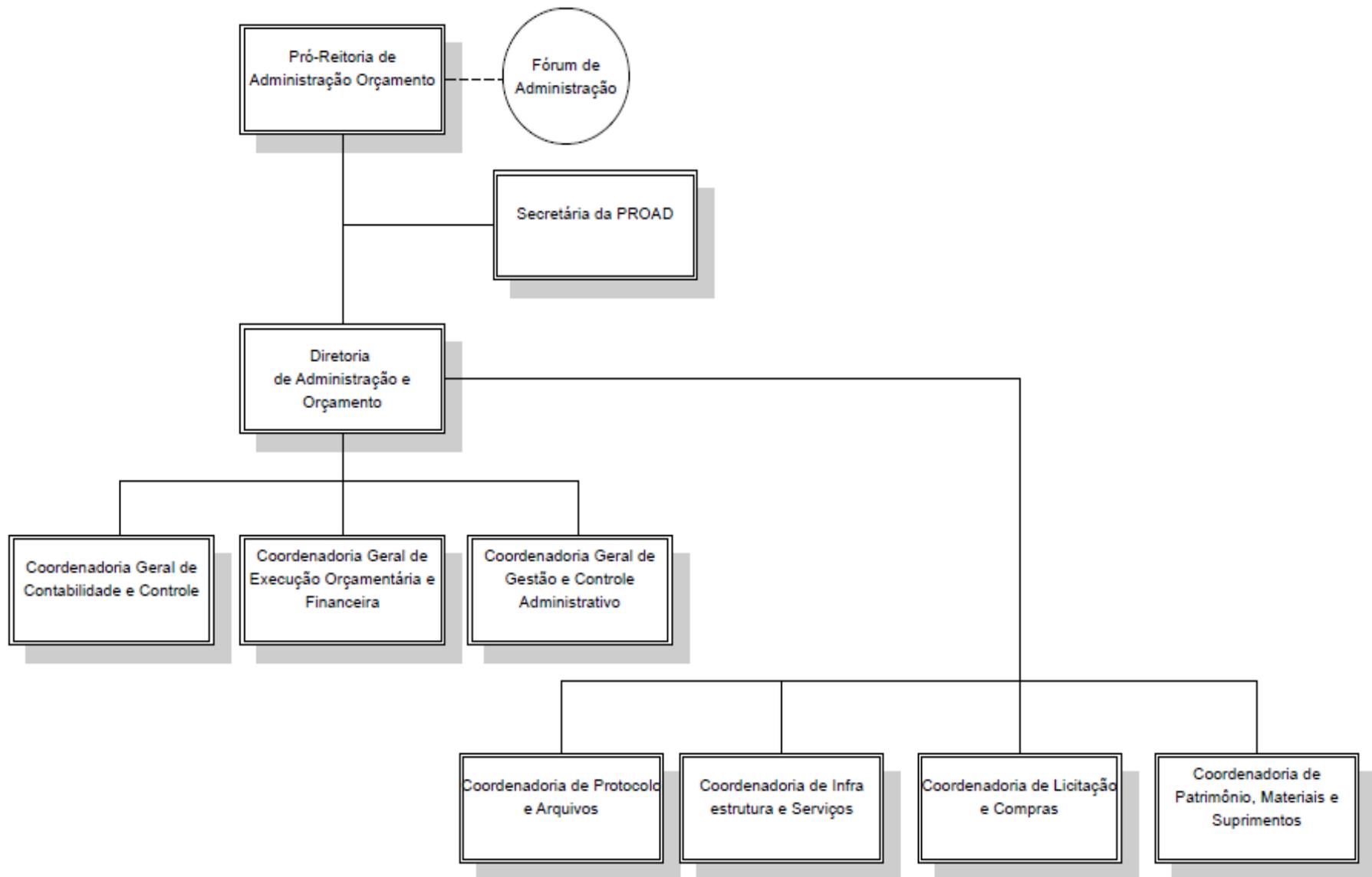


Figura 2.7: Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento

Organograma - Campus
Aprovado na reunião de
11-12-2015

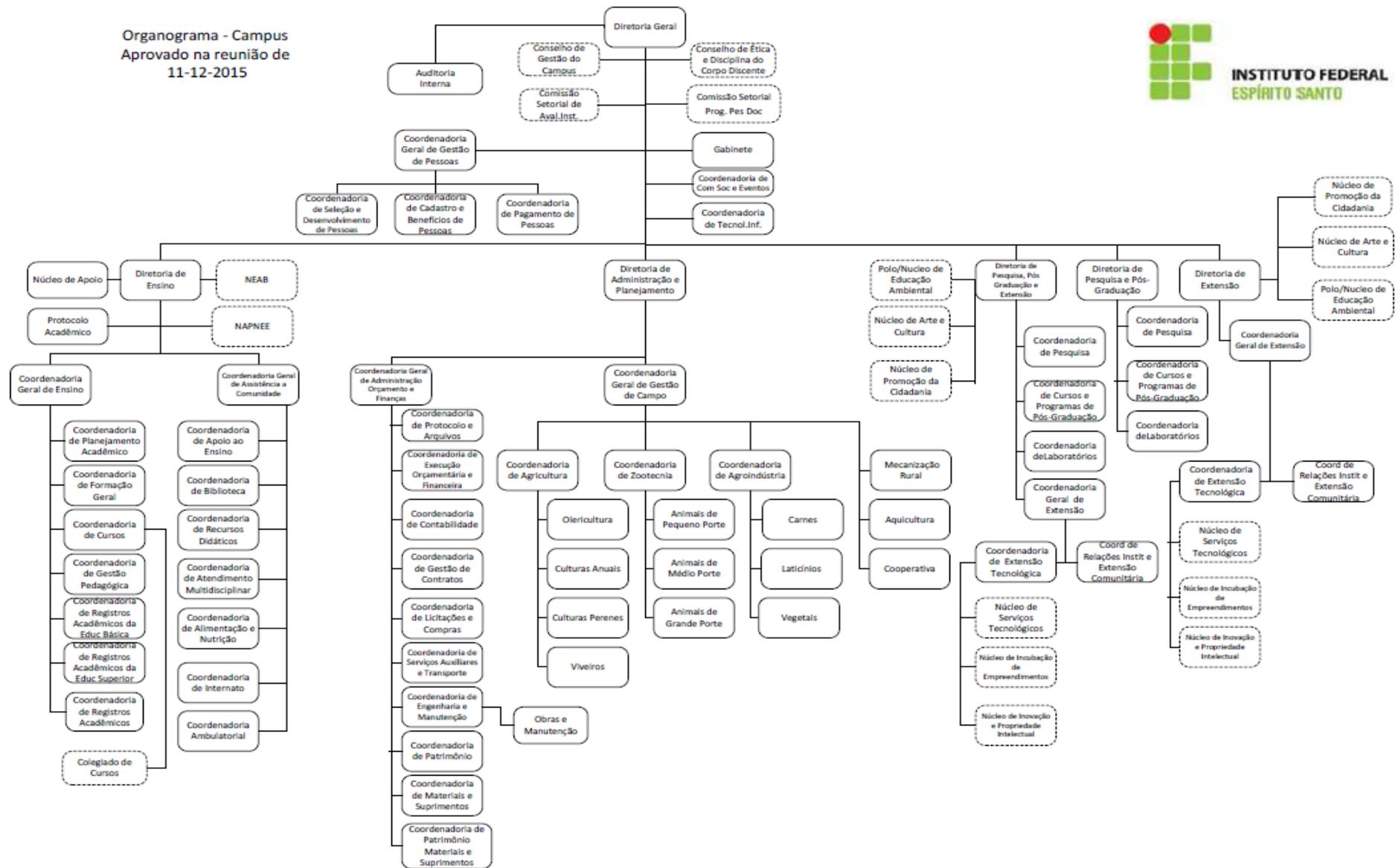


Figura 2.8: Organograma dos campi

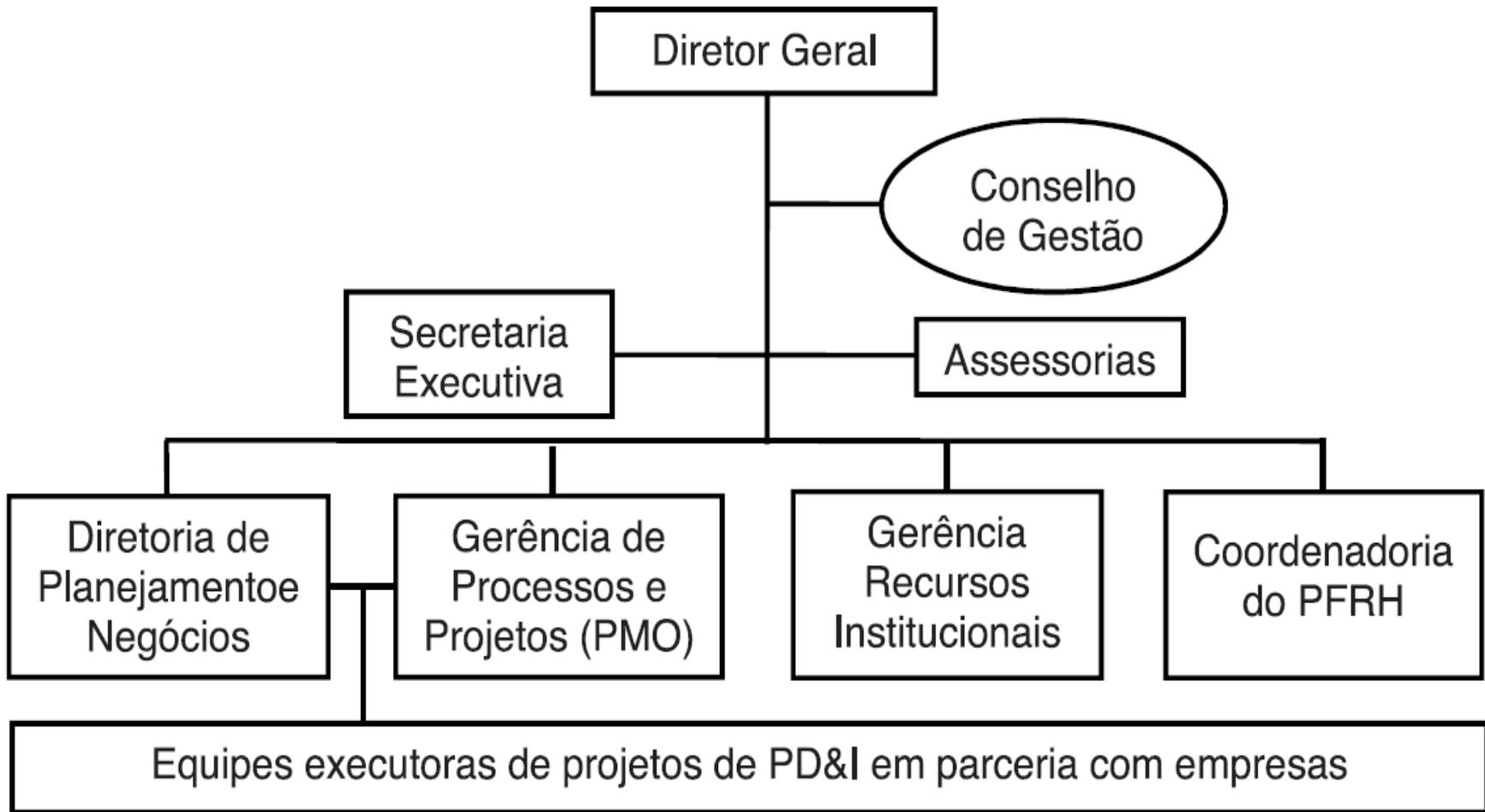


Figura 2.9: Organograma do Polo de Inovação

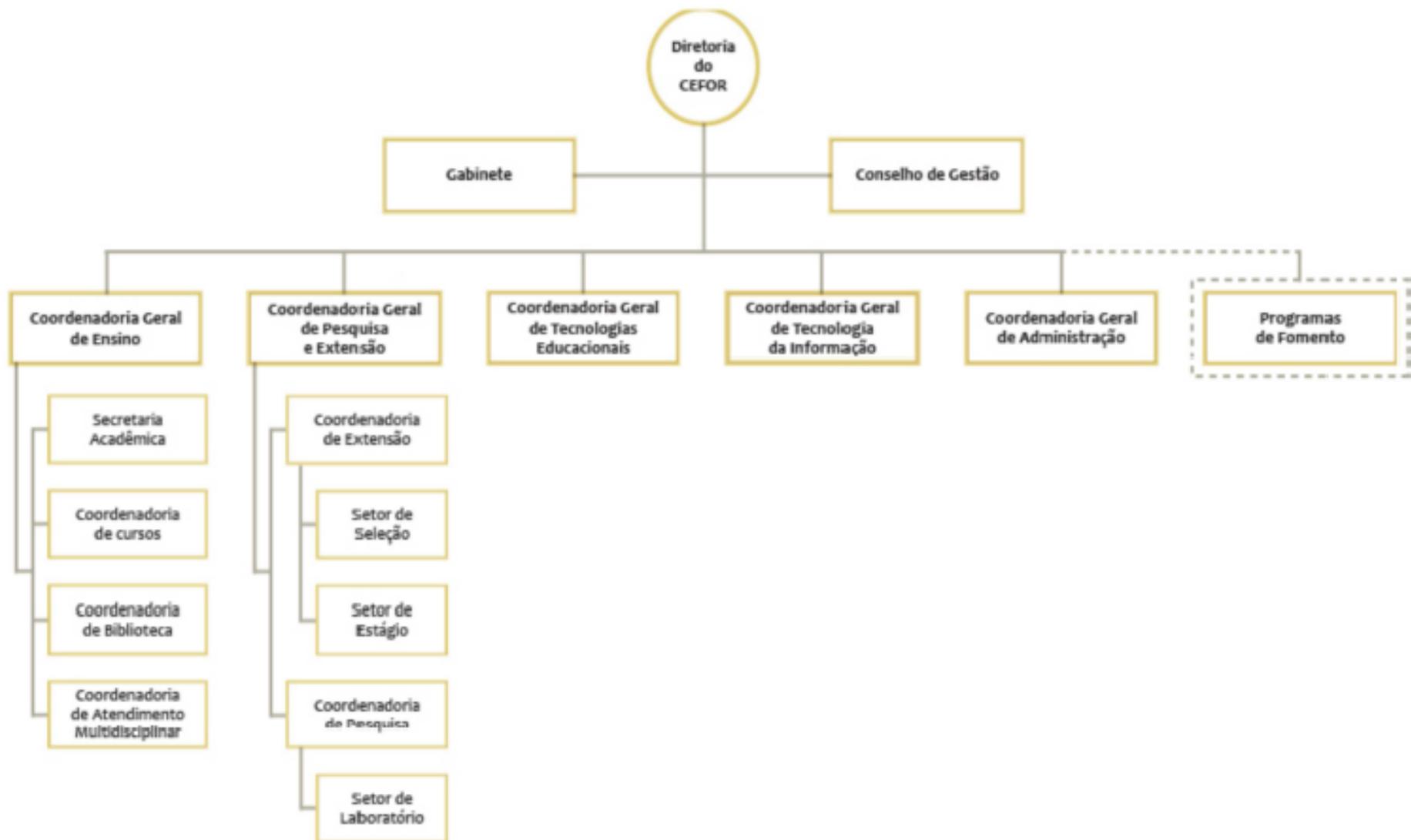


Figura 2.10: Organograma do Cefor

2.9 Macroprocessos finalísticos

Visando apresentar os principais macroprocessos do Ifes, abaixo está o quadro discriminando aqueles considerados essenciais à obtenção de resultados vinculados às atividades desenvolvidas pelo Instituto:

Quadro 5: Macroprocessos finalísticos de atividades essenciais

Macroprocessos	Principais processos finalísticos relacionados
Ensino	Processo seletivo
	Processo de políticas de ensino aprendizagem
	Gerenciamento de educação a distância
	Registro de diplomas no âmbito do Ifes
	Política de assistência estudantil
Pesquisa e Pós-Graduação	Auxílio na definição nas políticas institucionais de pesquisa
	Atualização os documentos normativos
	Gerenciamento de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação (Pibic, Pivic, Pibiti, Piviti, Pibic-JR, Pibic-AF, Jovens talentos)
	Internacionalização da pesquisa no Ifes
	Promover a difusão do pensamento científico no Ifes (PRODIF)
	Manter informações institucionais no CNPq
	Gerenciamento de contrato com a CAPES para uso do portal de periódicos
	Monitoramento de oportunidades de fomentos externos
	Orientação ao pesquisador para projetos de pesquisa
	Gerenciamento de Sistemas de Informações de pesquisa
	Gerenciamento do Comitê de Ética em Pesquisa
	Geração e monitoramento de indicadores de desempenho em pesquisa
	Gerenciamento dos processos / procedimentos da pesquisa (BPM – <i>Business Process Management</i>)
	Gerenciamento dos projetos em implantação na pesquisa, conforme o PMI
Extensão	Auxílio na definição nas políticas institucionais de extensão
	Elaboração de editais para apoio a comunidade no que se refere a esporte, lazer e cultura
	Gestão de projetos de Inovação
	Auxílio ao Fórum de Integração Escola-Empresa-Comunidade – FIEC
	Gerenciar programas de apoio a extensão
	Participação na Câmara de Extensão como estrutura de governança.
	Estágios curriculares

As atividades de apoio aos processos estabelecidos nos macroprocessos são destacadas na tabela abaixo:

Quadro 6: Macroprocessos finalísticos de atividades de apoio

Macroprocessos	Principais processos finalísticos relacionados
Gestão de Pessoas	Processo de ingresso e movimentação dos servidores no Instituto
	Assistência a saúde do servidor
	Programa de capacitação do servidor
Gestão financeira	Gestão de contratos e convênios
	Gestão patrimonial e almoxarifado
	Gestão de licitações e compras
Gestão de Infraestrutura	Gestão de projetos e obras em geral
	Fiscalização de obras
Gestão estratégica	Planejamento estratégico
	Gestão de padronização de processos
	Gestão de documentos institucionais
	Gestão de indicadores de desempenho
Assistência a comunidade	Gestão de auxílio ao aluno
	Gestão de programas para atendimento a pessoas com necessidades específicas
	Gestão do perfil socioeconômico
Gestão de tecnologia da informação	Gestão de sistemas
	Gestão de manutenção dos dados
	Gestão de segurança das informações
Gestão de comunicação	Publicidade e propaganda
	Divulgação de informações a comunidade

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

A construção do Plano Estratégico Institucional (PEI) integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com um horizonte de tempo de 5 anos (2014-2018), visa contribuir para melhor integração e articulação dos planos e objetivos da Rede Ifes a partir das decisões estratégicas recorrentes em cada gestão (cada campus), assim como sua devida prestação de contas aos órgãos de controle de âmbito federal: Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

O PEI permitiu ao Ifes reforçar sua identidade através do aperfeiçoamento da missão, visão e no que acredita como valores. O alvo, como visão de futuro, enseja “ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional”.

Com a diretriz a esta visão institucional, este capítulo delinea o planejamento estratégico e tático do Ifes, sua vinculação com as devidas competências constitucionais, apresentação das ações e resultados de programas e projetos realizados durante o ano de 2017 e o planejamento para 2018, tal como apresentação da série histórica e análise dos indicadores de desempenho institucional.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do negócio

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Instituto Federal do Espírito Santo tem como competências organizacionais e estatutárias os seguintes objetivos:

1. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
2. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
3. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
4. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
5. Estimular e apoiar processos educativos que levem a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
6. Ministrando em nível de educação superior:
 - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A missão “Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável”, foi definida após diversas discussões durante o planejamento estratégico a partir dos objetivos estatutários.

O Ifes cumpre sua missão ao atender às necessidades de seus públicos-alvo e partes interessadas, ou seja, busca atingir os objetivos estratégicos expostos no mapa estratégico (Figura 2.1).

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Os projetos estratégicos são, por definição, iniciativas que guardam uma relação adequada de custo-benefício ao mesmo tempo em que têm forte vinculação com as estratégias da organização, em outras palavras, são a materialização da estratégia, as ações necessárias para alcançar os objetivos estratégicos. Abaixo são apresentados os projetos estratégicos do Ifes, que foram implementados ou encerrados no exercício de 2017.

Projetos com gestão nos *campi*

Os projetos com a gestão nos *campi* (Quadro 7) contam com líder e equipe de projetos designados pelo campus, com carga horária mínima de trabalho semanais designadas por meio de portaria.

Quadro 7: Projetos estratégicos com gestão nos campi

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DOS PROJETOS
Adequação dos espaços físicos	Estudo sobre a adequação da infraestrutura de cada campus, identificação de necessidades de melhorias, priorização de obras baseada em técnicas multicritérios.
Comunicação Ifes	Fortalecimento da identidade institucional e a ação em rede, ampliação e aperfeiçoamento dos canais de comunicação interna e com a sociedade, fortalecimento da acessibilidade, transparência e a clareza das informações, consolidação da estrutura física e de pessoal de comunicação dos <i>campi</i> .
Ifes Cidadania	Implementação de programas de extensão comunitária em rede, em âmbito estadual, por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas, científicas e tecnológicas, de inclusão digital, que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e se torne um programa de referência na implementação dos objetivos e metas da Agenda 2030 da ONU.
Parcerias Tecnológicas	Viabilização da execução de projetos tecnológicos cooperativos, compostos de ações de pesquisa aplicada e extensão tecnológicas, realizados por meio da conjugação de recursos provenientes de programas públicos de fomento com contrapartidas econômicas e financeiras captados de entidades parceiras.
Qualidade de Vida no Trabalho	Desenvolvimento de ações que visem à melhoria da qualidade de vida no trabalho dos servidores a partir da análise de diversos fatores: atividades educativas, programas de atividade física, compensação justa e adequada, condições de trabalho, utilização e desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento e segurança, integração social na organização, constitucionalismo, trabalho e espaço total de vida e relevância social da vida

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DOS PROJETOS
	no trabalho.
Observatório de Egressos	Desenvolvimento de um centro de informações de referência baseado em plataformas de comunicação e instrumentos de coleta de dados de egresso do IFES, que reflita de forma atualizada, permanente e contextualizada, a sua interação com as várias dimensões do mundo do trabalho.
Normatização de Procedimentos	Criação de uma base de conhecimento formal dos procedimentos institucionais, padronização de operações de trabalho, aumento da eficácia e eficiência na tramitação de trabalho.

Projetos com gestão na Reitoria

Assim como os projetos dos *campi*, os 7 projetos da reitoria (Quadro 8) contam com líder e equipe de projetos na Reitoria, podendo, no entanto, contar com o apoio de integrantes dos *campi*:

Quadro 8: Projetos estratégicos com gestão na Reitoria.

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DOS PROJETOS
Sistema Integrado de Gestão	Profissionalização da gestão por meio da integração da informação, das pessoas e dos processos através da ferramenta que apoiará a estruturação da instituição através de procedimento definidos que auxiliarão os gestores nas tomadas de decisões. Possui ainda a capacidade de lidar com a complexidade do gerenciamento da grande quantidade de informações geradas no instituto, proporciona modernização, agilidade e transparência dos processos internos institucionais
Editora IFES	Estruturação administrativa de produção, editoração, difusão e distribuição de conteúdos acadêmicos em diversos suportes e plataformas.
Programa de Apoio a Mestrados Profissionais	Criação de programa que auxilie: a manutenção de equipamentos, funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa, produção de material didático instrucional e publicação de artigos científicos, aquisição de novas tecnologias em informática, promoção de eventos técnico-científicos pelo programa de pós-graduação, participação de professores em eventos no país e no exterior, participação de estudantes em eventos no país e estudantes de doutorados em eventos no exterior, pagamento de diárias a professores, participação de estudantes e professores em trabalhos de campo e coleta de dados no país.
Processo Seletivo de Alunos	Regulamentação do processo seletivo de alunos do nível médio/ técnico, buscando redução dos custos, normatizações, maior clareza em todas as fases dos fluxos do processo seletivo; transparência para participação de novos colaboradores, clareza nas atribuições e responsabilidades dos participantes no processo; centralização dos documentos, conhecimento antecipado das gratificações a serem recebidas pelas atividades executadas.
Centro de Formação	Implantação do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância que busca promover a integração sistêmica com os <i>campi</i> , para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação, ofertar cursos nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação.
Política de Capacitação	Garantia da oferta de um amplo e diversificado conjunto de ações formativas, em diferentes níveis de ensino e metodologias, com o fim de contribuir na integração, formação e desenvolvimento profissional dos servidores, de forma a valorizar o indivíduo e atender os objetivos estratégicos do IFES. A

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DOS PROJETOS
	proposta é também oferecer mais transparência e isonomia nas ações de capacitação.

Desta forma, tem-se as entregas realizadas em 2017:

Projeto: Adequação dos espaços físicos dos Campi

As atividades ficaram comprometidas devido ao cenário político e econômico apresentado no ano de 2017. Para o ano de 2018, será realizado um novo estudo sobre a adequação da infraestrutura dos campi, de modo a viabilizar estrutura física mínima necessária ao funcionamento de cada unidade (Campi, Centro de Referência, Pólo de Inovação e Reitoria).

Projeto: Comunicação Ifes

Entregas em 2017:

1. Elaboração dos planos de comunicação dos *campi*;
2. Execução das primeiras ações pelos *campi*;
3. Monitoramento e controle pelo comitê de governança.

Projeto: Ifes Cidadania

Entregas em 2017:

Entre janeiro a dezembro de 2017, por meio de sua rede ou por meio de suas Unidades Autônomas, o Ifes ofertou ações de extensão possibilitando a difusão e a ampliação do conhecimento através do diálogo com a comunidade/parceiros, enriquecendo tanto o Instituto quanto a sociedade.

Foram ofertados 68 cursos, sendo 4.417 vagas com terminalidade no ano de 2017 e 623 vagas com terminalidade em 2018, além das ações iniciadas em anos anteriores e vigentes em 2017. Os Cursos abrangeram as diferentes áreas temáticas da extensão – Educação, Trabalho, Cultura, Tecnologias e Produção, Comunicação, Direitos Humanos e Justiça e Saúde, realizando mais de 1356 matrículas em 68 cursos de extensão, totalizando 6.779 horas-aula ministradas. Os programas e conteúdos atingiram pessoas de todos os níveis de escolaridade, ou seja, do fundamental ao superior. É importante destacar o protagonismo estudantil, com a participação de 74 alunos nas equipes executoras de Cursos de Extensão no ano de 2017.

Também foram ofertados nos diversos campi do Ifes (Apêndice I): 66 eventos; 03 prestação de serviço; 02 produtos; 61 programas; 07 programas em rede e 115 projetos.

Projeto: Parcerias Tecnológicas

Entregas em 2017:

1. A Agência de Inovação do Ifes, no ano de 2017, realizou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) diversas solicitações de pedidos de patentes. Foram realizados 50 atendimentos relacionados à Propriedade Intelectual (PI), dos quais 13 efetivaram em processo de solicitação junto ao INPI: 08 registros de marcas; 03 depósitos de pedido de patente; 01 registro de desenho industrial e 01 registro de programa de computador.
2. Realização de treinamentos sobre valoração tecnológica, os quais subsidiaram diálogos sobre a opção de metodologia a serem adotadas no Ifes.

3. Treinamentos: abordagens institucionais, gestão da inovação, propriedade intelectual e redação de patente.
4. Identificação de instituições parceiras.
5. Realização de visitas, recebimento de propostas e articulação interna.

Projeto: Qualidade de vida no trabalho

Entregas em 2017:

1. Confraternização de Fim de Ano;
2. Chá de bebê;
3. Aniversariantes do mês;
4. Café compartilhado em comemoração ao Dia do Servidor;
5. Dica de Saúde (Envio diário de dicas de saúde via e-mail);
6. Projeto Culinária Saudável e Sustentável (Realizado em parceria com a Nutricionista da Prefeitura Municipal);
7. Outubro Rosa para Servidores (Palestra e Atividade de Zumba);
8. Novembro Azul para Servidores (Palestra e Café);
9. Palestra: A importância da ergonomia no ambiente de trabalho;
10. Entrega de suporte para os pés para todos os servidores;
11. Ações associadas a saúde da mulher e do homem foram realizadas juntamente ao setor de enfermagem do campus, com divulgação da campanha outubro rosa e novembro azul;
12. Dia do Servidor – foi realizado encontro de servidores ao final do ano em conjunto com equipe de demais servidores que se articularam na organização;
13. Aniversário do campus – comemorado em sábado letivo com evento esportivo e cultural, culminando em confraternização entre servidores e alunos;
14. Treinamento funcional – ocorreu durante o ano inteiro sob orientação dos professores de Educação Física com frequência semanal de 2 encontros;
15. Atividade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;
16. Vacinação contra a gripe de servidores administrativos;
17. Ação de Avaliação de composição corporal (altura, peso, IMC) na escola;
18. Setembro amarelo - Cartazes referentes ao suicídio e ornamentação do hall de entrada do campus na cor amarela;
19. Outubro rosa - Oficina de automaquagem, cartazes referentes aos cuidados com a saúde da mulher, distribuição de panfletos e ornamentação do hall de entrada do campus na cor rosa;
20. Novembro Azul - Painel interativo sobre a saúde do homem e em geral e ornamentação do hall de entrada do campus na cor azul;

21. Dezembro Vermelho - Roda de conversa: O que preciso saber sobre HIV/AIDS, hepatites e outras infecções sexualmente transmissíveis, distribuição de preservativos e ornamentação do hall de entrada do campus na cor vermelha;
22. Programa de Atividade Física orientada para servidores e comunidade externa - atividades variadas tais como: ginástica de condicionamento, voleibol e orientações nutricionais;
23. Aulas de Tai Chi Chuan;
24. Aula de Forró;
25. Aula de Yoga;
26. Prática de cuidados com a pele;
27. Palestra sobre qualidade de vida no trabalho.

Projeto: Observatório de Egressos

Entregas em 2017:

1. Reavaliação do questionário para egressos de nível técnico;
2. Avaliação da metodologia utilizada na aplicação do questionário;
3. Criação de questionário para observatório de egressos da graduação e pós-graduação, importante para credenciamento da IES.

Projeto: Normatização de Procedimentos

Entregas em 2017:

1. Adequação e modelagem dos processos de transporte com os especialistas do negócio nos *campi*;
2. Encerramento do módulo de transporte e início dos próximos (Protocolo/Processos, Orçamento, Patrimônio e Almoxarifado).

Projeto: Sistemas Integrados de Gestão

Entregas em 2017:

1. SIPAC

- Módulo de Protocolo: O Módulo de Protocolo está em implementação no Ifes desde o ano de 2016 com a utilização da função memorandos eletrônicos. Sua implantação vem ocorrendo gradativamente nos campi. Durante o ano de 2017 foram realizados treinamentos nos campi para utilização do módulo, expandindo a utilização do sistema.
- Módulo de Orçamento: Durante o ano de 2017 foi realizado diagnóstico de funcionamento da área orçamentária e financeira do Ifes, com vistas a implantação do módulo. Foi instalado o serviço *Qware*, para obtenção dos arquivos do SIAFI, os quais são importados pelo SIPAC. Alguns testes foram realizados e constatou a necessidade de implantação completa do Módulo de Protocolo, que é pré-requisito para importação dos arquivos de empenho do SIAFI.
- Módulo de Catálogo de Materiais: Foram realizadas diversas reuniões com alguns representantes das áreas de almoxarifado do Ifes, e o módulo foi testado com sucesso. Os

materiais em estoque nos almoxarifados do Ifes à época, foram importados para o módulo permitindo a criação do procedimento de importação.

A grande maioria dos módulos no SIPAC possuem dependência direta do Módulo de Orçamento, inviabilizando no em 2017 sua utilização.

2. SIGRH

- Módulo de Atendimento ao Servidor: Foi apresentado para a Gestão de Pessoas do instituto, mas necessita de ajustes para sua efetiva utilização.
- Módulo de Auxílios e Solicitações: Foi apresentado para a Gestão de Pessoas do instituto, mas necessita de ajustes para sua efetiva utilização.
- Módulo de Frequência: Está sendo customizado desde o ano de 2017 e testado para se adequar às necessidades do instituto.

Projeto: Editora IFES

Entregas em 2017:

1. Solicitação de números de ISBN para todo o Instituto, totalizando cerca de 70 pedidos em 2017.
2. Produção, lançamento e disponibilização para download dos seguintes livros:
 - *Formação humana em diálogo: educação profissional, estética e arte;*
 - *Ensinando a ensinar ciências: Reflexões para docentes em formação;*
 - *Coleção de atividades didático-pedagógicas em microscopia: relações de tamanho;*
 - *Doutrina do Engrossamento;*
 - *Programação para leigos com Raspberry Pi* (coedição com a Editora IFPB).
3. Aproximação entre as editoras da Rede Federal, atuando junto com representantes do IFRS e IFAL, indicados pelo Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, para a formalização do Comitê de Editores da Rede Federal, ação que foi aprovada em reunião do Fórum na Reditec 2017.
4. Filiação da Editora à Associação Brasileira de Editoras Universitárias - ABEU, marco importante para a valorização da produção e divulgação em nível nacional e internacional dos conteúdos do Ifes. Em participação na reunião anual da ABEU em 2017, a Edifes passou a ocupar lugar na diretoria eleita para o biênio 2017-2019, com atuação no Conselho Fiscal, caracterizando-se como primeiro Instituto Federal a fazer parte de diretoria da ABEU.
5. Apoio e revisão de texto para os periódicos *Ifes Ciências*, *Sala de aula em foco* e *Atlas* (publicação periódica de discentes do campus Vitória).

6. Parcerias com setores e programas do Ifes, tendo como resultado: Publicação inicial da série *Café, leite e matemática* (resultado de parceria entre docentes do Ifes e da Universidade Federal do Espírito Santo) e a publicação de dois livros do Mestrado Profissional em Letras (Profletras): *A leitura na escola: a sala de aula como espaço dialógico e Literatura, linguagens e educação: reflexões e propostas*.

Planejamento de entregas para 2018:

1. Os seguintes livros já foram produzidos com ISBN de 2017 e aguardam o lançamento para 2018:
 - *Números irracionais para professores (e futuros professores) de matemática*;
 - *História, currículo e práticas de integração curricular na Educação Básica*;
 - *Artes visuais, literatura, ciências e matemática*;
 - *Figurões da terra: Trajetórias e Projetos Políticos no Espírito Santo de Oitocentos*.

Projeto: Centro de Formação

Entregas em 2017:

1. O Regimento Geral do Ifes foi alterado em 2017, com o intuito de englobar o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). A Resolução do Conselho Superior nº 01 de 02/02/2017 aprovou o novo organograma do Cefor.
2. Participação no GT de Institucionalização da EaD do FDE/Conif.
3. Participação no GT de institucionalização da UAB da Capes.
4. Criação da Comissão responsável pela discussão de propostas de institucionalização da EaD para o Ifes.
5. Elaboração e aprovação de um artigo para apresentar em evento internacional sobre a temática (Institucionalização da EaD).
6. Criação da Comissão para acompanhar o Recredenciamento da EaD.

Projeto: Política de Capacitação

Entregas em 2017:

1. Elaboração do documento que regulamenta a consulta pública da proposta de Política de Capacitação de Servidores do Ifes;
2. Designação de comissão de mobilização e sistematização;
3. Publicação de portaria de designação da comissão de mobilização e sistematização pelos diretores-gerais dos *campi*;
4. Web conferência com os membros das comissões de mobilização e sistematização;
5. Definição do calendário de consulta pública e dos encontros;
6. Realizar consulta pública e encontro(s) pela comissão de mobilização e sistematização;

7. Encaminhar sugestões de alteração, supressão ou inclusão aprovadas, ata(s) e lista(s) de presença do(s) encontro(s) realizado(s);
8. Consolidação e apreciação das sugestões de alteração, supressão ou inclusão aprovadas encaminhadas pelas Comissões de Mobilização e Sistematização das unidades organizacionais

Planejamento de entregas para 2018:

1. Submeter ao Conselho Superior;
2. Publicar e divulgar a Política de Capacitação do Ifes.

Projeto: Processo Seletivo de Alunos

Entregas em 2017:

1. Conclusão do mapeamento do Processo Seletivo (PS), com a definição e estabelecimento das atividades a serem executadas pelos setores envolvidos nos PS;
2. Criação de edital de divulgação para ampla participação da comunidade em algumas etapas dos PS;
3. Definição das atividades a cargo da empresa contratada: definição quesitos e critérios para a elaboração das provas e preparação da logística para a aplicação de provas (atividades supervisionadas pelo Ifes);
4. Mapeamento do fluxo de atividades que compõem os Processos Seletivos de alunos do Ifes, quando são realizados em parceria com empresa contratada.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os projetos em execução durante o exercício de 2017 vinculados aos objetivos e competências do estatuto que regulamenta o Instituto Federal do Espírito Santo. Além dessa vinculação, esses projetos encontram-se alinhados com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019 e com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. A seguir, são apresentados os projetos executados em 2017 e suas respectivas vinculações às regimentações norteadoras do Ifes:

Comunicação Ifes

- Parágrafo I Art. 3º Estatuto IFES: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Parágrafo III Art. 3º Estatuto IFES: eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- Parágrafo VII Art. 4º Estatuto IFES: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Meta 11, PNE 2014 – 2024: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, cinquenta por cento da expansão no segmento público.

Adequação dos Espaços Físicos dos *campi*

- Parágrafo IV Art. 3º Estatuto IFES: inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- Parágrafo I Art. 5º Estatuto IFES: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Parágrafo II Art. 5º Estatuto IFES: ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Meta 6, PNE 2014 – 2024: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica;
- Meta 11, PNE 2014 – 2024: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, cinquenta por cento da expansão no segmento público;
- Meta 12, PNE 2014 – 2024: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público;
- Meta 20, PNE 2014 – 2024: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.

Ifes Cidadania

- Parágrafo I Art. 3º Estatuto IFES: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Parágrafo VII Art. 4º Estatuto IFES: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Parágrafo IV Art. 5º Estatuto IFES: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Parcerias Tecnológicas

- Parágrafo III Art. 3º Estatuto IFES: eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- Parágrafo VIII Art. 4º Estatuto IFES: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- Parágrafo III Art. 5º Estatuto IFES: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Parágrafo IX Art. 4º Estatuto IFES: promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Qualidade de Vida no Trabalho

- Parágrafo I Art. 3º Estatuto IFES: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Parágrafo IV Art. 3º Estatuto IFES: inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

Observatório de Egressos

- Parágrafo IV Art. 4º Estatuto IFES: orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Espírito Santo;
- Parágrafo III Art. 5º Estatuto IFES: estimular e apoiar processos educativos propiciem a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Normatização de Procedimentos

- Parágrafo I Art. 3º Estatuto IFES: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

Sistemas Integrados de Gestão

- Parágrafo I Art. 3º Estatuto IFES: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

Editora Ifes

- Parágrafo III Art. 3º Estatuto IFES: eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- Parágrafo VII Art. 4º Estatuto IFES: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

Programa de Apoio a Mestrados Profissionais

- Parágrafo II Art. 3º Estatuto IFES: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- Parágrafo III Art. 4º Estatuto IFES: promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Parágrafo VIII Art. 4º Estatuto IFES: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- Parágrafo III Art. 5º Estatuto IFES: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Meta 13, PNE 2014 – 2024: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;
- Meta 16, PNE 2014 – 2024: formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância

- Parágrafo VI Art. 4º Estatuto IFES: qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Meta 12, PNE 2014 – 2024: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público;
- Meta 13, PNE 2014 – 2024: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;
- Meta 14, PNE 2014 – 2024: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores;
- Meta 16, PNE 2014 – 2024: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Política de Capacitação

- Legislação 5.907/2006;
- Parágrafo VI Art. 4º Estatuto IFES: qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Parágrafo II Art. 5º Estatuto IFES ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Meta 13, PNE 2014 – 2024: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores;

- Meta 16, PNE 2014 – 2024: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Processo Seletivo de Alunos

- Parágrafo I Art. 4º Estatuto IFES: ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Meta 3, PNE 2014 – 2024: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento;
- Meta 11, PNE 2014 – 2024: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, cinquenta por cento da expansão no segmento público;
- Meta 12, PNE 2014 – 2024: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

No quadro abaixo é apresentada a relação dos projetos em execução em 2017 com os objetivos listados no Mapa Estratégico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019.

Quadro 9: Relação dos projetos em execução em 2017

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
Comunicação IFES	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>; • Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; • Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Adequação dos espaços físicos dos campi	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica; • Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>; • Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos <i>campi</i>; • Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais; • Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; • Integrar ensino, pesquisa e extensão; • Soluções tecnológicas e inovadoras; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Ifes Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; • Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
	sociedade; <ul style="list-style-type: none"> • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Parcerias Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; • Aumentar a capacitação de recursos extraorçamentários e créditos complementares; • Soluções tecnológicas e inovadoras.
Qualidade de vida no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>; • Atrair e manter profissionais competentes; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais.
Observatório de Egressos	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; • Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; • Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade.
Normatização de Procedimentos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores; • Promover a uniformização eficiência das atividades de trabalho; • Estimular a participação da comunidade IFES na gestão; • Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; • Soluções tecnológicas e inovadoras.
Sistemas Integrados de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; • Estimular a participação da comunidade IFES na gestão; • Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; • Soluções tecnológicas e inovadoras.
Editora Ifes	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; • Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Programa de apoio a Mestrados Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; • Atrair e manter profissionais competentes; • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede;

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos <i>campi</i>; Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; Difusão de conhecimento, cultura e esporte; Formação de formadores.
Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; Atrair e manter profissionais competentes; Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede; Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos <i>campi</i>; Difusão de conhecimento, cultura e esporte; Formação de formadores.
Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores	<ul style="list-style-type: none"> Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; Atrair e manter profissionais competentes; Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; Formação de formadores.
Processo Seletivo de Alunos	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede; Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho.

O quadro abaixo apresenta, de forma sumarizada, a relação entre os projetos e as regimentações norteadoras do Ifes (Estatuto, PDI, Mapa Estratégico e PNE).

Quadro 10: Relação entre os projetos e as regimentações norteadoras do Ifes

PROJETOS	Regimentações norteadoras do Ifes		
	Estatuto do Ifes	PDI Mapa Estratégico 2014-2019	PNE 2014-2024
Comunicação IFES	x	x	x
Adequação dos espaços físicos dos campi	x	x	x
IFES Cidadania	x	x	
Parcerias Tecnológicas	x	x	
Qualidade de Vida no Trabalho	x	x	
Observatório de Egressos	x	x	
Normatização de Procedimentos	x	x	
Sistemas Integrados de Gestão	x	x	
Editora Ifes	x	x	

PROJETOS	Regimentações norteadoras do Ifes		
	Estatuto do Ifes	PDI Mapa Estratégico 2014-2019	PNE 2014-2024
Programa de Apoio a Mestrados Profissionais	x	x	x
Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	x	x	x
Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores	x	x	x
Processo Seletivo de Alunos	x	x	x

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

No ano de 2017 ocorreu o processo eleitoral no Ifes para Reitor e Diretor-Geral dos campi, conforme Resolução do Conselho Superior nº 3 de 20/02/2017, disponível em: <http://www.ifes.edu.br/eleicoes-ifes-2017>. No mesmo ano, iniciou os trabalhos de formulação do documento de “Governança Ifes”, discriminando os valores, compromissos e diretrizes para os próximos anos, que dialoga com os documentos: Planejamento Estratégico do Ifes (2014-2018); Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes (2014-2019); Plano de Ação do Reitor Eleito; Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa dentre outros.

Inicialmente, dois grandes projetos nasceram deste plano, representando um pontapé inicial para a implementação das diretrizes e ações previstas no documento: a Reitoria Itinerante e o Integra Ifes.

Integra Ifes

O Integra Ifes é um projeto cujo objetivo é mobilizar gestores, criando motivação para gerar propostas sobre o Ifes. Idealizado para ser executado durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, este evento pretende reunir todos os gestores do instituto durante o período de quatro dias, para discutir e elaborar ideias sobre quais serão os próximos caminhos a serem trilhados pela instituição.

A participação dos servidores ocupantes dos cargos de gestão do Ifes, desde o nível operacional até o nível conceitual, é de suma importância estratégica para a instituição. A inclusão de coordenadores e diretores, sejam de áreas fim ou de áreas meio, no olhar da atual gestão, trará integração e unicidade ao instituto, fomentando o trabalho em rede entre os campi.

O evento pretende englobar temas que busquem a interação entre seus participantes, que se reunirão em atividades de conteúdo misto, evitando a segregação do público por níveis ou áreas. Haverá também, concomitantemente às atividades dos partícipes principais, outros eventos no mesmo local, envolvendo alunos e o público externo.

Reitoria Itinerante

A finalidade da Reitoria Itinerante é promover uma gestão compartilhada, com foco resolutivo, buscando dar encaminhamento às demandas apresentadas pelos campi. Este projeto consiste em levar o reitor e os pró-reitores do Ifes para os diversos campi que compõem o instituto, buscando ouvir as demandas locais e traçar planos de ações para resolvê-las.

Este projeto foi idealizado para que a alta gestão se aproxime ainda mais dos níveis hierárquicos mais técnicos e operacionais. Os ganhos esperados para esta iniciativa incluem, dentre outros, um

aprimoramento na comunicação entre a Reitoria e os campi, uma melhor sincronia entre os objetivos estratégicos e as metas locais e a melhoria do clima organizacional de cada *campus*.

Abaixo estão discriminados as etapas e as entregas realizadas em 2017 e as etapas que serão entregues em 2018:

- **Etapa 1:** construção dos valores compromissos e diretrizes iniciais de governança a serem apresentados no documento. Para construção desta primeira etapa foi formada uma equipe de servidores docentes e técnicos administrativos, com relevante experiência na área de planejamento e gestão, com a missão de consolidar um documento norteador das primeiras atividades de governança no período de 2017 a 2021.
- **Etapa 2:** Construção do Plano de Governança da Gestão 2017-2021, com detalhamento das ações de governança e gestão a serem implementadas. O documento foi elaborado nos 100 primeiros dias da nova gestão, no ano de 2017. As ações foram escalonadas utilizando a ferramenta de Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).
- **Etapa 3:** Revisão do Planejamento Estratégico da Instituição, previsto para 2018. Nesta etapa será reposicionado o Planejamento Estratégico existente. Não será a construção de um novo Planejamento Estratégico, mas uma revisão do já existente com os devidos ajustes alinhados à mudança de cenário e avaliação dos objetivos previstos/alcançados.
- **Etapa 4:** Reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes, previsto para 2018. Nesta etapa serão utilizadas ferramentas institucionais no processo de consolidação das estruturas e nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, priorizando ações de qualidade de vida no trabalho, convivência e consolidação.

3.3 Desempenho orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações do OFSS

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS, informações repassadas pela PROAD:

Quadro 11: Ação: Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial
Código	20RL-0032 Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	Representa o próprio objetivo
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009

Identificação da Ação						
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.260.230	67.260.230	66.880.865	61.100.500	59.893.351	1.207.149	5.780.365
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		unidade	21000		21000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.712.315	6.407.083	(291.222)	Estudante matriculado	unidade	21.000	

Quadro 12: Ação: Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2994		Tipo: Atividade			
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.828.744	15.828.744	15.803.688	15.289.268	15.236.874	52.394	514.420

Identificação da Ação					
Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudantes	unidade	85.000		146.008	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
638.732	523.040	(53.998)	Estudantes	unidade	1.570

Quadro 13: Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa						
Objetivo	Ação com número superior da meta física, referente a concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio com caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. A instituição conseguiu atender toda sua demanda não prevista neste ano de 2017					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.131.112	6.613.527	6.572.285	6.572.285	6.572.285	0	0
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Servidor atendido		0	0	2.233		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Identificação da Ação					
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	10.222	(88.064)	Servidor atendido		0

Quadro 14: Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Ação conseguiu ter uma meta física de 545 pessoas beneficiadas sem haver previsão. Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores civis, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.131.260	2.228.023	2.206.013	2.206.013	2.206.013	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Servidor atendido			unidade	0	0	545
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Quadro 15: Ação: Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial				
Código	2011		Tipo: Atividade		

Identificação da Ação						
Título	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Meta realizada com número não previsto de 282 pessoas beneficiadas pelo pagamento de auxílio-transporte em pecúlio ou vale-transporte na modalidade papel e ou bilhetagem eletrônica, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transportes coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
835.536	835.536	609.671	609.671	609.671	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor atendido		unidade	0	0	282	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Quadro 16: Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial				
Código	2012	Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa					
Objetivo	Metas atendidas de pessoas beneficiadas com concessão em caráter indenizatório e sob forma.				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					

Identificação da Ação						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.250.284	15.794.068	15.787.448	15.787.448	15.787.448	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor atendido		unidade				2.782
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Quadro 17: Ação: Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	216H	Tipo: Atividade				
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos					
Iniciativa						
Objetivo	Não há fatores a serem expostos, a meta condiz com a demanda de servidores do órgão que necessitaram de auxílio.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
130.000	130.000	91.096	91.096	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Agente público beneficiado		unidade	10			7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º	Valor Liquidado	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

Identificação da Ação					
janeiro		Cancelado		medida	
0	0	0			0

Quadro 18: Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	4572			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa						
Objetivo / Análise	A ação consegue atender a meta física em 250 servidores capacitados. A justificativa foi a redução de recursos que não permitiu atender a todos. Por este motivo, ocorreu saldo em restos a pagar. Código: 1009					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26406 - Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	299.698	290.054	283.352	6.702	9644
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor capacitado		unidade	300	-	250	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
89.158	71.904	(5.304)	Servidor capacitado	unidade	130	

Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar Não Processados – OFSS

Não se aplica.

Ações – Orçamento de Investimento – OI

Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 19: Ação: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20RG			Tipo: Atividade	
Objetivo/Análise		Dificuldades em cumprir a meta devido restrição orçamentária, bem como atrasos nos repasses de financeiro para pagamento.				
Título		Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo/Análise		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos			Código: 2080 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26406 - Instituto Federal do Espírito Santo				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.076.829	5.076.829	3.655.403	2.248.231	2.172.608	75.623	1.407.171
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		unidade	22	-	14	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.231.523	1.960.194	(2.343)	Projeto viabilizado	unidade	14	

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Conforme análise da PROAD, o contingenciamento do Orçamento de 2017 dificultou a execução do planejamento orçamentário do Ifes, diante do grande fracionamento da descentralização, fato que ocasionou incerteza sobre os valores a serem recebidos para os empenhos das despesas de funcionamento e, até o final do exercício, a incerteza se haveria a liberação do total de custeios, que se definiu apenas em dezembro. Mesmo assim, houve um corte de 40% do orçamento de capital aprovado na Lei Orçamentária Anual, tendo prejudicado bastante os pagamentos das despesas, também devido aos atrasos nos repasses financeiros, gerando insegurança aos fornecedores, os quais foram pagos quase sempre com atraso.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 20: Restos a pagar de exercícios anteriores (Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2016	3.672.579,11	3.590.313,94	53.435,83	28.829,34	
2015	86.579,28	35.642,96	10.214,40	40.721,92	
2014	23.764,70	189,00	0	23.575,70	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2016	16.189.745,47	12.975.340,81	12.584.939,87	510.912,03	3.093.893,57
2015	2.297.726,58	623.386,42	623.378,09	238.230,51	1.436.117,98
2014	1.154.305,84	199.597,47	199.597,47	234.198,84	720.509,53

Análise Crítica

A análise crítica sobre a gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores se justifica pela falta de orçamento e recursos financeiros do ano de 2016 e 2017.

O IFES, apesar de deter, saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 21: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos no exercício de 2017

Unidade concedente ou contratante		
Nome:	Instituto Federal do Espírito Santo -158151/26406	
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados	Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)
Convênio		
IFTriang Mineiro	01/2017	15.387,90
IFSudestes MG	02/2017	14.098,00
UFRJ-Dinter	03/2017	150.789,42
IFBA	04/2017	137.353,50
IFGoias	05/2017	106.432,50
IFSta.Catarina	06/2017	69.673,00
IFAmazonas	07/2017	120.186,00
IFCeará	08/2017	110.129,50
IFParaná	09/2017	32.132,50
IFRN	10/2017	78.740,00
IFRS	11/2017	119.716,50
IFSergipe	12/2017	72.796,50
IFSudeste MG	13/2017	135.391,50
IFTriangulo Mineiro	14/2017	77.441,50
IFFarroupilha	15/2017	53.546,50
IFFluminense	16/2017	39.738,50
IFGoiano	17/2017	63.665,50
IFSul Rio Grandes	18/2017	96.966,70
IFFluminense	19/2017	45.769,44
IFSão Paulo	20/2017	85.829,00
IFParaná	21/2017	9.563,31
IFPernambuco	23/2017	51.895,63
Contrato de repasse		
Totais	23	1.687.242,90

Fonte: Siafi 2017

Obs.: 001/2013 – Universidade do Rio Grande do Norte – implantação do sistema SIG em 2016 valor R\$ 539.286,67 a repassar;

Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores

Quadro 22: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente				
Nome:		Instituto Federal do Espírito Santo -158151/26406		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	23 em andamento	
		Montante Repassado	1.687.242,90	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: Siafi 2017

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão:

Não se aplica

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Não se aplica

Análise Crítica

1. A instituição descentralizou recursos para diversos Institutos Federais. Estes convênios as prestações de contas estão em andamento.
2. O convênio 001/2013 – Universidade do Rio Grande do Norte – implantação do sistema SIG valor que falta repassar é de R\$ 539.286,67. Não houve repasse neste ano de 2017.
3. As medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas: estamos entrando em contato com os IFs para providenciar o mais rápido possível as prestações de contas destes recursos que foram descentralizados para execução de mestrado através do Proept.

3.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A prestação de contas referente a recursos descentralizados é de responsabilidade do coordenador do programa/projeto em execução. Caso o recurso financeiro para o programa/projeto venha do MEC, a prestação de contas será realizada por meio do Simec.

Nos termos de cooperação firmados pelo Instituto Federal do Espírito Santo e outros órgãos, a prestação de contas será realizada pelos recebedores dos recursos descentralizados, sendo responsável a comissão que controlar os recursos. O Instrumento de controle é o Siafi, que possui todos os dados orçamentários, financeiros e contábeis.

3.3.7 Informações sobre a realização das receitas

Tabela 3.1: Informações sobre a realização das receitas ano 2017

RECEITAS	Previsão Atualizada R\$	Receitas Realizadas R\$
Alugueis e Arrendamentos - Principal	779.655,00	757.527,49
Alugueis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.040,00	5.834,58
Receita Agropecuária - Principal	535.877,00	556.917,37
Receita Industrial - Principal	708.580,00	649.994,98
Serv. Administrat. e Comerciais Gerais-Princ.	2.105.200,00	2.958.863,07
Serv. Administrat. e Comerciais Gerais-Mul. Jur.		191,38
Inscr. em Concursos e Proc.Seletivos - Principal	51.497,00	28.837,00
Serviços de Informação e Tecnologia - Principal		252.288,23
Multas Previstas em Legisl. Específica - Princ.		1.435,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Princ.	9.002,00	10.116,78
Indeniz. por danos Causados ao Patr. Pub.-PRINC.		1.883,53
Indeniz. por Sinistro - Principal		164.000,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal		10.966,24
Restit. de Despesas de Exerc. Anteriores - Princ.		12.762,23
Outras Restituições - Principal		1.755,81
Outros Ressarcimentos - Principal		830,20
Outras Receitas-Primárias-Principal	2.384,00	2.732,04
TOTAL	4.195.235,00	5.416.935,93

Obs.: As receitas do Ifes são de fonte própria 0250, e a maior receita é referente a processos seletivos.

3.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 23: Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.921.594	9	68.535.512	14	43.382.743	7	53.720.109	11
a) Convite								
b) Tomada de Preços	254.877		2.305.720		174.369		1.183.996	
c) Concorrência	1.723.623		3.869.244		1.566.348		2589.698	
d) Pregão	52.620.832		53.904.913		41.329.893		44.476.173	
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.322.262		8.455.635		312.133		5.470.242	
2. Contratações Diretas (h+i)	29.240.025	5	23.163.352	5	21.636.146	4	19.815.040	4
h) Dispensa	23.451.412		16.975.631		17.024.818		14.304.862	
i) Inexigibilidade	5.788.613		6.187.721		4.611.328		5.510.178	
3. Regime de Execução Especial	85.665		80.936		85.664		80.936	
j) Suprimento de Fundos	85.665		80.936		85.664		80.936	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	503.685.529	80	380.727.961	79	495.662.301	82	380.721.347	81
k) Pagamento em Folha	501.963.796		378.603.537		493.942.000		378.603.537	
l) Diárias	1.721.733		2.124.424		1.720.301		2.117.810	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	588.932.813	94	472.507.761	98	560.766.854	93	454.337.432	96
6. Total das Despesas da UPC	631.212.194	100	481.351.978,19	100	601.778.939	100	470.658.750	100

Quadro 24: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1.Despesas de Pessoal								
31.90.11 Venc. e Vantagens	342.353.671	295.773.198	342.353.671	295.773.105		9.348,38	342.154.199	
31.91.13 Obrig. Patronais	67.751.527	56.926.147	67.751.527	56.926.147			66.441.945	
31.90.01 Aposentado. RPPS.	60.451.141	49.337.061	60.451.141	49.337.061			60.451.141	
Demais elementos do grupo	31.407.456	23.460.647	31.407.456	23.460.647			24.894.714	
2.Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3.Outras Despesas Correntes								
33.90.37 Locação MObra	32.495.487	34.714.721,63	30.439.256	32.384.071,61	2.056.230	3.278.785,27	29.696.721	32.054.056,40
33.90.39 Outros Serv. Terc.	27.074.640	26.041.733,40	22.726.861	22.506.206,54	-	5.269.761,44	22.393.677	22.012.265,66

Quadro 24: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1.Despesas de Pessoal								
33.90.46 Aux.-Aliment.	15.068.909	14.904.610,03	15.068.909	14.904.610,03	4.347.779	-	15.068.909	14.904.610,03
Demais elementos do grupo	40.210.510	43.668.935,22	37.529.359	39.180.394,05	2.681.150	5.553.475,85	37.186.683	38.504.424,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4.Investimentos								
44.90.51 Obras e Inst.	5.762.615	12.988.614,15	1.070.241	9.006.521,71	4.692.373	4.927.168,90	494.837	7.551.699,42
44.90.52 Equip. Mat. Perm.	8.563.320	4.713.014,89	3.250.469	3.134.952,44	5.312.851	4.948.771,90	2.929.989	2.531.659,13
44.90.39 Outros Serv. Terc.	20.806	653.161,47	14.016	378.348,84	6.790	283.128,00	14.016	263.845,05
Demais elementos do grupo	52.108	9.426.030,58	52.108	100,00	-	-	52.108	10.347.203,60
5.Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6.Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica da Realização da Despesa

Despesas Correntes: Pessoal e Encargos; Outras Despesas Correntes

No encerramento de 2017, as Despesas Correntes “Pessoal e Encargos Sociais” e despesas empenhadas R\$ 501 milhões, representa 80% do total de Despesas Empenhadas. As Outras Despesas Correntes - despesas empenhadas R\$ 114 milhões, representa 18% do total de Despesas Empenhadas

Despesas de Capital: os “Investimentos” despesas empenhadas R\$14,4 milhões, representa 2% do total das Despesas Empenhadas.

Os valores em Restos a Pagar ficaram com saldos relevantes devido a falta de recursos descentralizados para o Instituto. A Instituição procurou seguir as orientações do MEC, priorizando os pagamentos dos terceirizados.

As modalidades de licitações foram realizadas por elemento de despesas conforme a disponibilidade orçamentária do órgão observando a legalidade.

3.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 25: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158272	IFES – Colatina			01	4.000,00	8.000,00
	158416	IFES - Vitória			02	46.000,0	8.000,00
	158417	IFES – Serra			01	14.600,00	8.000,00
	158424	IFES - Itapina			02	18.500,00	8.000,00
	158425	IFES- Alegre			01	15.000,00	8.000,00
	158427	IFES – Vila Velha			02	4.000,00	8.000,00
	158428	IFES - Ibatiba			02	7.600,00	8.000,00
	158429	IFES – Venda Nova			02	3.000,00	8.000,00
2016	158892	IFES - Piúma			02	2.000,00	8.000,00
	158151	IFES – Reitoria			01	355,70	4.000,00
	158416	IFES - Vitória			06	29.133,32	8.000,00
	158424	IFES – Itapina			07	12.632,36	4.000,00
	158425	IFES- Alegre			04	11.854,87	5.000,00
	158427	IFES – Vila Velha			01	1.220,39	4.000,00
	158428	IFES - Ibatiba			04	7.256,03	3.500,00
	158429	IFES- Venda Nova			03	407,20	1.000,00

Fonte: Siafi

Quadro 26: Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158272	IFES – Colatina					1.665,90	1665,90
	158416	IFES– Vitória			2	1.580,00	39.120,30	40.700,30
	158417	IFES – Serra					11.636,42	11.636,42
	158424	IFES - Itapina					9.496,41	9.496,41
	158425	IFES- Alegre					13.426,01	13.426,01
	158427	IFES – Vila Velha					2.542,00	2.542,00
	158428	IFES - Ibatiba					5.700,00	5.700,00
	158429	IFES – Venda Nova					49,80	49,80
	158892	IFES - Piúma					447,61	447,61

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque	Fatura	Total	
	158151	IFES–Reitoria				355,70	355,70	
2016	158416	IFES - Vitória			02	850,00	28.283,32	29.133,32
	158424	IFES– Itapina					12.632,36	12.632,36
	158425	IFES- Alegre					11.854,87	11.854,87
	158427	IFES – Vila Velha					1.220,39	1.220,39
	158428	IFES - Ibatiba					7.256,03	7.256,03
	158429	IFES- Venda Nova					407,20	407,20

Fonte: SIAFI

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

De acordo com o **Ofício-Circular nº 4/2018/GAB/SETEC/SETEC-MEC** de 08/01/2018, a partir da edição da Portaria SETEC nº 01/2018, de 03/01/2018, que Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE, a utilização da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) substitui o uso das planilhas com os indicadores de desempenho do Acórdão TCU n.º 2.267/2005, utilizadas até o exercício de 2017 na composição do Relatório de Gestão.

A plataforma reúne dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). De acordo com o calendário, previsto no artigo 16 da referida Portaria, **para o exercício de 2018**, o cronograma com as datas para coleta e validação dos dados foram os seguintes:

- 26/01/2018: Extração dos dados do Sistec;
- 01/02/2018: Disponibilização dos dados extraídos do Sistec na Plataforma Nilo Peçanha, para qualificação;
- 25/02/2018: Data limite para envio dos dados via PNP;
- 15/03/2018: Publicação dos resultados para Instituições de Ensino.

Os dados coletados passaram por ajustes teórico-metodológicos de modo a organizar as informações nas categorias estatísticas necessárias para o cálculo dos indicadores de gestão da Rede Federal. Estes ajustes foram definidos, pelo DDR/SETEC visando qualificar as informações obtidas. Na Plataforma Nilo Peçanha também estão disponíveis as notas metodológicas e glossário que apresentam os aspectos envolvidos para composição das informações publicadas.

O curto interstício entre a disponibilização dos indicadores de desempenho na PNP, e a data para a postagem da prestação de contas no TCU, inviabilizou ritos internos de avaliação do Relatório de Gestão 2017. A apresentação do documento no Colegiado de Dirigentes ficará postergada, e será feita em um novo formato com foco elucidativo nos itens prementes analisados.

3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 27: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Exercício 2017		Fórmulas de Cálculo	Exercício				
		Fórmulas de Cálculo*	Dados		2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$R_{iv} = \text{Inscritos} / \text{Vagas}$	4,64	Inscrições/Vagas	8,12	11,51	11,41	11,15	13,9
	Relação Ingressos/Aluno	$\text{Ingressos} * 100 / \text{Matric}$	39,13	$\text{Ingressos} * 100 / \text{Matric}$	28,95	28,41	32,05	28,59	30,04
	Relação Concluintes/Aluno	$C_{\text{ciclo}} = \text{Concluintes ciclo} / \text{Matrículas ciclo} [\%]$	50,80	$\text{Concluintes} * 100 / \text{Matric}$	12,56	11,92	11,34	19,52	16,5
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$I_{EA} = C_{\text{ciclo}} + [C_{\text{ciclo}} / (C_{\text{ciclo}} + E_{\text{ciclo}})] * R_{\text{ciclo}} [\%]$	54,80	$\Sigma \text{ de concluintes} * 100 / \Sigma \text{ Ingressos período equiv}$	53,82	49,67	49,08	54,94	50,8
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$R_{\text{ciclo}} = \text{Retidos Ciclo} / \text{Matrículas ciclos} [\%]$	7,40	$\text{Retidos} * 100 / \text{Total Matric}$	41,5	40,54	36,74	34,95	25,5
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\text{RAP} = \text{Matrículas equivalentes} / \text{Professores equivalentes}$	19,18	$\text{Matric} / \text{Total Docentes}$	20,54	21,29	19,39	20,63	21,98
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$G_m = \text{Gasto Corrente} / \text{Matrículas Equivalentes}$	19.245,44	Gastos/matrículas	16.662,27	15.385,69	14.972,23	13.655,76	10.386,21
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\text{Gastos Pessoal} / \text{Total de Gastos} * 100$	81,29	$\text{Gastos Pessoal} / \text{Total de Gastos} * 100$	75,13	72,32	68,36	65,95	86,92
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\text{Gastos outros custos} / \text{Gastos Totais} * 100$	13,61	$\text{Gastos outros custos} / \text{Gastos Totais} * 100$	18,03	16,27	18,5	18,48	20,54
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\text{Gastos investimentos} / \text{Gastos Totais}$	0,99	$\text{Gastos investimentos} / \text{Gastos Totais}$	3,26	7,99	9,36	11,38	8,76
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\text{ITCD} = (G + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) / (G + A + E + M + D)$	4,20	$G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5 / G + A + E + M + D$	4,1	3,99	3,77	3,79	3,47

*Notas metodológicas disponíveis na página da Plataforma Nilo Peçanha: <https://www.plataformanilopecanha.org/>

Eficiência Acadêmica de Concluintes

Quadro 28: Descrição do indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes		
OBJETIVO ASSOCIADO	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Mede a eficiência em termos dos percentuais de conclusão e da possibilidade que os alunos retidos concluam os cursos.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$I_{EA} = C_{ciclo} + [C_{ciclo} / (C_{ciclo} + E_{ciclo})] * R_{ciclo}[\%],$ onde: – C_{ciclo} = Conclusão ciclo; – E_{ciclo} = Evadido ciclo; – R_{ciclo} = Retido ciclo.	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Positiva

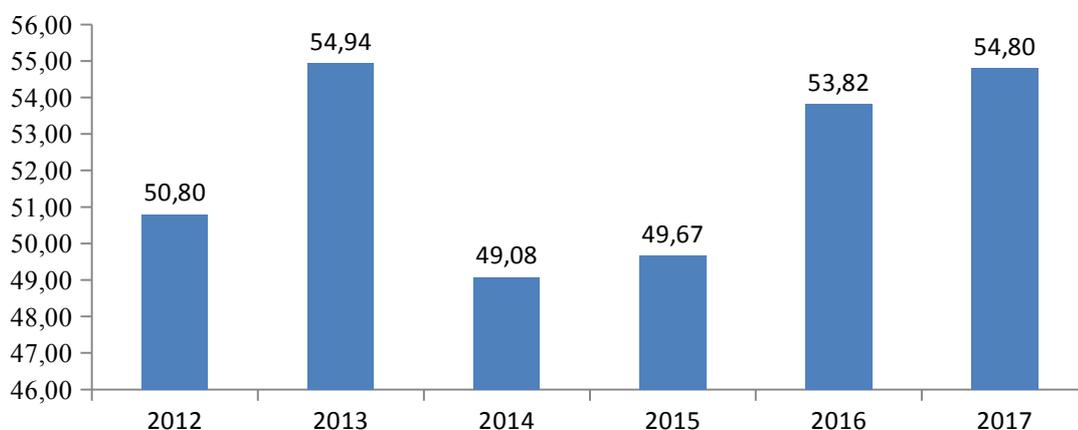


Gráfico 1: Série histórica do indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes

Análise crítica

O índice mantém a trajetória de crescimento dos últimos anos. Este resultado se deve aos trabalhos desenvolvidos nos campi, que engloba a atuação dos professores e técnico-administrativos ligados as áreas de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, no aprimoramento das formas de monitoramento e acompanhamento pedagógico dos cursos. As ações realizadas pela assistência estudantil e equipes Multidisciplinares também foram fundamentais para o alcance da eficiência acadêmica nos campi. Com relação aos cursos de extensão, as parcerias com os arranjos produtivos locais também impulsionaram o alavancar destes indicadores em alguns campi.

Algumas iniciativas como: a criação da Comissão de Gestão da Permanência, no Campus Centro-Serrano, o Curso de Verão, realizado no mês de janeiro pelo Campus Cachoeiro de Itapemirim, e que

foi voltado para os alunos retidos em determinadas matérias, buscam minimizar os índices de transferências e reprovações.

No campus Colatina os índices têm avançado consideravelmente, tanto que em 2015 o quantitativo total foi de 12%, em 2016 de 47% e este ano passou para 51,3%. Também houve aumento dos índices para os cursos superiores, uma vez que houve a primeira turma do curso de Arquitetura se formando. Houve bons resultados para a Pós graduação em Administração Pública e para os cursos de extensão ofertados pelo Campus Colatina, que tiveram maciça participação e conclusão de seus alunos. Cabe ressaltar que as categorias de aplicação contaram em muito com o envolvimento dos professores, das pedagogas em acompanhamentos pontuais a alunos e a docentes, além de todo o suporte dispensado pela Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar, em se tratando de acompanhamento psicológico, de auxílio-transporte, alimentação e moradia e com a bolsa de monitoria, que em 2016 totalizaram 20.

No Campus São Mateus, houve uma queda no índice de eficiência em relação ao ano de 2016. Ao comparar o percentual apurado no exercício de 2017 (51,2%), em relação aos anos anteriores a 2016, constata-se, que os índices se aproximam do período compreendido entre 2012 a 2014, apresentando uma melhora de aproximadamente 16% em relação ao ano de 2015. O resultado obtido foi fruto do trabalho integrado do grupo de gestores da escola, profissionais do setor pedagógico, dos professores, dos profissionais de Atendimento Multidisciplinar, que tem convergido para a busca da eficiência acadêmica.

Os dados demonstram que, a partir de 2015, vem ocorrendo um aumento na capacidade de alcançar êxito nos alunos que finalizam os cursos no Campus Vila Velha. Isso se deve ao trabalho desenvolvido pelos professores e técnico-administrativos ligados à Diretoria de Ensino, que intensificaram o acompanhamento pedagógico dos cursos. As ações realizadas pela assistência estudantil, as atividades da psicóloga junto aos alunos, além da oferta de 12 (doze) bolsas de monitoria e 7 (sete) monitorias voluntárias, do Projeto de Tutoria em Química (voluntário) e da oferta especial de disciplinas ministradas com o uso de metodologias diversificadas contribuíram para o bom resultado.

Outros campi que contribuíram para melhoria do indicador foram: Aracruz (66,80%), Cariacica (66,10%), Montanha (88,30%), e Venda Nova do Imigrante (72,30%), que adotaram medidas já discriminadas acima.

Retenção do fluxo escolar

Quadro 29: Descrição do indicador Retenção do Fluxo Escolar

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Índice de Retenção do Fluxo Escolar – Retençãociclo (R _{ciclo})		
OBJETIVO ASSOCIADO	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos. Percentual de retidos, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de 1 ano).		
FÓRMULA DE CÁLCULO	R _{ciclo} = Retidos Ciclo/ Matrículas ciclos [%]	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Negativa

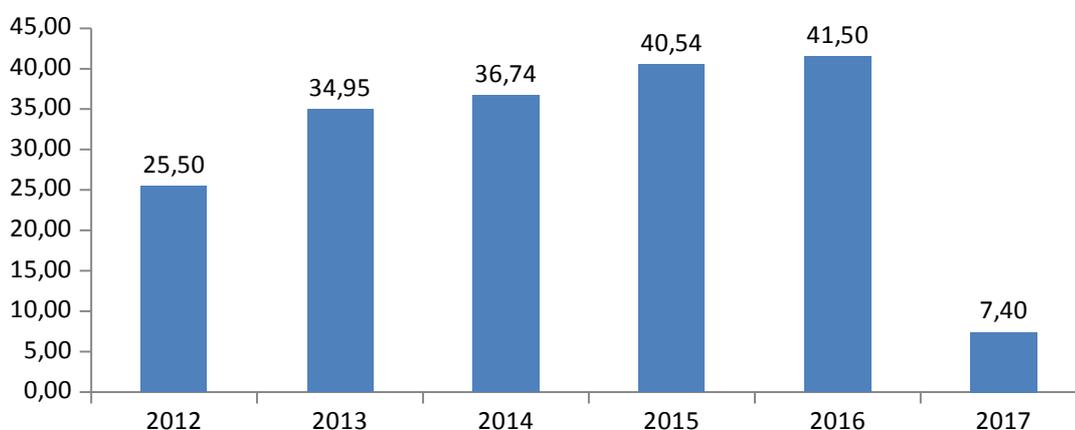


Gráfico 2: Série histórica do indicador Retenção do Fluxo Escolar

Análise crítica

Diversas ações foram implementadas nos campi impactaram para o bom desempenho no ano de 2017, a dizer: programas de assistência estudantil (auxílios transportes, alimentação, moradia; monitoria; apoio aos projetos de pesquisa e extensão); reforço escolar; acompanhamento pedagógico com os alunos; acompanhamento individual das deficiências previamente identificadas nos discentes; orientações aos professores e atividades complementares.

A retenção do fluxo escolar diminuiu consideravelmente, no campus Colatina, em comparação aos anos anteriores, uma vez que em 2017 foi de 4,5%. No campus Nova Venécia o índice ficou em 1,40% em 2017. O campus implementou o Projeto Ativamente e Estudo Ativo para atender demandas apresentadas nos períodos anteriores e a oferta especial de um curso de treinamento para OBMEP da Matemática. Além disso, a recuperação paralela implementada nos cursos técnicos têm proporcionado uma nova chance de aprendizado aos estudantes.

No Campus Vila Velha, programas da assistência estudantil como a monitoria e os auxílios contribuem para a melhora deste índice (0,9% em 2017). Foi implementado o Projeto de Tutoria em Química em 2017/2, para atender demandas apresentadas nos períodos anteriores, e a oferta especial de disciplinas como Fundamentos da Matemática Elementar, ministrada com o uso de metodologias diversificadas. Além disso, a recuperação paralela implementada nos cursos técnicos proporcionou uma nova chance de aprendizado ao estudante.

Relação de Concluintes por Matrícula Atendida

Quadro 30: Descrição do indicador Relação de Concluintes por Matrícula Atendida

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO	
NOME DO INDICADOR	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida – Conclusão _{ciclo} (C _{ciclo})
OBJETIVO ASSOCIADO	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)	

FINALIDADE DO INDICADOR	Percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de 1 ano).		
FÓRMULA DE CÁLCULO 2017	$C_{\text{ciclo}} = \text{Concluintes ciclo} / \text{Matrículas ciclo}$ [%]	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO 2017	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Positiva

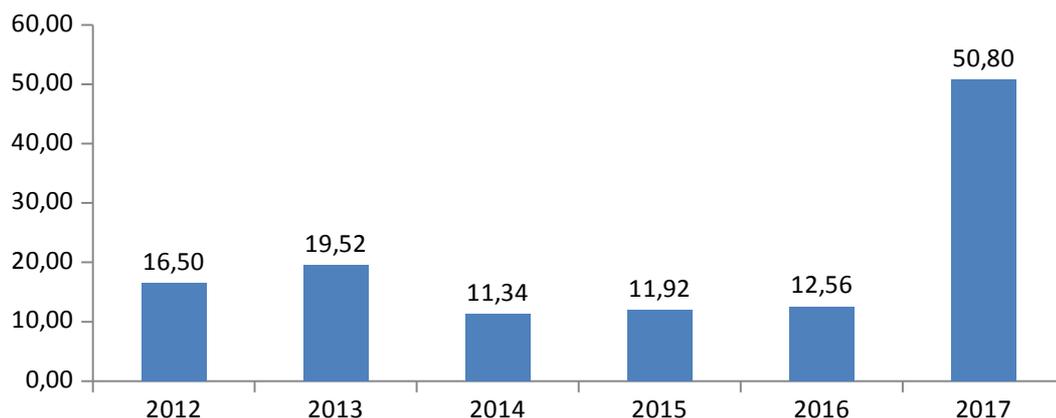


Gráfico 3: Série histórica do indicador Relação de Concluintes por Matrícula Atendida

Análise crítica

A relação de concluintes por matrícula atendida vem aumentando nos últimos anos, o que indica um melhor resultado institucional. No entanto, o resultado sofreu impacto em alguns campi pelo número de turmas em andamento, em 2017, que não possuíam turmas integralizadas. Outros fatores que influenciaram no indicador: abertura de novas turmas nos campi que não possuíam turmas integralizadas em 2017 e o número de alunos que não solicitaram certificação estando aptos a solicitarem.

No Campus de Alegre foi designada a Comissão de Estudos da Qualidade de Ensino para analisar este indicador e planejar ações voltadas para melhoria da relação de concluintes por matrículas atendidas. No campus os índices sofreram influência dos cursos pactuados pelo PRONATEC no período 2013 a 2015. A partir do ano de 2016 as pactuações reduziram substancialmente até a sua suspensão em 2017.

No Campus São Mateus o percentual apurado no exercício de 2017 ficou em 42,1%. Dentre os fatores que afetaram este percentual, temos: dificuldades na liberação do trabalho, principalmente, os alunos do ensino técnico concomitante, que estudam no período noturno; retenção em disciplinas iniciais no curso de engenharia (que são pré-requisitos de disciplinas finalistas) afetando a conclusão do curso.

Em relação ao índice institucional os campi que contribuíram para melhoria do indicador foram: Aracruz (63,40%); Cariacica (61,90%); Linhares (60,60%); Piúma (61,40%); Montanha (85,08%) e Venda Nova do Imigrante (72,30%).

Titulação dos Docentes

Quadro 31: Descrição do indicador Titulação dos Docentes

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Índice de Titulação dos Docentes – Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Promover a capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir o índice de atualização e capacitação do corpo docente. Para a aferição do cumprimento das metas institucional foi considerado apenas os professores efetivos. O índice varia de 1 a 5.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$ITCD = (G + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) / (G + A + E + M + D)$, onde: G = [professores com] Graduação A = Aperfeiçoamento E = Especialização M = Mestrado D = Doutorado	UNIDADE DE MEDIDA	Adimensional
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Positiva

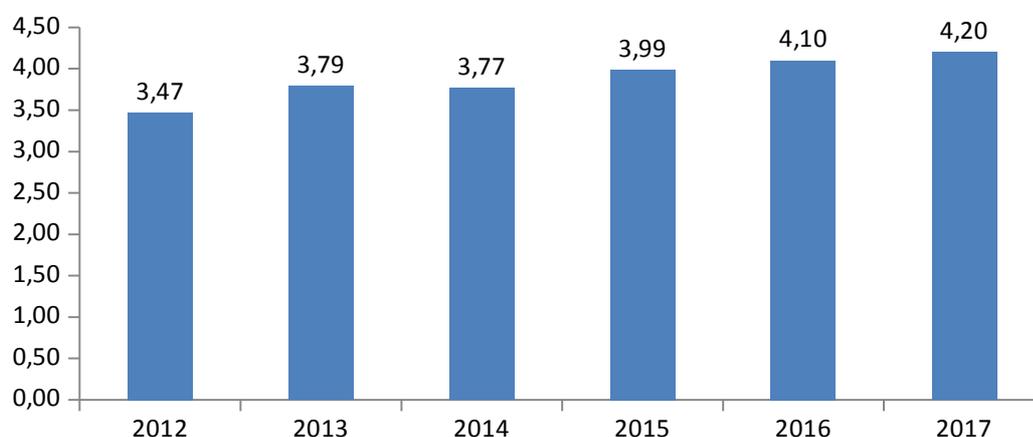


Gráfico 4: Série histórica do indicador Titulação dos Docentes

Análise crítica

O índice de titulação docente vem aumentando nos últimos anos. Várias ações foram realizadas com vistas a sua melhoria: oferta de Programas de Mestrados e Doutorados institucionais; apoio e incentivo a participação docente em programas de pós-graduações stricto sensu; plano de carreira que facilita e incentiva à busca de melhores titulações e as estratégias de capacitação.

O Índice de titulação docente do Campus Piúma ficou em 4,2, aumento este que é resultado da política de qualificação institucional implementada pela gestão do Campus. Além disso, existe o interesse demonstrado pelos docentes do campus no desenvolvimento de suas carreiras, buscando melhorar sua titulação, que impacta positivamente no processo ensino-aprendizagem.

No Campus Vila Velha, o corpo docente estava composto em 2017 de 70% de doutores e 30% de mestres. Entre as estratégias de capacitação e qualificação docente estão incluídas: a participação de docentes em programas de pós-doutorado e capacitação a cada quinquênio, informação não contabilizada no índice gerado.

Aluno por Docente em Tempo Integral

Quadro 32: Descrição do indicador Aluno por Docente em Tempo Integral

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Relação Alunos/Docente em Tempo Integral – RAP = Matrículas equivalentes/ Professores equivalentes		
OBJETIVO ASSOCIADO	Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir a capacidade de atendimento em relação à força de trabalho.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	RAP = Matrículas equivalentes/ Professores equivalentes	UNIDADE DE MEDIDA	Alunos por Docente
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

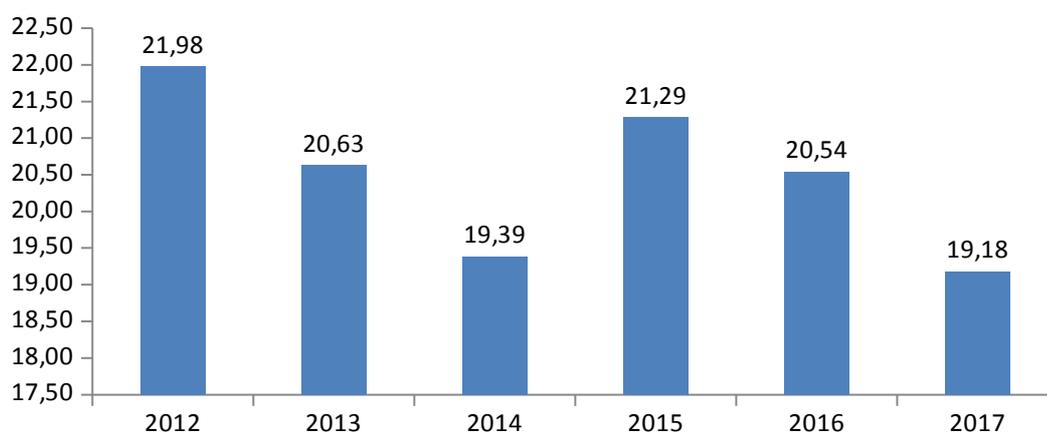


Gráfico 5: Série histórica do indicador Aluno por Docente em Tempo Integral

Análise crítica

Na visão institucional, a relação aluno docente em tempo integral está próxima ao cumprimento da meta, de 20 alunos para cada docente, prevista no Plano Nacional de Educação. No entanto, analiticamente alguns campi precisam evoluir essa relação.

No Campus Viana o índice apresentado está abaixo do exigido na meta, porém este dado se justifica em virtude de sua característica de Campus em Implantação, com estrutura física em expansão. O quadro de 21 professores foi alcançado em 2017/2, com a entrada de 5 novos professores da área técnica, o que até então impossibilitava o aumento da oferta de novas vagas. Há planejamento de aumento da oferta, para os próximos anos

No Campus São Mateus, o dado apurado demonstra uma queda no índice Relação Aluno/Docente em Tempo Integral, tomando como base os índices apurados nos últimos dois anos. O número de alunos matriculados no exercício de 2017 em relação ao ano de 2016, apresentou um pequeno crescimento da ordem de 2,21%. Mas, a queda no Índice Relação Aluno/Docente foi em decorrência do aumento no quadro de servidores docentes (7,79%), percentual que foi maior do que a entrada de novas matrículas, ocasionando uma queda do indicador. O aumento no número de servidores é devido à possibilidade de abertura de novos cursos, aumentando assim no futuro, o número de matrículas.

Os Campi com relação aluno/docente em tempo integral maior do que 20 foram e que contribuíram para o bom desempenho foram: Cachoeiro de Itapemirim; Cariacica; Cefor; Centro-Serrano; Guarapari; Nova Venécia; Piúma e Vila Velha. Este desempenho ocorreu devido a oferta de novos cursos.

Gasto Corrente por Aluno

Quadro 33: Descrição do indicador Gasto Corrente por Aluno

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Gastos Correntes por Aluno – Gasto Corrente por Matrícula (G_m)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Assegurar orçamento para a execução da estratégia		
PERSPECTIVA	Orçamento		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir o custo médio de cada aluno para a instituição. Para o cálculo do Gasto Corrente são descontados do Gasto Total os valores: (1) Inativos/Pensionistas, (2) Investimentos e (3) Inversões Financeiras.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$G_m = \text{Gasto Corrente} / \text{Matrículas Equivalentes}$	UNIDADE DE MEDIDA	Reais
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

Tabela 3.2: Cálculo do índice de gastos correntes por aluno

CÁLCULO DO ÍNDICE DE GASTOS CORRENTES POR ALUNO	
Total de Gastos Correntes	R\$ 535.234.740,00
Número de matrículas equivalentes	27.811
Gastos Correntes por matrícula	R\$ 19.245,44

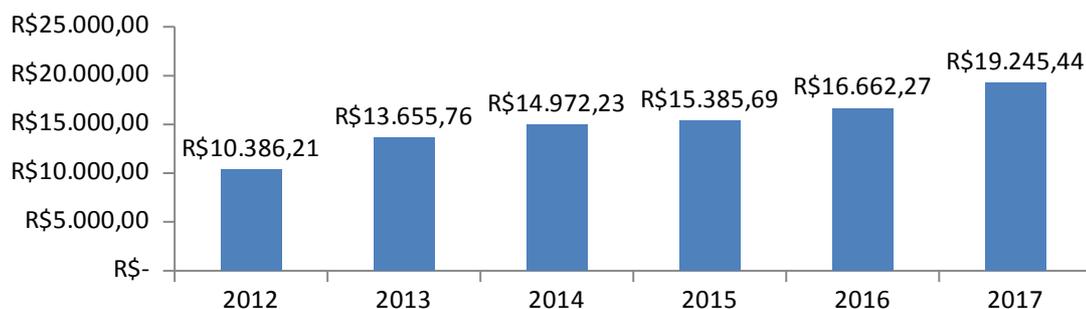


Gráfico 6: Série histórica do indicador Gasto Corrente por Aluno

Análise crítica

O custo médio de cada aluno para a instituição no ano de 2017 foi de R\$ 19.245,44. O aumento gradual do índice de gastos correntes por aluno se deu de forma crescente de 2012 a 2016, impulsionado principalmente pelo aumento dos gastos com a folha de pagamento. Em contrapartida, o Ifes obteve um valor de investimento em torno de 0,99% em relação aos gastos totais. Não houve grande crescimento em investimento na instituição devido o orçamento do MEC ter sido afetado com a falta de recursos por conta das reformas políticas orçamentária no país.

Candidato Vaga – Alunos

Quadro 34: Descrição do indicador Candidato Vaga – Alunos

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Relação Candidato / Vaga – Relação Inscritos/Vagas (R_{iv})		
OBJETIVO ASSOCIADO	Difusão do conhecimento, cultura e esporte		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$R_{iv} = \text{Inscritos} / \text{Vagas}$	UNIDADE DE MEDIDA	Inscrito / Vaga
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Positiva

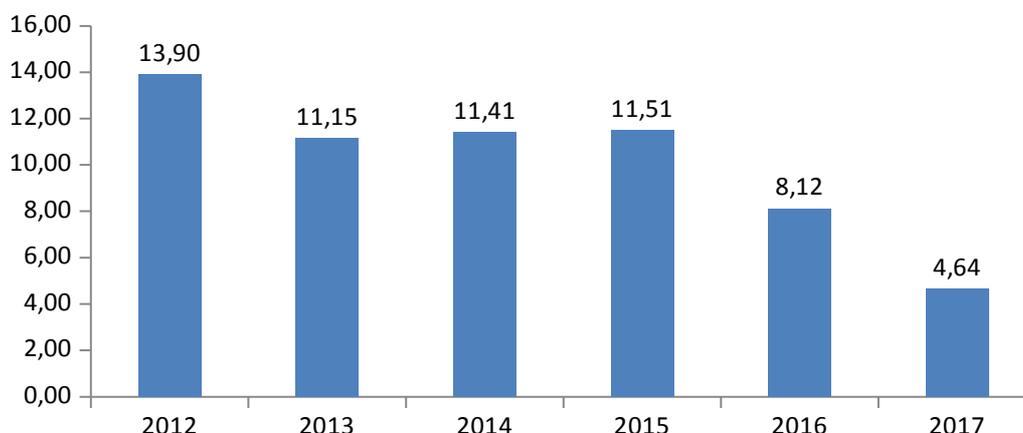


Gráfico 7: Série histórica do indicador Candidato Vaga – Alunos

Análise crítica

Nos últimos anos, este indicador vem diminuindo devido ao aumento da oferta de vagas de novos cursos nos campi e as alterações nas regras do SISU. Entretanto, algumas ações foram realizadas para aumentar a relação candidato/vaga, tais como: maior divulgação dos cursos nas comunidades e escolas da região; divulgação processos seletivos entre as diversas mídias e incentivando a visita de alunos de outras escolas nas dependências do instituto.

No Campus Montanha houve um aumento na relação candidato/vaga, em virtude da divulgação do processo seletivo pelo programa Ifes Portas Abertas. O Campus São Mateus mesmo apresentando uma queda no indicador intensificou algumas ações, tais como: divulgação dos cursos nas escolas estaduais e municipais; visita de escolas municipais às dependências do campus, a fim de despertar nos alunos a importância de uma formação nos cursos técnicos e superiores do Ifes.

O Campus Venda Nova do Imigrante, também intensificou a divulgação dos cursos e dos processos seletivos nas mais diversas mídias. Como resultado teve um número maior de inscritos por vaga. Vale considerar que com o passar dos anos de funcionamento, o campus adquiriu mais credibilidade na região no qual está inserido e ganha cada vez mais visibilidade por meio de diversas ações junto à comunidade.

Ingressos por Matrícula Atendida

Quadro 35: Descrição do indicador Ingressos por Matrícula Atendida

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO	
NOME DO INDICADOR	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida
OBJETIVO ASSOCIADO	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais
INFORMAÇÕES GERAIS	
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir a capacidade de renovação do quadro discente.

FÓRMULA DE CÁLCULO	(Ingressantes / Matrículas Atendidas) x 100, onde: – Ingressantes = Todas as novas matrículas efetuadas nos meses de referência do intervalo de análise. – Matrículas atendidas = Todas as matrículas que estiveram em curso por, pelo menos, um dia no período analisado	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Positiva

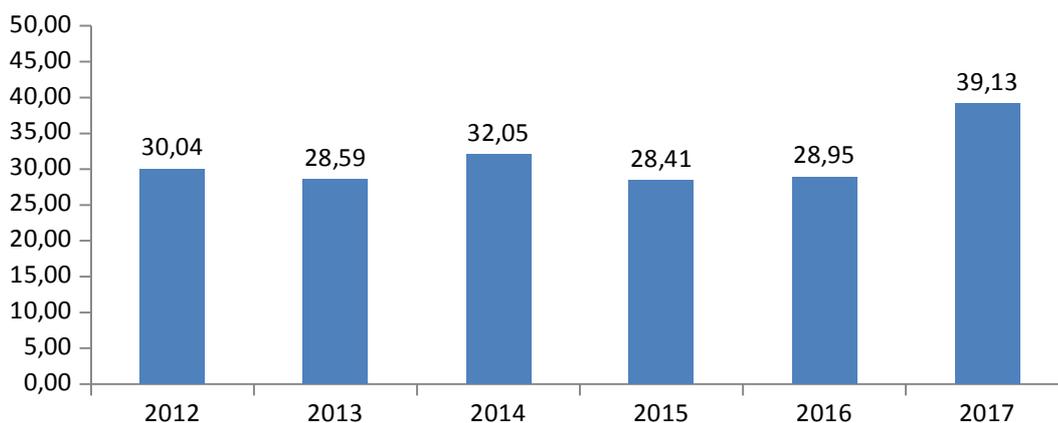


Gráfico 8: Série histórica do indicador Ingressos por Matrícula Atendida

Análise crítica

Ao longo dos últimos 3 anos este indicador vem crescendo, apresentando uma renovação do quadro discente na ordem de 39,13% (2017). Alguns campi apresentaram decréscimo neste indicador em virtude da não pactuação em 2017 do Pronatec e atualização de cursos técnicos em atendimento aos ajustes do catálogo nacional de cursos técnicos de 2015.

No Campus Linhares houve uma redução neste indicador devido a oferta de novos cursos em 2016, sem a integralização de turmas em 2017, prejudicando a análise da relação ingressante por matrícula atendida. O campus também passou por mudança nos projetos de cursos, de 04 para 03 anos de duração.

Em contrapartida no Campus Barra de São Francisco, o indicador ficou em torno de 90,11%, em 2017, principalmente nos cursos do segmento Extensão, elevando assim o quantitativo geral do Campus. Isso ocorreu devido as parcerias com instituições CDL (Câmara de Dirigentes Logistas) e ANPO (Associação Noroeste de Pedras Ornamentais). O Campus Colatina teve um percentual, em 2016, de 14%, subindo para 37,16% em 2017, devido ao aumento na oferta de cursos de extensão.

Outros campi que contribuíram para melhoria do indicador foram: Cachoeiro de Itapemirim (40,34%); Cefor (84,23%); Montanha (65,23%); Piúma (40,85%) e Venda Nova do Imigrante (41,65%).

Gastos com Pessoal

Quadro 36: Descrição do indicador Gastos com Pessoal

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Gastos com Pessoal (GCP)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Assegurar orçamento para a execução da estratégia		
PERSPECTIVA	Orçamento		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	GCP = (Gastos totais com pessoal/ Total de Gastos da Instituição.)	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

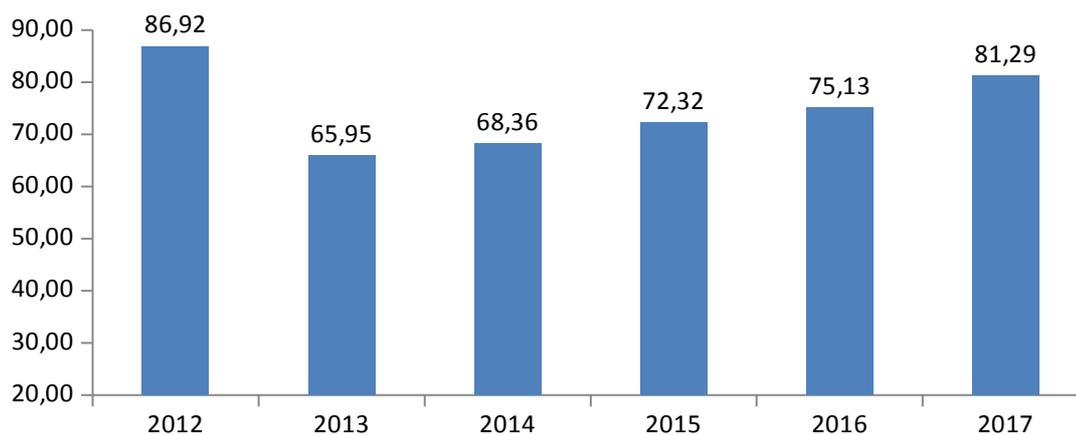


Gráfico 9: Série histórica do indicador Gastos com Pessoal

Análise crítica

Percebe-se um aumento crescente no percentual de gastos com pessoal em relação ao gasto total nos últimos anos. Os gastos médio com pessoal, foi da ordem de 81,29% em relação ao total de gastos com todas as fontes, valor este de R\$ 617.494.633,00. O gasto com pessoal totalizou R\$ 501.952.200,00, deduzindo o valor de pensionistas (R\$ 76.139.470,00 no ano de 2017).

Isto se deve a alguns fatores: aumento no quadro de servidores; reajuste salarial; progressões funcionais; progressões por capacitação; progressão por desempenho acadêmico; Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC); retribuição por titulação e incentiva à qualificação.

Gastos com Outros Custeios

Quadro 37: Descrição do indicador Gastos com Outros Custeios

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Gastos com Outros Custeios (GOC)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Assegurar orçamento para a execução da estratégia		
PERSPECTIVA	Orçamento		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição.		
NOVO OU EXISTENTE	Existente		
FÓRMULA DE CÁLCULO	GOC = (Gastos totais com outros custeios/ Total de Gastos da Instituição.)	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

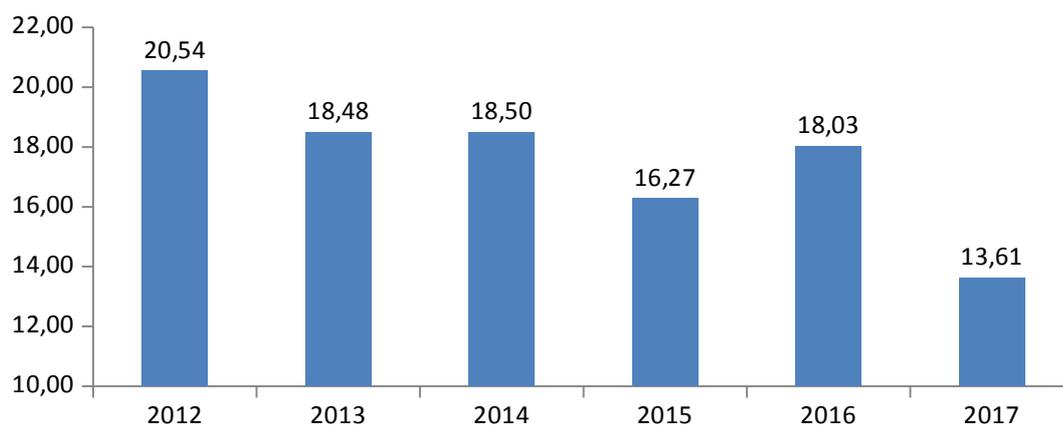


Gráfico 10: Série histórica do indicador Gastos com Outros Custeios

Análise crítica

Considerando o indicador acima, o Ifes teve em 2017 um custo médio, em relação aos gastos totais, em torno de 15,72% (valores de gastos correntes sem considerar os benefícios e PASEP). A redução nos gastos de custeio ocorreu devido aos cortes de orçamento e contenção de despesas adotados pelo Governo Federal, impactando, em alguns campi, nos contratos de serviços terceirizados.

Gasto com Investimento

Quadro 38: Descrição do indicador Gasto com Investimento

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Gastos com Investimentos (GCI)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Assegurar orçamento para a execução da estratégia		
PERSPECTIVA	Orçamento		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	GCI = (Gastos totais com investimentos/ Total de Gastos da Instituição.)	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

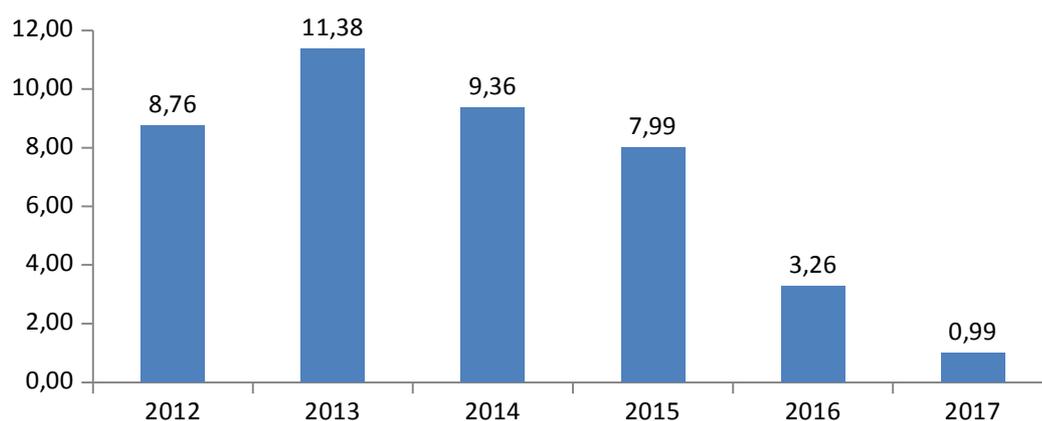


Gráfico 11: Série histórica do indicador Gasto com Investimento

Análise crítica

O Ifes obteve um valor de investimento 0,99% em relação aos gastos totais. Não houve grande crescimento em investimento na instituição devido o orçamento do MEC ter sido afetado com a falta de recursos por conta das reformas políticas orçamentária no país. O impacto na queda dos gastos com investimentos impactou diretamente a aquisição de mobiliário, reforma e ampliação das estruturas físicas e compra de equipamentos nos campi.

O instituto precisou adequar seu funcionamento a esse novo cenário. O indicador só não teve maior redução dada a liberação de recursos por meio de emendas parlamentares, reforçando o crédito nos campi em investimento.

Alunos Matriculados por Renda per Capita

Quadro 39: Descrição do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Alunos matriculados por renda familiar per capita (MRF)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Difusão do conhecimento, cultura e esporte		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir a capacidade de inclusão social da Instituição.		
FÓRMULA DE CÁLCULO	MRF = (Quantidade de alunos por faixa / Total de alunos)	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha	POLARIDADE	Neutra

Tabela 3.3: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita

SÉRIE HISTÓRICA - (%)								
Faixas	2012	2013	Faixas	2014	2015	2016	Faixas	2017
RFPC < 0,5 SM	11,90	6,90	RFPC < 0,5 SM	1,60	9,68	33,14	0<RFP<=0,5	13,44
0,5< RFPC ≤ 1	26,19	10,94	0,5< RFPC ≤ 1	13,93	14,22	21,51	0,5<RFP<=1	18,67
1 < RFPC ≤ 1,5	17,43	5,57	1 < RFPC ≤ 1,5	10,12	8,87	7,21	1<RFP<=1	9,81
1,5< RFPC ≤ 2	17,57	10,35	1,5< RFPC ≤ 2	7,19	7,28	7,22	1,5<RFP<2,5	9,69
2,5< RFPC ≤ 3	9,16	5,71	2,5< RFPC ≤ 3	4,94	3	10,01	2,5<RFP<=3,5	5,37
3 < RFPC ≤ 4	6,79	3,52	3 < RFPC ≤ 4	2,44	2,29	4,5	RFP>3,5	7,21
4 < RFPC ≤ 5	4,42	4,58	RFPC > 5 SM	8,03	0,95	12,86	Não declarada	35,81
RFPC > 5 SM	3,07	5,90	Não declarado	51,75	53,71	3,55		
Não declarado	3,46	46,53						

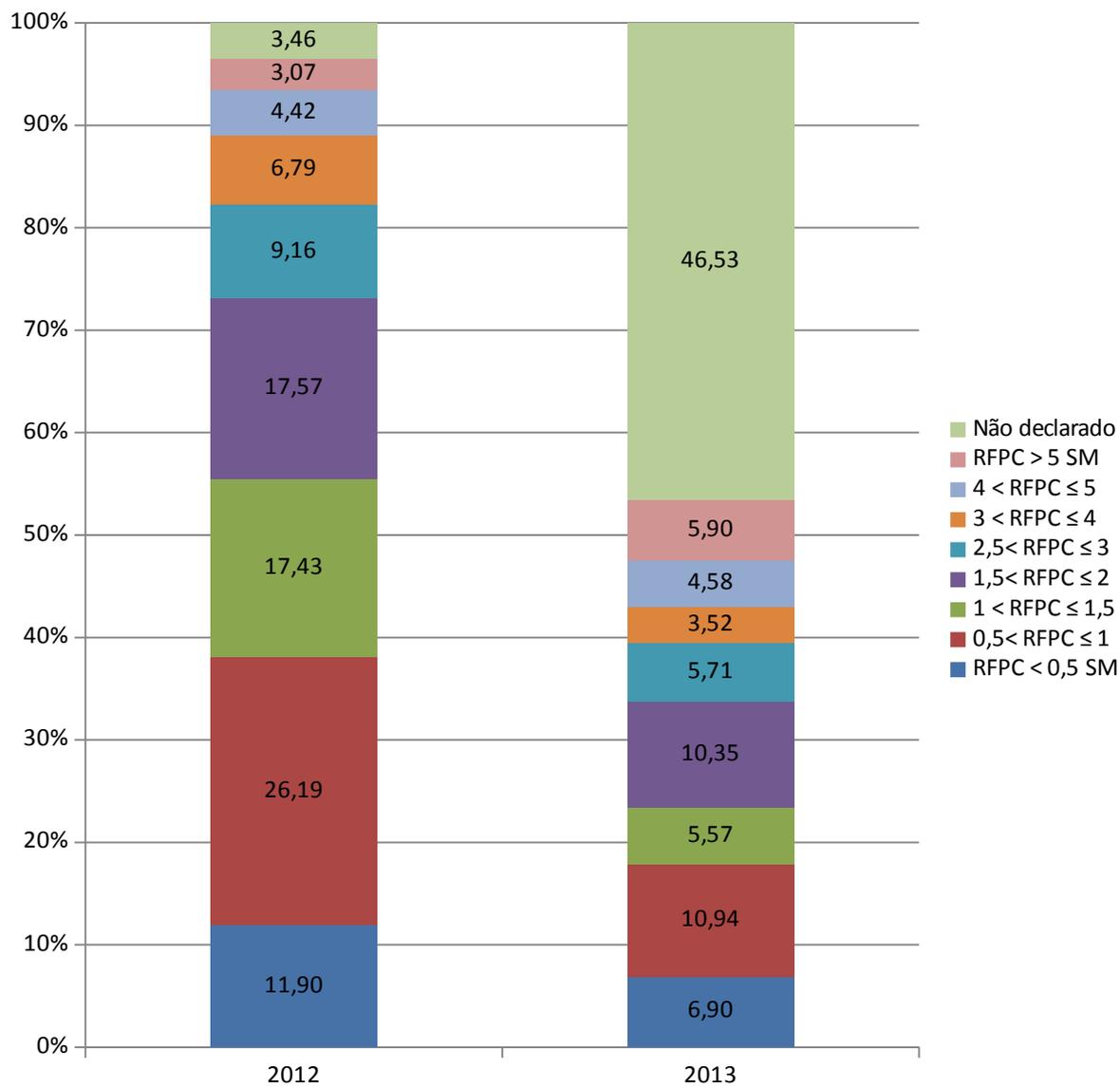


Figura 3.1: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2012 a 2013

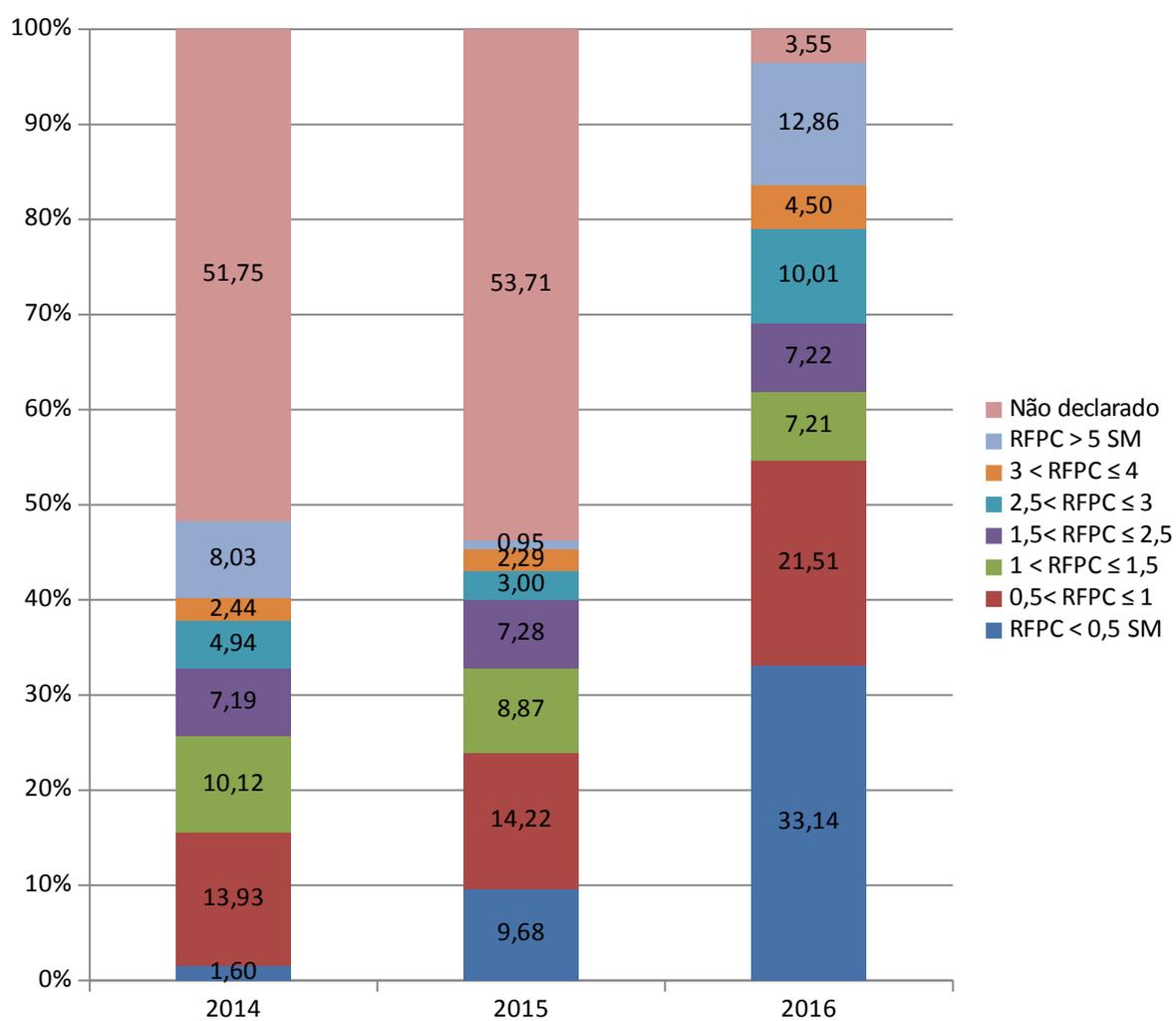


Figura 3.2: Série histórica do indicador Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2014 a 2016

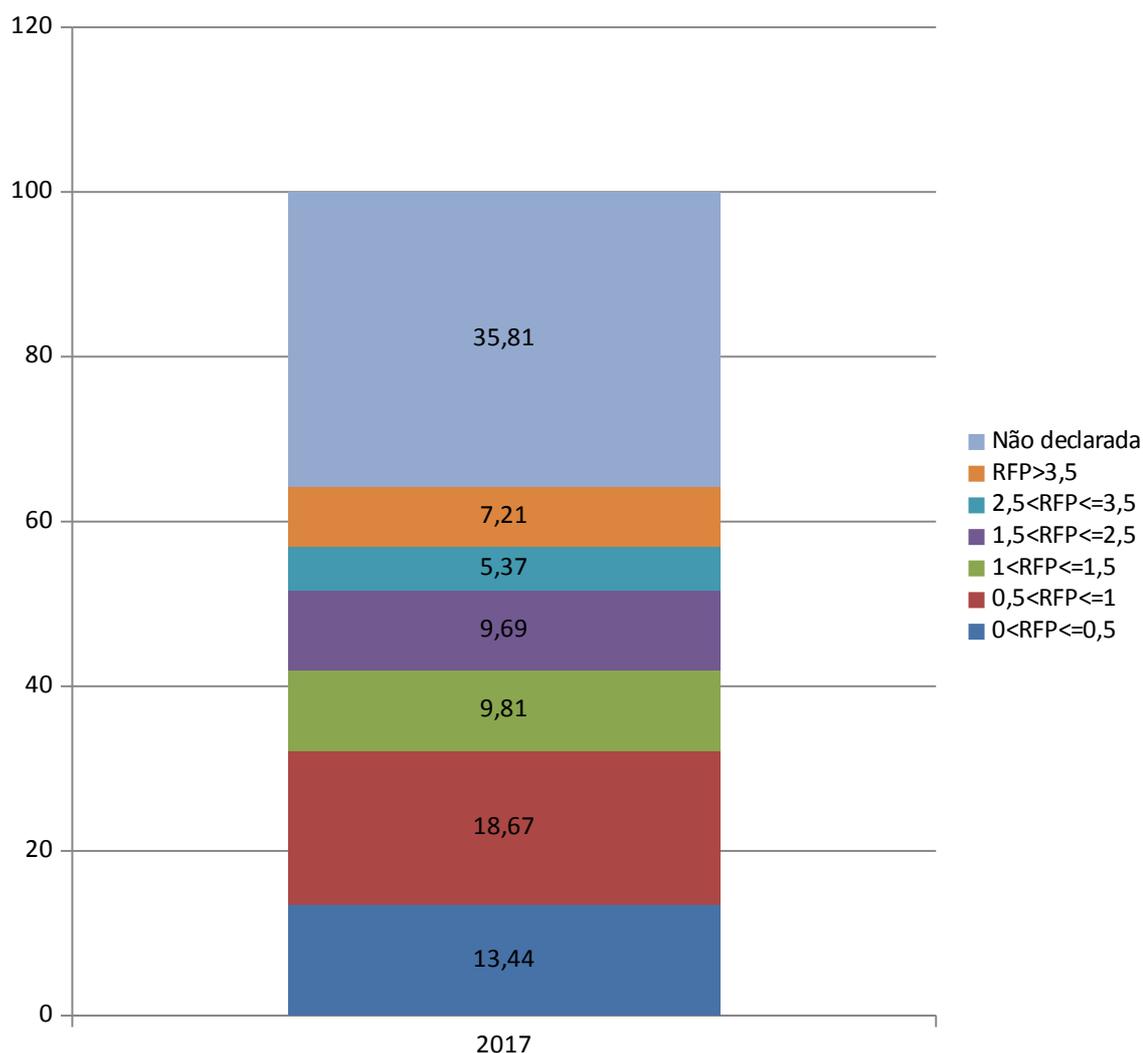


Gráfico 12: Aluno Matriculado por Renda per Capita - 2017

Análise crítica

O Instituto Federal tem exercido seu papel social em levar educação profissional e tecnológica a todas as microrregiões do Espírito Santo. Em 2017 cerca de 32,11% dos estudantes do instituto encontravam-se na faixa de renda familiar até um salário-mínimo, muitos em condições de vulnerabilidade social. Muito dos campi estão estrategicamente localizados em regiões carentes de uma educação de alto nível para as populações de baixa renda. Muitas vezes atendendo a cidades vizinhas inclusive outros estados.

Esse atendimento social se deve ao esforço conjunto dos campi por meio do desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil, baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo decreto nº 7.234/2010.

Os indicadores demonstram a necessidade de aumento dos investimentos em assistência estudantil, a fim de atender esses alunos que necessitam de apoio para o aumento da permanência e eficiência escolar.

3.4.2 Apresentação e análise dos indicadores provenientes do planejamento estratégico institucional

Verticalização do ensino

Quadro 40: Descrição do indicador Verticalização do ensino

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Verticalização do ensino		
OBJETIVO ASSOCIADO	Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos <i>campi</i>		
PERSPECTIVA	Processos Internos		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Avaliar a verticalização do ensino no ifes		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Média aritmética da avaliação dos eixos para os seguintes critérios: Níveis: Formação inicial, Médio, Graduação, Lato sensu (Aperfeiçoamento e Especialização), Stricto sensu (Mestrado e doutorado). Combinação de 2 níveis: 5 Combinação de 3 níveis: 6 Combinação de 4 níveis: 8 Combinação de 5 níveis: 10	UNIDADE DE MEDIDA	Pontos
PERIODICIDADE	Anual	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PROEN	FONTE DE DADO	PROEN

Tabela 3.4: Pontuação dos campi no indicador Verticalização do ensino

Campus	Formação Inicial		Médio		Graduação		Lato Sensu		Stricto Sensu		Combinação de níveis		Pontuação de Verticalização	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alegre	x		x	x	x	x	x	x	x	x	5	4	10	8
Aracruz	x	x	x	x	x	x					3	3	6	6
Barra de São Francisco	x	x	x	x			x				3	2	6	5
Cachoeiro de Itapemirim	x	x	x	x	x	x					3	3	6	6
Cariacica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5	5	10	10
Centro-Serrano			x	x							1	1	0	0
Colatina	x	x	x	x	x	x	x	x			4	4	8	8
Guarapari	x	x	x	x	x	x	x	x			4	4	8	8
Ibatiba	x		x	x		x	x	x			3	3	6	6
Itapina			x	x	x	x	x	x			3	3	6	6
Linhares	x	x	x	x	x	x	x	x			4	4	8	8
Montanha	x	x	x	x							2	2	5	5
Nova Venécia	x	x	x	x	x	x	x	x			4	4	8	8
Piúma	x	x	x	x	x	x					3	3	6	6
Santa Teresa	x		x	x	x	x					3	2	6	5
São Mateus		x	x	x	x	x					2	3	5	6
Serra	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5	5	10	10
Venda Nova do Imigrante	x	x	x	x	x	x					3	3	6	6
Viana	x		x	x	x	x					3	2	6	5
Vila Velha	x	x	x	x	x	x	x	x		x	4	5	8	10
Vitória	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5	5	10	10
Cefor	x	x		x			x	x	x	x	3	4	6	8
TOTAL	19	16	21	22	17	18	13	12	5	6	3,41	3,36	6,82	6,82

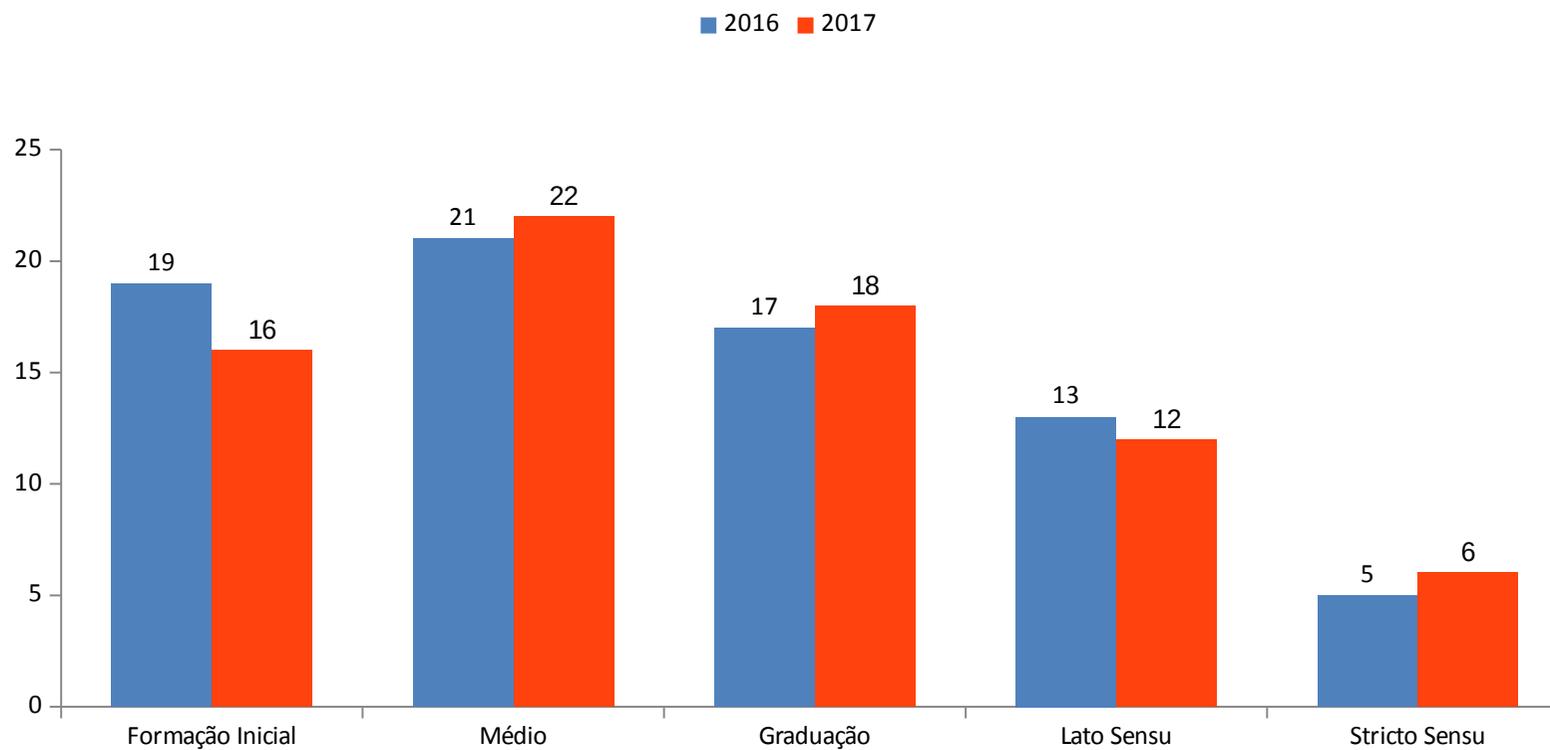


Gráfico 13: Número de campi por nível de escolaridade no indicador Verticalização do ensino

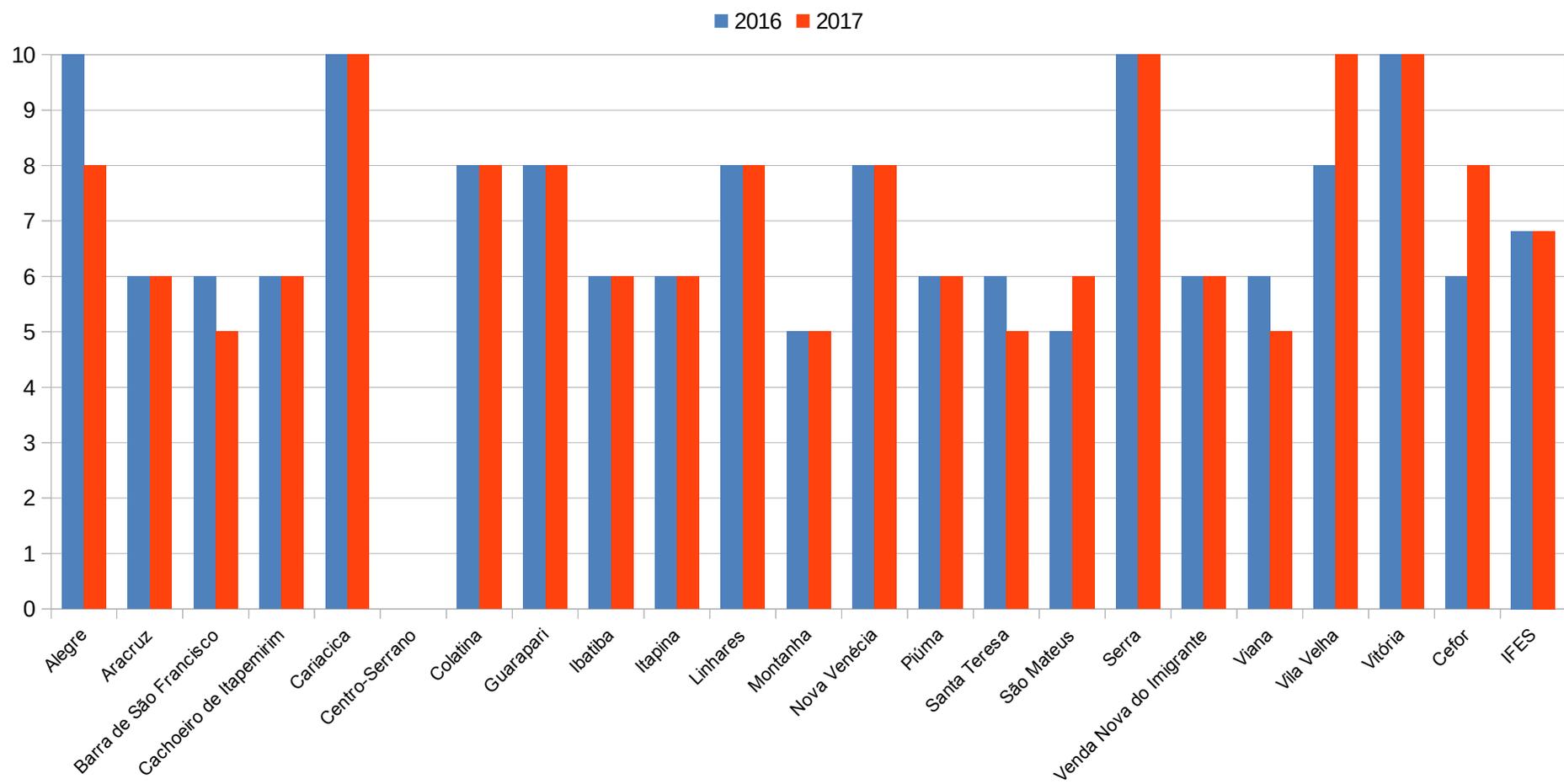


Gráfico 14: Pontuação de verificação por campi e Ifes

Análise crítica

Com uma pontuação de verticalização de 6,82, em uma escala de 0 a 10, pode-se perceber que no ano de 2017 o Ifes manteve a verticalização do ensino.

Publicação de Docentes

Quadro 41: Descrição do indicador Publicação de Docentes

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Indicador de Publicações dos Docentes (PUBD)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Difusão de conhecimento, cultura e esporte		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Acompanhar a produção científica dos docentes do instituto através de suas publicações		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$\text{PUB D} = (1,0\text{IndArt} + 0,5\text{IndEve} + 1,0\text{IndLiv} + 0,5\text{IndCap}) / \text{NumDoc},$ onde: IndArt = número de artigos completos em periódicos com qualis por ano; IndEve = Número de trabalhos publicados em evento por ano IndLiv = Número de livros publicados por ano IndCap = Número de capítulo de livros publicados por ano NumDoc = número total de docentes da Instituição.	UNIDADE DE MEDIDA	Adimensional
PERIODICIDADE	Anual	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PRPPG	FONTE DE DADO	Plataforma Stela Experta

Tabela 3.5: Série histórica do indicador Publicação de Docentes

Campus	Nº de artigos publicados em periódicos com qualis				Nº de trabalhos publicados em eventos no ano				Nº de livros publicados no ano				Nº de capítulos de livros publicados no ano				Nº total de docentes do campus				PUBD			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Alegre	83	82	77	28	246	176	191	85	1	4	3	1	6	15	17	19	65	66	71	74	3,23	2,75	2,59	1,09
Aracruz	18	8	13	8	64	49	60	21	4	1	4	1	0	1	1	10	58	58	61	61	0,93	0,59	0,78	0,40
Barra de São Francisco	1	7	10	4	0	2	4	5	0	1	0	0	0	1	1	0	5	10	11	14	0,20	0,95	1,14	0,46
Cachoeiro de Itapimirim	18	20	12	9	56	54	37	11	2	1	2	0	4	3	4	5	66	70	76	76	0,76	0,71	0,45	0,22
Cariacica	16	19	17	14	41	38	63	34	0	5	2	1	8	3	4	8	74	74	81	83	0,55	0,60	0,65	0,43
Cefor	29	41	35	31	57	119	133	162	20	11	14	7	22	40	31	21	30	31	35	35	2,95	4,24	3,74	3,70
Centro Serrano	1	4	4	3	1	0	0	5	0	1	3	3	0	1	0	1	6	13	17	17	0,25	0,42	0,41	0,53
Colatina	11	6	11	10	34	39	48	27	2	5	0	7	5	3	4	0	70	71	74	77	0,46	0,45	0,50	0,40
Guarapari	12	4	5	4	22	19	11	4	5	3	2	0	1	2	8	3	49	52	56	60	0,58	0,34	0,29	0,13
Ibatiba	19	16	16	6	42	17	38	1	0	3	0	0	9	13	2	2	27	33	37	37	1,65	1,03	0,97	0,20
Itapina	18	15	30	18	91	65	42	65	5	3	1	1	6	9	5	4	59	61	66	67	1,21	0,90	0,83	0,80
Linhares	4	4	9	8	16	19	15	9	1	0	2	0	0	3	5	2	50	52	58	58	0,26	0,29	0,36	0,23
Montanha	5	1	4	5	1	6	8	7	0	2	1	0	1	2	0	6	11	14	26	24	0,55	0,50	0,35	0,48
Nova Venécia	3	8	2	10	11	19	22	6	1	0	0	0	2	2	0	0	41	42	50	45	0,26	0,44	0,26	0,29
Piúma	9	14	24	11	24	52	36	25	1	1	1	1	1	9	5	2	34	37	41	42	0,66	1,23	1,11	0,61
Santa Teresa	24	26	30	35	65	147	52	103	4	5	2	0	9	2	21	1	56	60	62	69	1,16	1,76	1,10	1,26
São Mateus	8	6	12	10	39	41	46	24	1	0	0	0	1	2	0	4	51	53	61	65	0,57	0,52	0,57	0,37
Serra	15	22	13	17	81	41	63	58	6	5	4	1	10	4	5	4	77	78	87	90	0,86	0,63	0,59	0,54
Venda Nova do Imigrante	8	15	9	6	33	33	34	35	0	3	0	1	3	1	3	0	45	47	52	51	0,58	0,74	0,53	0,48
Viana	3	6	5	2	11	20	19	14	0	0	1	0	2	4	5	4	11	13	13	14	0,86	1,38	1,38	0,79
Vila Velha	60	67	73	57	82	67	72	58	2	1	2	3	9	12	10	11	43	44	47	53	2,50	2,44	2,47	1,78
Vitória	57	79	61	69	214	184	166	140	17	12	14	19	33	24	21	33	274	276	279	278	0,72	0,71	0,60	0,63
Total	422	470	472	365	1231	1207	1160	899	72	67	58	46	132	156	152	140	1202	1255	1361	1390	0,98	0,97	0,87	0,67

Fonte: Os dados foram extraídos por meio da plataforma Stela Experta a partir das informações presentes nos currículos Lattes dos pesquisadores. Cabe ressaltar que os valores levantados nos anos 2014 a 2016 podem ser diferentes em relação aos publicados nos relatórios de gestão anteriores em razão de que a base de dados do Stela passou de 1250 currículos para 1500 currículos, além do dinamismo dos dados presentes no currículo Lattes, motivado pelo preenchimento voluntário e esporádico dos docentes.

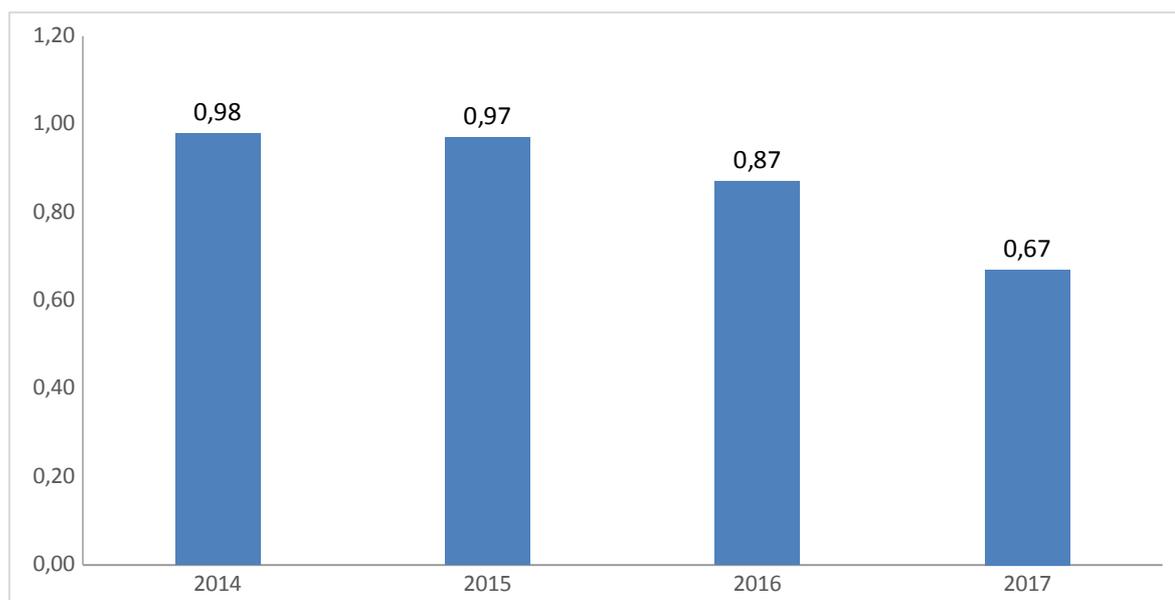


Gráfico 15: Série histórica do indicador Publicação de Docentes

Análise crítica

O levantamento da produtividade dos docentes do Ifes revelou que de 2014 a 2017 houve uma diminuição 13,5% no número de artigos publicados, motivado pelas reduções orçamentárias destinadas aos Institutos Federais pelo Governo Federal. Uma redução de 27,0% também ocorreu na publicação de trabalhos em eventos, assim como foi reduzida em 36,1% a publicação em livros. No entanto, houve um aumento de 6,1% na publicação de capítulos de livros. A demanda orçamentária vem crescendo, e não vem sendo acompanhada por investimentos governamentais que permitam atender a pesquisa de forma adequada, fato que vem causando reflexos em toda a Administração Pública, e com a PRPPG não é diferente.

Esta situação resulta na diminuição significativa da produtividade dos pesquisadores do Ifes. Ainda assim, há campi que se destacaram na publicação de artigos, como o campus Vitória com 69 artigos, o campus Vila Velha com 57 artigos e o campus de Santa Teresa com 35 artigos. Os três campi foram responsáveis por 44,1% da produtividade do Ifes em artigos no ano de 2017. Em termos de publicação de trabalhos em eventos, destacam-se o Cefor com 162 trabalhos publicados em 2017, o Campus Vitória com 140 trabalhos e o campus Santa Teresa com 103 trabalhos. Os três campi foram responsáveis por 44,6% da publicação em eventos da Instituição. Com relação a publicação de livros, o campus Vitória se destaca com 19 livros publicados, seguido pelos campi Cefor e Colatina com 7 livros publicados, cada um. Os três campi juntos foram responsáveis por 67,3% da produtividade do Ifes na publicação de livros. Por fim, o campus Vitória foi o responsável pelo maior número de capítulo de livros publicados em 2017, um total de 33 capítulos, sendo seguido pelo campus Cefor com 21 capítulos e o campus de Alegre com 19 capítulos. Os três campi foram responsáveis por 50,7% da produtividade do Ifes na publicação de capítulos de livros. De forma geral, considerando os 4 parâmetros de produtividade, o campus Vitória foi a unidade do Ifes com o maior número de publicações no ano de 2017, dentre os 22 campi do Ifes com 261 trabalhos (entre artigos, trabalhos em eventos, livros e capítulos de livros), seguido pelo Campus Cefor com 221 trabalhos e o campus Santa Teresa com 139 trabalhos. Estes três campi foram responsáveis por 42,4% da produtividade geral do Ifes em 2017.

Cabe ressaltar que o Campus Vitória é a unidade do Ifes com maior tempo de funcionamento (fundada em 1909) e maior quantitativo de docentes, assim como, o Cefor possuem em seu campus o Mestrado em Educimat, o mais produtivo do Instituto. Já o campus de Santa Teresa é a unidade agrícola mais antiga do Ifes, fundada em 1940. Sendo assim, é esperado que estes campi sejam os mais produtivos

do Ifes. Entretanto, se considerarmos o indicador de publicações dos Docentes (PUBD), pode-se observar que o Cefor teve o maior indicador de produtividade do Instituto com o valor de 3,70 publicações por docente, enquanto que o campus Vila Velha ficou em segundo lugar com índice de 1,78 publicações/docente e o campus Santa teresa em terceiro com o índice de 1,26 publicações/docente.

Destaca-se que o Cefor vem apresentando aumento de produtividade continuamente nestes últimos 4 anos, sendo que entre 2014 a 2017 a produtividade do Cefor aumentou em 25,4%. Deve-se ressaltar que embora o Campus Vitória tenha apresentando o maior número de publicações no ano de 2017, em termos de produtividade o campus apresentou o 7º índice de 0,63 publicações/docente. De forma geral, o índice de produtividade do Ifes diminuiu nestes últimos 4 anos uma vez que houve uma redução de 30,9% entre 2014 a 2017, sendo os motivos já abordados acima. No entanto, vale destacar que exatamente nesse intervalo de tempo, os Institutos e todo o Brasil passaram por sérias restrições orçamentárias, o que dificultou bastante o desenvolvimento e a produção científica do IFES. A exemplo disso, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo não abriu editais de bolsas de iniciação científica nem tecnológica no ano de 2017, prejudicando bastante a implementação de bolsas e projetos de pesquisa no IFES.

Outro exemplo de desfalque orçamentário que comprometeram as pesquisas institucionais é a inexistência de editais de fomento ofertadas pelo MEC/SETEC, onde nos anos anteriores era possível contar com essas formas de financiamentos em pesquisa.

Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas

Quadro 42: Descrição do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas (NPRO)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Difusão de conhecimento, cultura e esporte		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Acompanhar a produção técnica dos docentes do instituto		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	NPRO = NProj / NumDoc, onde: NProj = número de projetos e/ou produções artísticas, técnicas, culturais e científicos, do corpo docente da Instituição por ano; NumDoc = número total de docentes da Instituição.	UNIDADE DE MEDIDA	Adimensional
PERIODICIDADE	Anual	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PRPPG	FONTE DE DADO	Plataforma Stela Experta

Tabela 3.6: Série histórica do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas

CAMPUS	Nº DE PROJETOS, PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E CIENTÍFICAS NO ANO				Nº DE DOCENTES DO CAMPUS				NPRO			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Alegre	92	39	89	31	65	66	71	74	1,42	0,59	1,25	0,42
Aracruz	70	45	61	20	58	58	61	61	1,21	0,78	1,00	0,33
Barra de São Francisco	11	20	20	14	5	10	11	14	2,20	2,00	1,82	1,00
Cachoeiro de Itapemirim	80	58	74	40	66	70	76	76	1,21	0,83	0,97	0,53
Cariacica	33	30	39	49	74	74	81	83	0,45	0,41	0,48	0,59
Centro–Serrano	17	14	9	11	6	13	17	17	2,83	1,08	0,53	0,65
Colatina	51	73	78	29	70	71	74	77	0,73	1,03	1,05	0,38
Guarapari	16	25	16	3	49	52	56	60	0,33	0,48	0,29	0,05
Ibatiba	28	16	26	12	27	33	37	37	1,04	0,48	0,70	0,32
Itapina	52	35	50	25	59	61	66	67	0,88	0,57	0,76	0,37
Linhares	36	34	53	10	50	52	58	58	0,72	0,65	0,91	0,17
Montanha	8	46	18	8	11	14	26	24	0,73	3,29	0,69	0,33
Nova Venécia	32	46	29	6	41	42	50	45	0,78	1,10	0,58	0,13
Piúma	34	48	26	14	34	37	41	42	1,00	1,30	0,63	0,33
Santa Teresa	65	61	44	15	56	60	62	69	1,16	1,02	0,71	0,22
São Mateus	30	17	27	23	51	53	61	65	0,59	0,32	0,44	0,35
Serra	64	35	53	27	77	78	87	90	0,83	0,45	0,61	0,30
Venda Nova do Imigrante	41	48	38	23	45	47	52	51	0,91	1,02	0,73	0,45
Viana	26	5	18	26	11	13	13	14	2,36	0,38	1,38	1,86
Vila Velha	53	47	58	63	43	44	47	53	1,23	1,07	1,23	1,19
Vitória	280	318	304	175	274	276	279	278	1,02	1,15	1,09	0,63
Reitoria e Cefor	133	239	209	204	31	32	35	35	4,29	7,47	5,97	5,83
TOTAL	1252	1299	1339	828	1203	1256	1361	1390	1,04	1,03	0,98	0,60

Fonte: Os dados foram extraídos por meio da plataforma Stela Experta a partir das informações presentes nos currículos Lattes dos pesquisadores. Cabe ressaltar que os valores levantados nos anos 2014 a 2016 podem ser diferentes em relação aos publicados nos relatórios de gestão anteriores em razão de que a base de dados do Stela passou de 1250 currículos para 1500 currículos, além do dinamismo dos dados presentes no currículo Lattes, motivado pelo preenchimento voluntário e esporádico dos docentes.

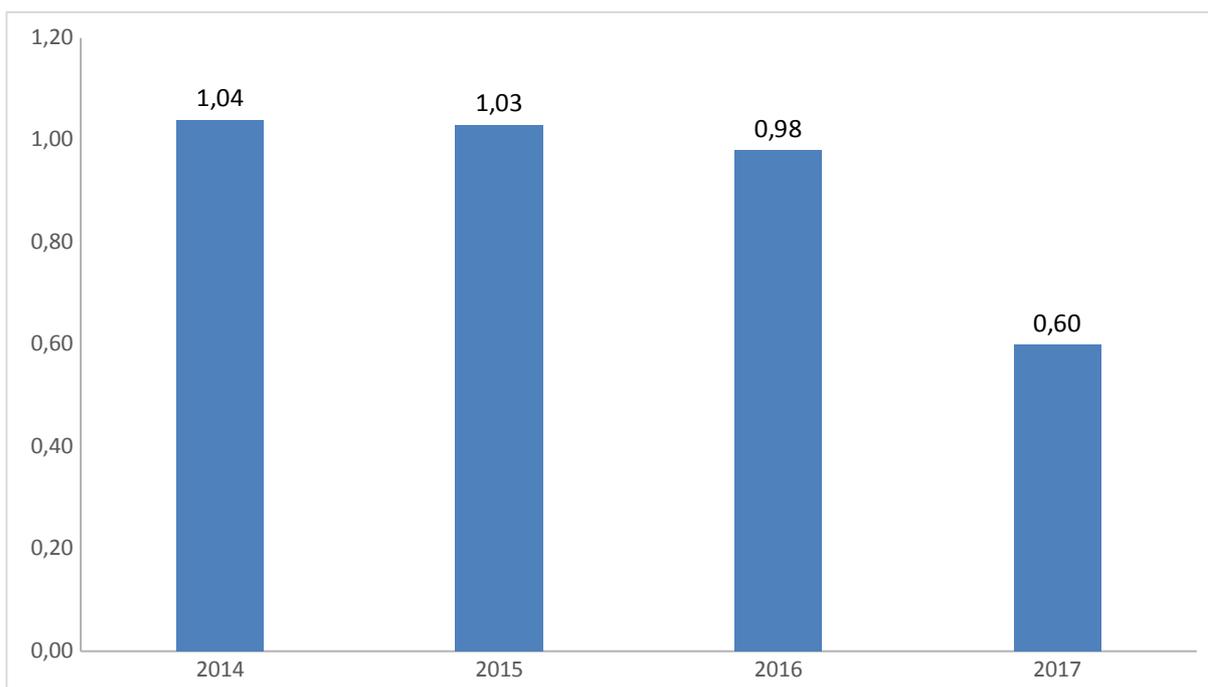


Gráfico 16: Série histórica do indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas

Análise crítica

O levantamento da produtividade em termos de produções técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas dos docentes do Ifes revelou que de 2014 a 2017 houve uma diminuição de 42,3% no número de produções técnicas, motivado pelas reduções orçamentárias como já mencionado anteriormente. Ainda assim, há campi que se destacaram como o Cefor com 204 produções realizadas em 2017, o campus Vitória com 175 produções, e o campus Vila Velha com 63 produções. Os três campi foram responsáveis por 46,6% da produtividade do Ifes em produções. Entretanto, se considerarmos o indicador de produtividade em produções técnicas (NPRO), pode-se observar que os campi com maior índice de produtividade foram o Cefor com 5,83 produtos técnicos/docente, o campus Viana com 1,86 produções técnicas/docente, e o campus Vila Velha com 1,19 produções /docente.

Pesquisa Aplicada

Quadro 43: Descrição do indicador Pesquisa Aplicada

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO	
NOME DO INDICADOR	Índice de Pesquisa Aplicada – PA
OBJETIVO ASSOCIADO	Incentivar pesquisa aplicada e extensão
PERSPECTIVA	Processos Internos
INFORMAÇÕES GERAIS	
FINALIDADE DO INDICADOR	Acompanhar quantidade de projetos de pesquisa aplicada em relação ao total de pesquisas

NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Nº de projetos de pesquisa aplicada / Nº de projetos de pesquisa	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
PERIODICIDADE	Anual	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PRPPG	FONTE DE DADO	Extrator Lattes

Tabela 3.7: Série histórica do indicador Pesquisa Aplicada

CAMPUS	Nº de projetos de pesquisa aplicada				Nº de Projetos de pesquisa				NPRO			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Alegre	6	14	36	66	39	39	57	85	15,4%	35,9%	63,2%	77,6%
Aracruz	4	11	24	28	17	26	33	48	23,5%	42,3%	72,7%	58,3%
Barra de São Francisco	0	2	3	2	0	2	4	4	-	100,0%	75,0%	50,0%
Cachoeiro de Itapemirim	4	7	21	30	22	15	34	46	18,2%	46,7%	61,8%	65,2%
Cariacica	3	8	15	25	24	17	28	49	12,5%	47,1%	53,6%	51,0%
Centro-Serrano	0	0	1	4	0	0	5	9	-	-	20,0%	44,4%
Colatina	3	14	30	52	20	32	50	65	15,0%	43,8%	60,0%	80,0%
Guarapari	9	11	15	10	21	23	22	15	42,9%	47,8%	68,2%	66,7%
Ibatiba	5	5	9	18	23	12	18	48	21,7%	41,7%	50,0%	37,5%
Itapina	13	26	30	35	54	53	42	51	24,1%	49,1%	71,4%	68,6%
Linhares	1	2	2	8	2	3	5	15	50,0%	66,7%	40,0%	53,3%
Montanha	0	1	11	21	5	7	20	29	0,0%	14,3%	55,0%	72,4%
Nova Venécia	0	3	5	11	2	3	9	24	0,0%	100,0%	55,6%	45,8%
Piúma	2	8	14	31	8	15	28	44	25,0%	53,3%	50,0%	70,5%
Santa Teresa	7	45	77	72	51	90	116	112	13,7%	50,0%	66,4%	64,3%
São Mateus	3	11	14	15	16	19	27	30	18,8%	57,9%	51,9%	50,0%
Serra	7	14	26	34	24	32	42	46	29,2%	43,8%	61,9%	73,9%
Venda Nova do Imigrante	9	15	9	18	27	27	10	32	33,3%	55,6%	90,0%	56,3%
Viana	0	0	2	2	0	0	3	6	-	-	66,7%	33,3%
Vila Velha	9	16	21	21	37	38	36	41	24,3%	42,1%	58,3%	51,2%
Vitória	21	33	58	100	74	70	91	143	28,4%	47,1%	63,7%	69,9%
Cefor	2	6	7	9	9	15	12	15	22,2%	40,0%	58,3%	60,0%
TOTAL	108	252	430	612	475	538	692	957	22,74%	46,84%	62,14%	63,95%

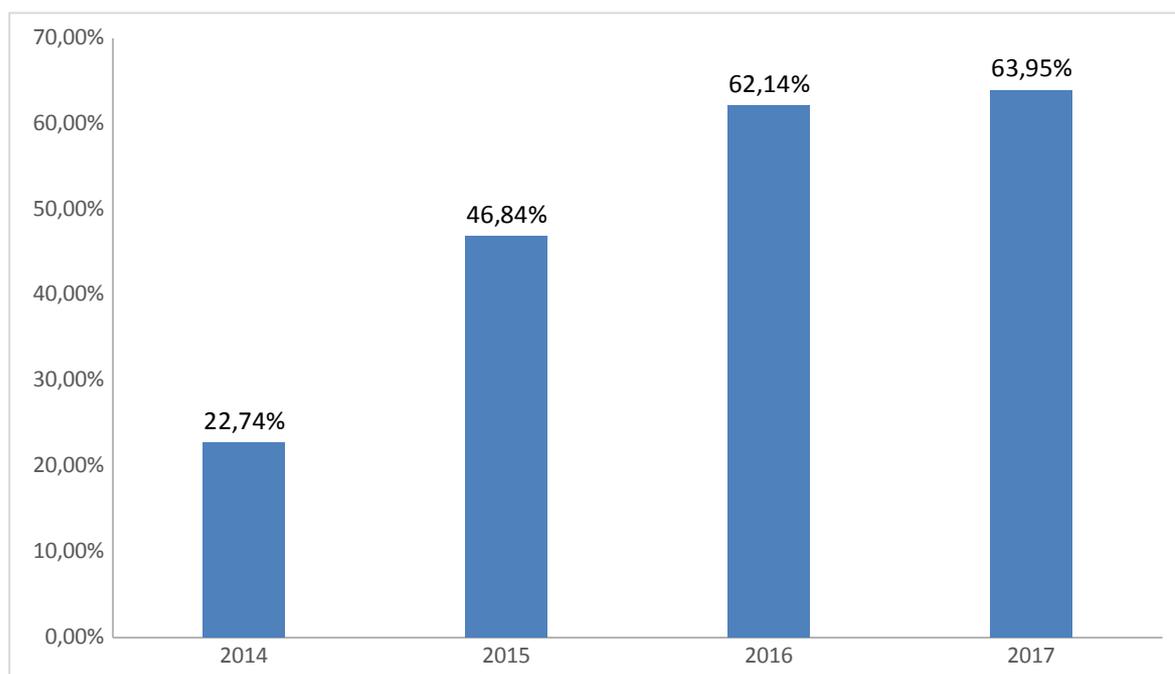


Gráfico 17: Série histórica do indicador Pesquisa Aplicada

Análise crítica

Os resultados revelaram que o Ifes vem aumentando gradualmente o número de projetos de pesquisa aplicada e o número de projetos de pesquisa nos últimos anos. Entre 2014 a 2017, a Instituição aumentou 5,7 vezes o número de projetos em pesquisa aplicada, e em 2,0 vezes o número de projetos em pesquisa, mostrando um elevado grau de maturidade do Ifes para cumprir o Art. 6º, item VIII, da Lei 11892. Apenas para que se tenha uma ideia, o aumento de projetos em pesquisa aplicada, em relação à pesquisa básica, foi de 2,8 vezes.

Considerando a soma de ambos os projetos em pesquisa aplicada e pesquisa básica, o Ifes apresentou em 2017 um total de 3.586 projetos, representando um aumento de 38% em relação a 2014. Ressalta-se que o Campus Vitória foi dentre os 22 campi o que mais apresentou projetos de pesquisa aplicada em 2017, com um total de 100 projetos. O campus Santa Teresa ficou em segundo lugar com 72 projetos e o campus Alegre em terceiro com 66 projetos. Considerando os projetos de pesquisa não aplicada, o campus Vitória também apresentou o maior número de projetos dentre os 22 campi com um total de 143 projetos, enquanto o campus Santa Teresa apresentou 112 projetos e o campus Alegre um total de 85 projetos. Os três campi foram responsáveis pela execução de 38,9% e 35,5% dos projetos de pesquisa aplicada e não aplicada, respectivamente.

Considerando o índice de produtividade dos campi em termo dos projetos de pesquisa, pode-se concluir que o campus com maior percentual de pesquisa aplicada foi o campus Colatina com 80%, seguido do campus de Alegre com 78% e o campus Serra com 74%. Ainda não é possível uma análise temporal do indicador para os campi: Barra de São Francisco, Centro-Serrano e Viana, pois são campi recém-implantados. Cabe-se destacar que o percentual geral de pesquisa aplicada na instituição foi de 64% em 2017. Esses dados revelam que apesar de toda dificuldade financeira, decorrente dos últimos anos e da menor disponibilidade de recursos para pesquisa e bolsas, houve um aumento do número de projetos destinados ao desenvolvimento tecnológico e inovação, sendo fruto de um esforço da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação ao longo dos anos no incentivo a pesquisa aplicada, seguindo a recomendação da lei de criação dos institutos (Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A tendência é de que ao longo dos anos essa proporção possa atingir valores ainda maiores em razão do aumento do número de pesquisa aplicada, por meio de um maior incentivo às pesquisas conjuntas com o setor produtivo ou instituições demandantes de soluções tecnológicas.

Eficácias das ações de extensão

Quadro 44: Descrição do indicador Eficácias das ações de extensão

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Eficácias das ações de extensão (EAE)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Difusão de conhecimento, cultura e esporte		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Avaliar o público beneficiado pelas ações de extensão do período		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$EAE = \frac{NBProgProj + NBCurEven}{NprogProj + NCurEven}, \text{ onde:}$ <p>NBProgPro = Número de pessoas Beneficiadas por programas e projetos</p> <p>NBCurEven = Número de pessoas Beneficiadas por cursos e eventos</p> <p>NprogProj = Número de programas e projetos</p> <p>NcurEven = Número de cursos e eventos</p>	UNIDADE DE MEDIDA	Número de Beneficiados / Ações de Extensão
PERIODICIDADE	Semestral	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PROEX	FONTE DE DADO	CGAEX

Tabela 3.8: Eficácia por campi das ações de extensão

Campus	Nº de Pessoas Beneficiadas por programas e projetos	Nº de programas e projetos	EAE: modalidade programa e projeto	Nº de Pessoas Beneficiadas por cursos e eventos	Nº de cursos e eventos	EAE: modalidade cursos e eventos	EAE	
							2016	2017
		2017			2017		2016	2017
Alegre	18	7	2,6	1510	5	302,0	5,00	127,33
Aracruz	0	6	0,0	624	6	104,0	107,63	52,00
Barra de São Francisco	154	7	22,0	683	23	29,7	21,36	27,90
Cachoeiro de Itapemirim	0	0	0,0	593	7	84,7	0,00	84,71
Cariacica	33	18	1,8	0	2	0,0	8,12	1,65
Centro-Serrano	0	1	0,0	0	1	0,0	7,33	0,00
Colatina	75	11	6,8	201	4	50,3	5,67	18,40
Guarapari	0	2	0,0	124	9	13,8	17,78	11,27
Ibatiba	15	9	1,7	5	4	1,25	5,71	1,54
Itapina	71	14	5,1	349	2	174,5	14,38	26,25
Linhares	28	4	7,0	347	24	14,5	26,05	13,39
Montanha	1	9	0,1	684	8	85,5	21,44	40,29
Nova Venécia	0	1	0,0	154	7	22,0	82,86	19,25
Piúma	26	8	3,3	1414	5	282,8	42,81	110,77
Santa Teresa	0	4	0,0	24	4	6,0	2,83	3,00
São Mateus	17	15	1,1	97	7	13,9	23,70	5,18
Serra	0	13	0,0	125	6	20,8	4,06	6,58
Venda Nova do Imigrante	358	24	14,9	1552	11	141,1	8,39	54,57
Viana	0	2	0,0	212	1	212	6,67	70,67
Vila Velha	0	10	0,0	0	2	0,0	13,08	0,00
Vitória	16	13	1,2	1133	13	87,2	62,21	44,19
Ceфор	0	5	0,0	595	12	49,6	18,83	35,00
Reitoria	476	8	59,5	99	2	49,5	0,00	57,50
TOTAL	1288	191	6,7	10525	165	63,8	31,95	33,18

Eficácia das ações de extensão

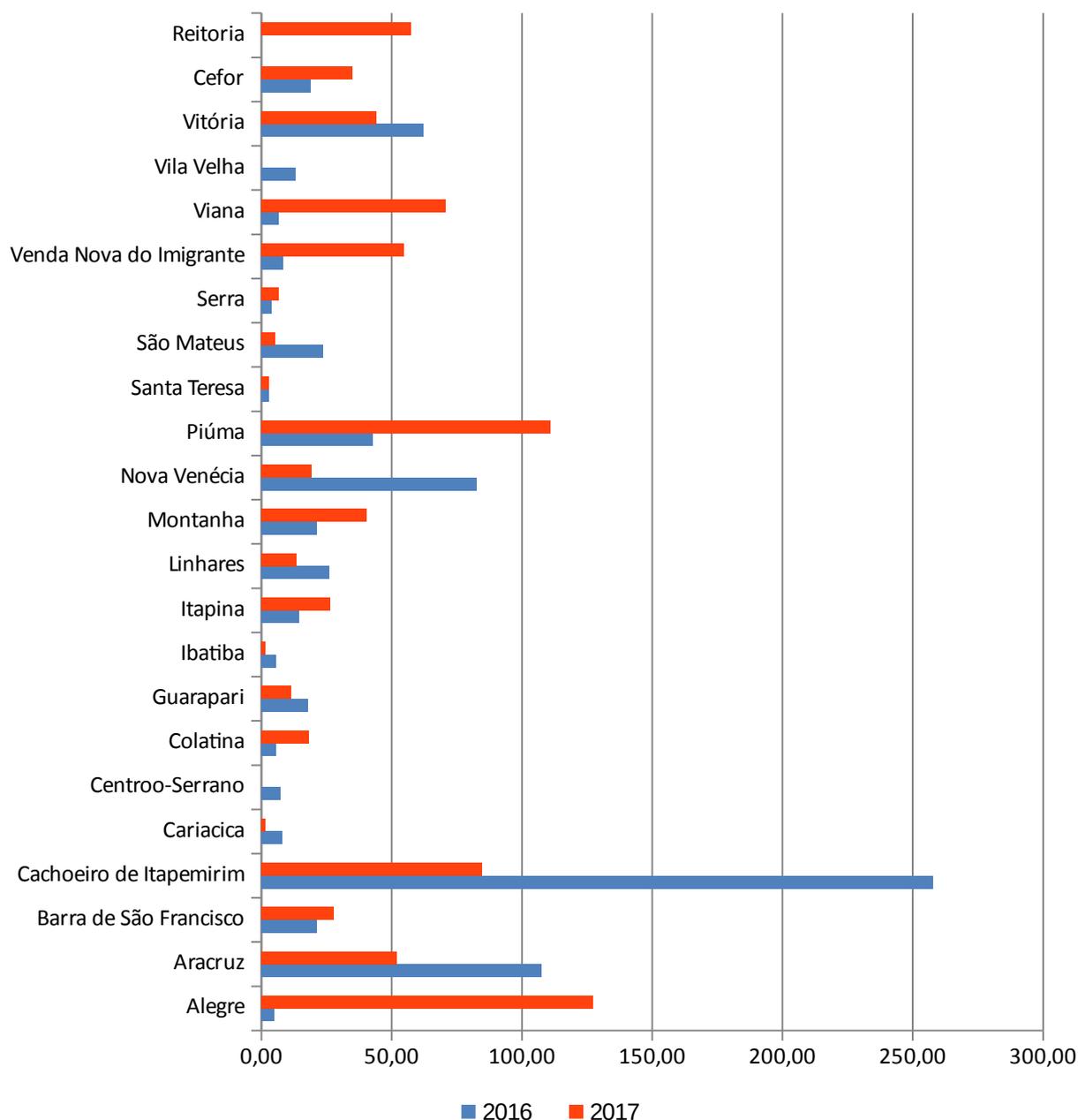


Gráfico 18: Eficácia das ações de extensão

Análise crítica

A Coordenação Geral de Ações de Extensão – CGAEX esclarece que os dados referente à **eficácia das ações de extensão**, estavam prejudicados por falta de alimentação acerca de informações de pessoas físicas e/ou jurídicas beneficiadas pelas ações de extensão, tanto da equipe executora quanto do público externo envolvido.

Para mensurar o indicador EAE, a CGAEX, compreendeu que seria necessário separar as modalidades programas e projetos de cursos e eventos devido a natureza da ação de extensão, o período de execução (temporalidade). Cursos e eventos tem períodos mais curtos de duração e, geralmente, atingem um público maior de pessoas quando comparado a programas e projetos. A CGAEX engendrou esforços no sentido de atualizar o indicador. Muitas dessas ações se caracterizam como projetos ou programas de extensão, transcendendo o exercício de 2017, por vezes com previsão de conclusão em 2018, 2019 ou de caráter

contínuo. Somente em 2017, foram contabilizados um total de 356 (trezentas e cinquenta e nove) ações de extensão.

Para compor o indicador EAE, foram identificados o número de pessoas certificadas pelos programas e projetos e mensuramos a quantidade de pessoas certificadas pelos cursos e eventos de extensão realizados no Ifes. Este levantamento considerou as informações existentes no Sistema de Registro e Emissão de Certificados – SRC. Foram levantados 191 programas e projetos de extensão no ano de 2017. No levantamento, a Reitoria apresentou o maior número de pessoas beneficiadas por programas e projetos, com 476 pessoas certificadas em 8 ações de extensão. Número que se justifica pelo fato da Reitoria concentrar um total de 5 dos 9 programas em redes do Instituto. O Campus Barra de São Francisco, também se destacou com 154 pessoas beneficiadas em 7 ações de extensão.

No ano de 2017, foi observado que alguns programas e projetos, por terem um caráter contínuo, não certificaram seu público-alvo, o que se justifica pela continuidade das ações no presente ano de 2018.

No que diz respeito aos cursos e eventos realizados pelo Ifes em 2017, o sistema contabilizou 165 ações de extensão. Dentre os *campi* que mais atingiram pessoas nessas modalidades, destaca-se o Campus de Alegre com 302 pessoas por ação, seguido do campus Piúma com 282 beneficiados por ação e campus Itapina com 174 pessoas beneficiadas. Porém, o campus que realizou mais cursos e eventos foi o campus Linhares com 24 ações.

Por fim, o indicador geral unificado da EAE do Ifes identificou uma média aproximada de 33,18 pessoas certificadas por ação de extensão. Sabendo que os programas em rede, programas, projetos, cursos e eventos totalizaram 356 ações de extensão, logo o Ifes atingiu com suas ações de extensão aproximadamente 11.813 pessoas. Aqui neste cálculo não contabilizamos as prestações de serviços nem os produtos que também são modalidades de ação de extensão. Vale ressaltar também que o número de pessoas beneficiadas é muito maior que o número de pessoas certificadas, visto que em diversas atividades há participação de público sem a concessão de certificados pois, devido à característica das ações, a participação do público eventualmente ocorre sem as devidas formalidades para inscrição ou matrícula.

Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho

Quadro 45: Descrição do indicador Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho – IMT – Cursos Técnicos		
OBJETIVO ASSOCIADO	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade		
PERSPECTIVA	Resultados Institucionais		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Acompanhar o percentual dos concluintes no Ifes que estão inseridos no mercado de trabalho.		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	IMT = (Número de Alunos Titulados no Ifes e Ocupados / Número de Alunos Titulados no Ifes)	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
PERIODICIDADE	Semestral	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	PRODI	FONTE DE DADO	Sistema de Acompanhamento de Egressos

Tabela 3.9: Quantitativo do indicador Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho

CAMPUS	Trabalhando		Trabalhando e Estudando		Apenas Estudando		Não está Trabalhando e nem Estudando		Outros		Sem Resposta		Total		% Egressos Desempregados	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alegre	22	19	12	12	25	23	0	0	0	0	1	1	60	55	41,7%	41,8%
Aracruz	6	-	22	-	42	-	3	-	2	-	0	-	75	-	60,0%	-
Barra de São Francisco	0	-	2	-	2	-	0	-	1	-	0	-	5	-	40,0%	-
Cachoeiro de Itapemirim	3	-	7	-	4	-	0	-	0	-	0	-	14	-	28,6%	-
Cariacica	11	-	15	-	36	-	4	-	0	-	0	-	66	-	60,6%	-
Centro-Serrano	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Colatina	56	21	64	29	78	36	3	2	2	0	1	3	204	91	39,7%	41,8%
Guarapari	47	-	64	-	62	-	16	-	1	-	0	-	190	-	41,1%	-
Ibatiba	3	3	0	0	3	3	2	2	1	1	0	0	9	9	55,6%	55,6%
Itapina	10	-	5	-	12	-	3	-	0	-	0	-	30	-	50,0%	-
Linhares	7	-	25	-	42	-	3	-	3	-	0	-	80	-	56,3%	-
Montanha	0	-	1	-	16	-	3	-	0	-	0	-	20	-	95,0%	-
Nova Venécia	8	7	10	10	24	23	3	3	1	1	0	0	46	44	58,7%	59,1%
Piúma	1	6	5	17	28	102	1	6	0	0	0	62	35	193	82,9%	56,0%
Santa Teresa	11	9	13	8	29	27	3	2	1	1	1	1	58	48	55,2%	60,4%
São Mateus	9	-	9	-	27	-	0	-	2	-	1	-	48	-	56,3%	-
Serra	14	-	18	-	8	-	2	-	1	-	0	-	43	-	23,3%	-
Venda Nova do Imigrante	5	-	13	-	39	-	1	-	0	-	1	-	59	-	67,8%	-
Viana	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Vila Velha	6	-	15	-	20	-	7	-	4	-	0	-	52	-	51,9%	-
Vitória	128	-	92	-	68	-	17	-	4	-	2	-	311	-	27,3%	-
Cefor	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Total	347	65	392	76	565	214	71	15	23	3	7	67	1405	440	45,3%	51,8%

Análise crítica

No ano de 2017, foram disponibilizadas a PRODI, informações sobre o acompanhamento de egressos por apenas 06 *campi*: Alegre; Colatina; Ibatiba; Nova Venécia; Piúma e Santa Teresa. Das informações disponibilizadas pelos *campi*, em torno de 66% dos egressos estavam apenas estudando, ou trabalhando e estudando, o que indica a busca por melhores qualificações para entrar, ou mesmo permanecer, no mercado de trabalho. Esta análise necessita de ampliação da participação dos *campi*.

Titulação Técnico-administrativo

Quadro 46: Descrição do indicador Titulação Técnico-administrativo

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Índice de Titulação Técnico-Administrativo – TTAE		
OBJETIVO ASSOCIADO	Promover a capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS (Ano 2017)			
FINALIDADE DO INDICADOR	Medir o índice de atualização e capacitação do corpo técnico-administrativo.		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	$TTAE = [(T \times 1 + G \times 2 + A \times 3 + E \times 4 + M \times 5 + D \times .6) / (T + G + A + E + M + D)],$ onde: – T: Quantidade de TAE técnicos – G: Quantidade de TAE graduados – A: Quantidade de TAE aperfeiçoados – E: Quantidade de TAE especializados – M: Quantidade de TAE mestres – D: Quantidade de TAE doutores e pós doutores	UNIDADE DE MEDIDA	Adimensional
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha/ SIAPE	POLARIDADE	Positiva

Tabela 3.10: Quantitativo do indicador Titulação Técnico-Administrativo

CAMPUS	Nº TAE'S												TTAE	
	Técnicos		Tecnólogos/ Graduados		Aperfeiçoados		Especializados		Mestres		Doutores e Pós Doc			
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alegre	37	25	51	10	0	0	3	48	15	16	4	4	2,27	3,31
Aracruz	1	1	15	12	0	0	18	23	6	6	0	0	3,33	4,41
Barra de São Francisco	3	3	1	3	0	0	9	10	2	2	0	0	3,40	3,81
Cachoeiro de Itapemirim	4	3	6	6	0	0	34	35	10	11	0	0	3,74	4,62
Cariacica	8	4	7	6	0	0	29	31	9	10	2	1	3,55	4,45
Centro-Serrano	2	2	6	6	0	0	8	13	2	2	0	0	3,11	4,04
Colatina	6	2	10	10	0	0	35	38	11	11	2	2	3,64	4,63
Guarapari	4	9	8	6	0	0	19	18	7	8	0	0	3,45	3,66
Ibatiba	2	1	7	7	0	0	24	24	2	3	0	0	3,49	4,5
Itapina	18	13	15	14	0	0	51	50	14	13	2	2	3,34	3,97
Linhares	5	5	2	2	0	0	35	32	4	4	1	1	3,72	4,27
Montanha	2	3	2	9	0	0	9	10	2	3	1	0	3,63	3,71
Nova Venécia	3	3	6	6	0	0	28	29	6	6	0	0	3,65	4,43
Piúma	6	6	7	9	0	0	21	21	5	4	0	0	3,31	3,78
Santa Teresa	32	16	36	12	0	0	14	48	11	14	1	2	2,35	3,85
São Mateus	8	6	12	12	0	0	28	25	9	10	0	0	3,32	4,05
Serra	7	7	14	11	0	0	31	31	10	12	1	1	3,41	4,13
Venda Nova do Imigrante	5	5	7	9	0	0	20	20	8	9	0	0	3,48	4,08
Viana	0	0	1	0	0	0	4	5	0	1	0	0	3,60	5,17
Vila Velha	3	4	8	5	0	0	22	22	7	9	0	0	3,55	4,34
Vitória	32	12	29	25	1	1	78	84	28	34	2	3	3,28	4,40
Cefor	5	3	5	6	0	0	11	11	5	7	0	0	3,23	4,13
Reitoria	15	12	31	30	1	0	71	65	32	36	0	0	3,49	4,30
TOTAL	208	145	286	216	2	1	602	693	205	231	16	16	3,27	4,15

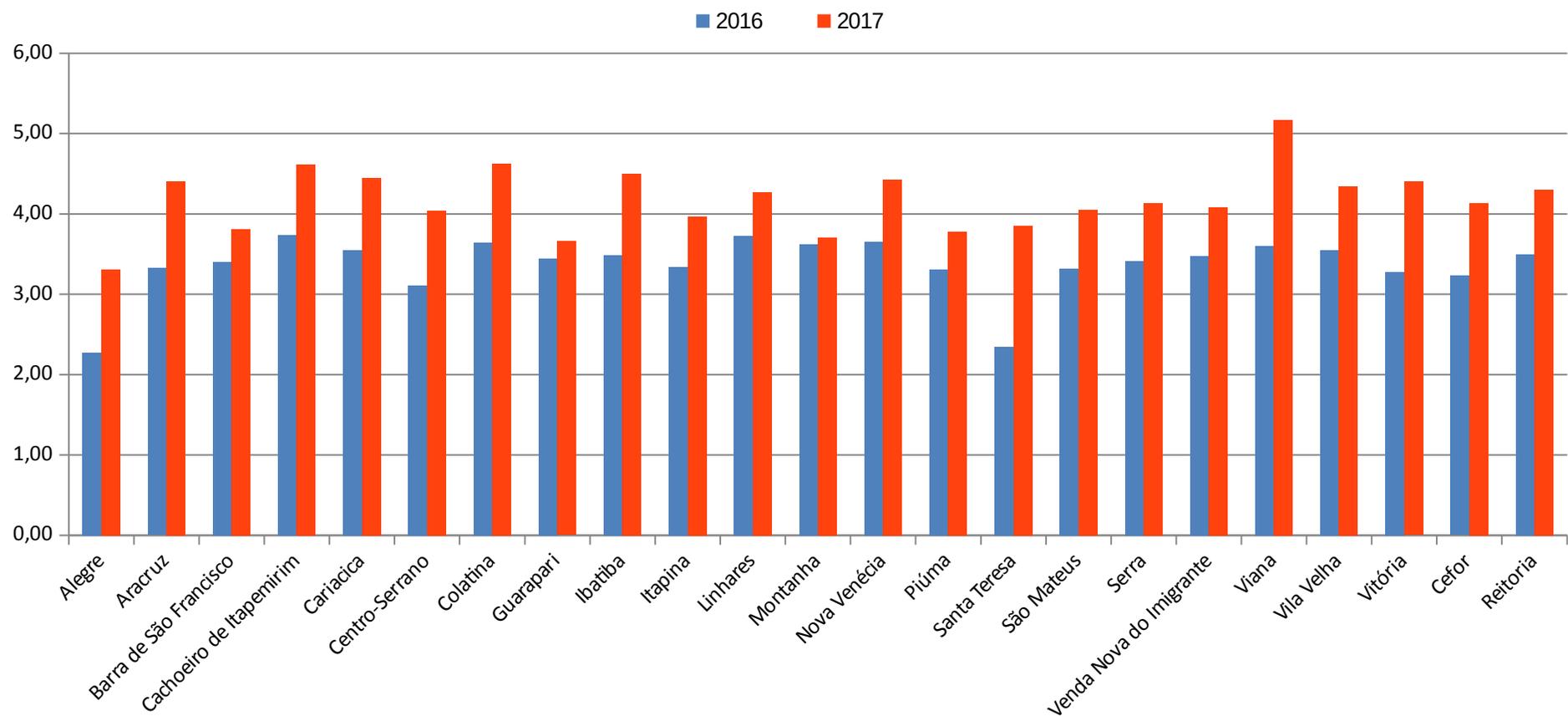


Tabela 3.11: Quantitativo do indicador Titulação Técnico-Administrativo

Análise crítica

Em 2017 17,23% dos TAE's apresentaram nível de escolaridade de mestres, devido ao investimento do Ifes no desenvolvimento formal dos servidores e na busca por convênios e parcerias para esta formação. Outrossim, percebe-se também na planilha que 51,68% dos servidores são especializados e um dos fatores para que isso ocorra é através do incentivo a qualificação onde o Instituto busca estimular a capacitação de seus servidores, bem como investir no desenvolvimento formal.

Ressalta-se que a coluna que contempla nº de TAE (técnicos administrativos em educação) engloba todos os níveis de escolaridade abaixo do nível de tecnólogo e graduação (Ensino fundamental, ensino médio, técnico e profissionalizante), tendo em vista que o Instituto possui cargos de nível A e B oriundos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, alguns inclusive já extintos ou em extinção e cargos de nível C que abarcam muitos servidores cujo requisito de ingresso é o ensino fundamental.

O indicador apresenta um crescimento, o que representa a busca pela qualificação dos servidores nos níveis maiores de escolaridade.

Relação de Candidato por Vaga – Servidor

Quadro 47: Descrição do indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Relação Candidato / Vaga – RCL		
OBJETIVO ASSOCIADO	Atrair e manter profissionais competentes		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Quantificar o nível de concorrência por vaga.		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	CVS = Número de Candidatos no concurso / Número de Vagas do concurso	UNIDADE DE MEDIDA	Candidato / Vaga
PERIODICIDADE	Variável	POLARIDADE	Positiva
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	Site do Ifes	FONTE DE DADO	Documentos dos Concursos

Tabela 3.12: Quantitativo do indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor

NÍVEL	Nº DE CANDIDATOS		Nº DE VAGAS		RCV	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
TAE C	8205	0	21	0	390,71	0
TAE D	794	334	21	15	37,81	22,27
TAE E	575	776	2	2	287,50	388,00
DOCENTE	1708	0	35	0	48,80	0
TOTAL	11282	1110	79	17	142,81	65,29

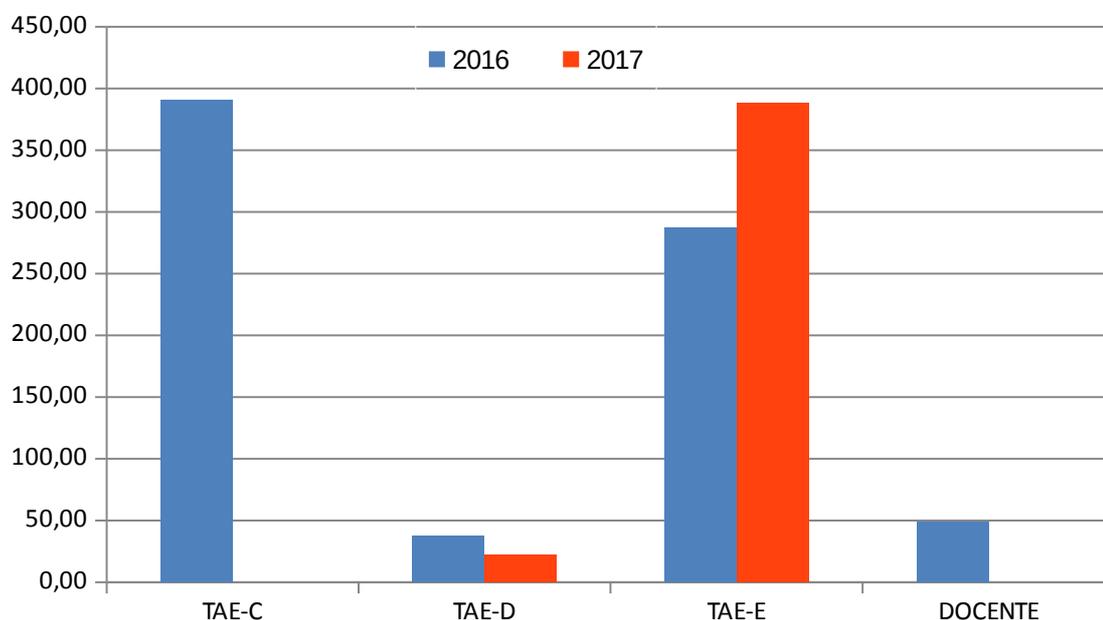


Gráfico 19: Indicador Relação de Candidato por Vaga – Servidor

Análise crítica

O número de vagas ofertadas no ano de 2017 é bem inferior ao número de vagas ofertadas no ano de 2016, tendo em vista que no ano de 2017 o Ifes realizou apenas 01 concurso público para Técnicos Administrativos em Educação. Foi disponibilizado um total de 17 vagas, sendo 15 para nível D, cargo de Tradutor e Interprete de Linguagem de Sinais e 02 vagas para nível E, sendo 01 vaga para o cargo de Bibliotecário e 01 vaga para o cargo de Administrador

Verifica-se também, que a instituição abriu em 2017, o quantitativo de 02 vagas para os cargos de nível E, tendo o número de candidatos inscritos maior que o número de candidatos inscritos para os cargos de nível D. Isso se deve as especificidades do cargo de Tradutor e Interprete de Linguagem de

Sinais, já que existem poucos profissionais habilitados nessa área de atuação ao contrário do cargo de Administrador e Bibliotecário que existem muitos profissionais na área devido a grande oferta de cursos de graduação pelas instituições brasileiras de educação.

Proporção de alunos por Técnico-administrativo

Quadro 48: Descrição do indicador Aluno/Técnico-administrativo – ATAE

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Indicador Aluno/Técnico-Administrativo – ATAE		
OBJETIVO ASSOCIADO	Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Quantificar a quantidade de alunos por técnico administrativo do IFES.		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	ATAE = N° de alunos matriculados / N° de técnico-administrativos em exercício	UNIDADE DE MEDIDA	Alunos / TAE
FONTE DE DADO	Plataforma Nilo Peçanha/ SIAPE	POLARIDADE	Positiva

Tabela 3.13: Quantitativo do indicador Aluno/Técnico-Administrativo – ATAE

CAMPUS	Nº de alunos matriculados		Nº de TAE's		ATAE	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alegre	1271	1190	109	107	11,66	11,12
Aracruz	1037	1147	42	42	24,69	27,31
Barra de São Francisco	183	637	17	18	10,76	35,39
Cachoeiro de Itapemirim	1644	1780	55	55	29,89	32,36
Cariacica	2400	2094	49	55	48,98	38,07
Centro-Serrano	205	351	18	23	11,39	15,26
Colatina	1960	1811	65	66	30,15	27,44
Guarapari	1354	1454	39	41	34,72	35,46
Ibatiba	523	569	35	35	14,94	16,26
Itapina	1360	1231	98	97	13,88	12,69
Linhares	1185	1245	47	44	25,21	28,30
Montanha	295	627	16	25	18,44	25,08
Nova Venécia	1072	1296	43	44	24,93	29,45
Piúma	757	708	39	40	19,41	17,70
Santa Teresa	1114	1067	94	94	11,85	11,35
São Mateus	1034	1039	65	53	15,91	19,60
Serra	2165	2188	66	63	32,80	34,73
Venda Nova do Imigrante	696	814	41	43	16,98	18,93
Viana	165	244	11	10	15,00	24,40
Vila Velha	869	1075	40	40	21,73	26,88
Vitória	6403	4681	171	178	37,44	26,30
Cefor	1148	2264	26	29	44,15	78,07
TOTAL	28840	29512	1186	1202	24,32	24,55

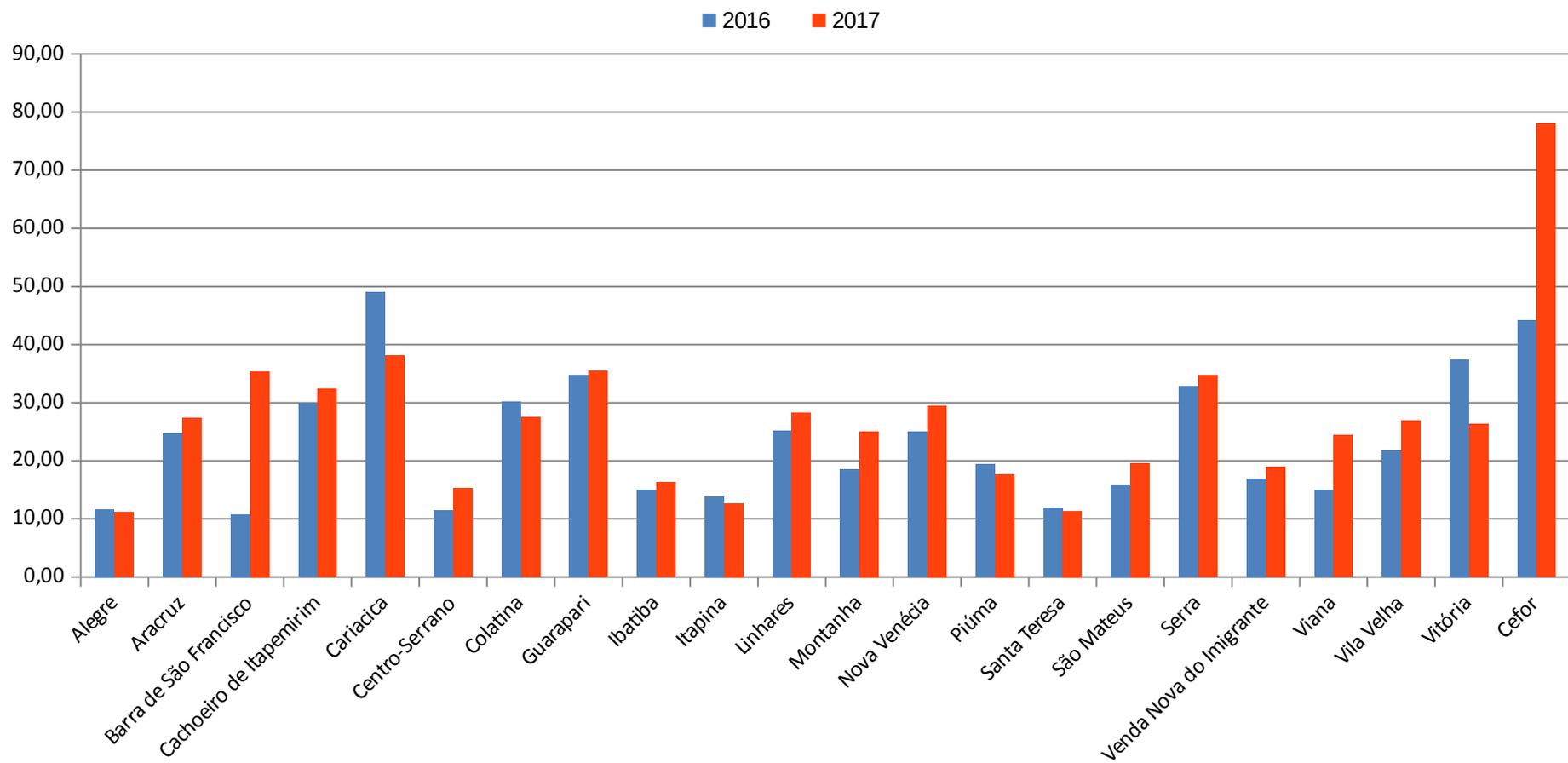


Gráfico 20: Quantitativo do indicador Aluno/Técnico-Administrativo – ATAE

Análise crítica

No ano de 2017 ocorreu um crescimento do indicador, em virtude do aumento de matrículas no período analisado.

Proporção de Técnico-administrativos por Docente

Quadro 49: Descrição do indicador Técnico-administrativo/Docente

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO			
NOME DO INDICADOR	Indicador Técnico-administrativo/Docente (TAED)		
OBJETIVO ASSOCIADO	Consolidar a estrutura física e de pessoal dos <i>campi</i>		
PERSPECTIVA	Pessoas e Infraestrutura		
INFORMAÇÕES GERAIS			
FINALIDADE DO INDICADOR	Quantificar o número de técnicos administrativos disponibilizados por professor		
NOVO OU EXISTENTE	Novo		
FÓRMULA DE CÁLCULO	TAED = N° de técnicos-administrativos em exercício / N° de docentes em exercício	UNIDADE DE MEDIDA	TAE / Docente
PERIODICIDADE	Semestral	POLARIDADE	Neutra
DISPONIBILIZAÇÃO			
DISPONIBILIDADE INDICADOR	DGP	FONTE DE DADO	SIAPE

Tabela 3.14: Quantitativo do indicador Técnico-Administrativo/Docente

CAMPUS	Nº de TAE's		Nº de Docentes		TAED	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alegre	109	108	74	76	1,47	1,42
Aracruz	42	42	60	63	0,70	0,67
Barra de São Francisco	17	17	17	14	1,00	1,21
Cachoeiro de Itapemirim	55	54	79	82	0,70	0,66
Cariacica	49	55	83	91	0,59	0,60
Centro-Serrano	18	23	17	20	1,06	1,15
Colatina	65	67	79	79	0,82	0,85
Guarapari	39	40	58	57	0,67	0,70
Ibatiba	35	35	37	38	0,95	0,92
Itapina	98	98	68	70	1,44	1,40
Linhares	47	43	59	58	0,80	0,74
Montanha	16	23	28	28	0,57	0,82
Nova Venécia	43	44	46	47	0,93	0,94
Piúma	39	42	42	45	0,93	0,93
Santa Teresa	94	93	70	69	1,34	1,35
São Mateus	65	55	57	76	1,14	0,72
Serra	66	65	92	93	0,72	0,70
Venda Nova do Imigrante	41	43	52	54	0,79	0,80
Viana	11	10	15	21	0,73	0,48
Vila Velha	40	42	52	62	0,77	0,68
Vitória	171	179	301	306	0,57	0,58
Cefor	26	29	24	27	1,08	1,07
TOTAL	1186	1207	1410	1476	0,84	0,82

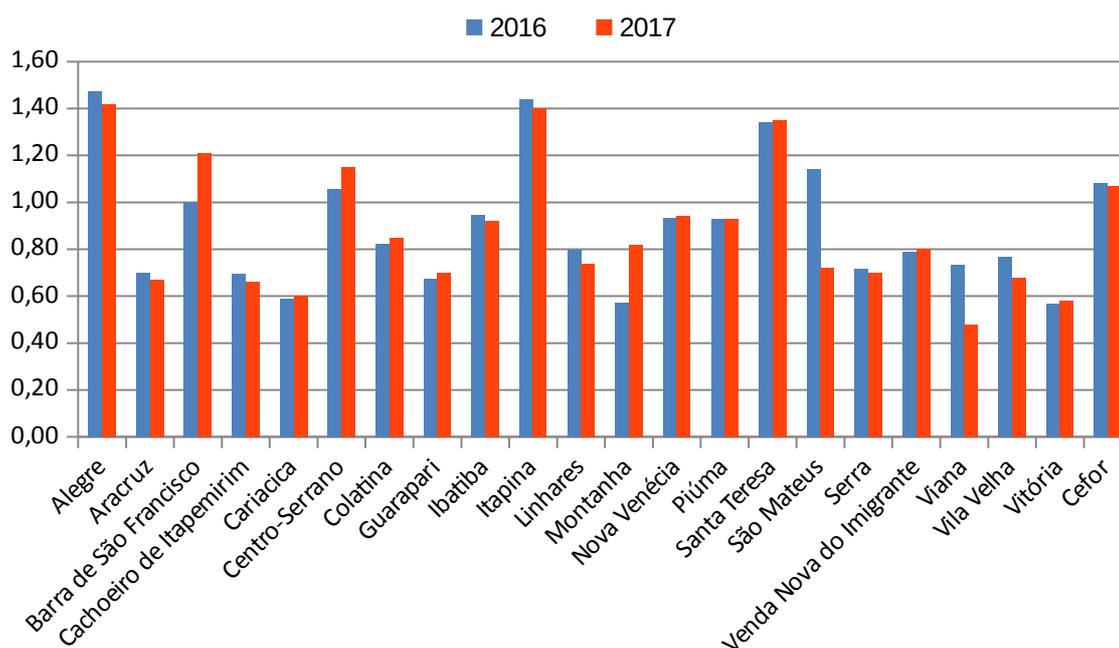


Gráfico 21: Quantitativo do indicador Técnico-Administrativo/Docente

Análise crítica

Este indicador deve demonstrar que a instituição deve manter sempre o seu quadro de servidores docentes acima do quadro de servidores técnicos administrativos. O Ifes atende a esse requisito, como se pode observar o resultado do TAED (0,82 em 2017). A maioria dos *campi* que não atende a esse requisito possui natureza agrícola, justificando um número maior de servidores técnicos administrativos para o atendimento das atividades de educação.

Verifica-se também que, no ano de 2017 ocorreu um aumento no número total de servidores docentes em relação ao ano de 2016 e isso se deve a realização de 02 concursos públicos para a área em comento, onde ocorreram a realização dos certames em 2016 e nomeações dos candidatos aprovados no ano de 2017.

3.4.3 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

Estrutura de governança	
Instância:	Descrição*:
Conselho Superior - CS	O Conselho Superior (CS), órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados nos art. 8º e 9º do Estatuto do Ifes, nos art. 5º, 6º, 7º e 8º do Regimento Geral e Regimento Interno aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 23/2010 de 14/06/2010. Poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou de responsabilidade do Instituto. As matérias a serem apreciadas pelo Conselho Superior poderão ser encaminhadas pelos Órgãos Normativos e Consultivos, com exceção daquelas que, com previsão legal, estatutária, regimental ou de interesse geral da Instituição, por decisão do Presidente, devam ser apreciadas diretamente pelo Conselho Superior.
Colégio de Dirigentes - CD	O Colégio de Dirigentes (CD), de caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi e dos polos de inovação e pelos Diretores dos campi avançados e dos centros de referência que integram o Instituto Federal do Espírito Santo, com sua competência e atribuições dispostas nos art. 10 e 11 do Estatuto do Ifes e no art. 9º do Regimento Geral do Ifes.
Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão	É um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no art. 10 do Regimento Geral do Ifes e pela Resolução do Conselho Superior nº 19/2010 de 09/06/2010.
Conselho de Gestão do campus de Polo de Inovação, de Campus Avançado e de Centro de Referência	O Conselho de Gestão do Campus (CGC), o Conselho de Gestão do polo de Inovação (CGP), o Conselho de Gestão do campus Avançado (CGA), o Conselho de Gestão do Centro de Referência (CGF) presididos pelo Diretor-Geral e Diretor, são órgãos consultivos da administração local e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada unidade educacional, nos termos do art. 11 do Regimento Geral do Ifes e pelo Regimento Interno do Conselho de Gestão dos campi do Ifes aprovado pela Resolução do CS nº 63/2010 (Alterada pela Resolução do CS nº 24/2014 de 27/06/2014).
Conselho Comunitário	Objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade referente a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e avaliar as metas de atuação de sua política, nos termos do art. 61 do Regimento Geral do Ifes.
Ouvidoria	Responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações das comunidades: interna e externa. Art. 62 do Regimento Geral do Ifes.
Comissão de Ética	Estabelecer os princípios que norteiam a conduta ético-profissional dos servidores do Ifes de acordo com os dispositivos legais. Decreto no 1.171, de 22/06/1994; Decreto no 6.029, de 01/02/2007; Resolução CEP nº 10 de 29/09/2008; Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 22/2014 de 27/07/2014; Art. 63 do Regimento Geral do Ifes.
Fóruns	Órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação. Os Fóruns têm natureza horizontalizada, com representação dos campi e terão regimento próprio, nos termos do art. 60 do Regimento Geral do Ifes. <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Gestão Pedagógica – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 18/2011 de 09/05/2011 • Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 20/2011 de 09/05/2011 • Fórum dos Bibliotecários – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS

Estrutura de governança	
Instância:	Descrição*:
	<p>nº 66/2011 de 08/12/2011</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Tecnologia da Informação – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 68/2011 de 08/12/2011 • Fórum de Gestores de Ensino – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 60/2014 de 07/11/2014 • Fórum de Comunicação Social – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 189/2016 de 04/11/2016 • Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas – Regimento Interno aprovado pela Resolução CS nº 2016/2016 de 09/12/2016
Auditoria Interna - AUDIN	Órgão técnico de controle, vinculado ao Conselho Superior, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, no âmbito institucional, respeitada a legislação vigente. Art. 61 e 62 do Regimento Geral do Ifes.
Procuradoria Jurídica do Ifes	Órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal na Instituição e poderá contar com um serviço de apoio administrativo. Art. 64 do Regimento Geral do Ifes.
Comissão Própria de Avaliação - CPA	Órgão colegiado permanente de coordenação do processo de autoavaliação do Instituto e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados em Regimento próprio, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 29/2013 de 09/08/2013.
Comissão Interna de Avaliação - CIS	Criada pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, alterada pela Lei n.º 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e regulamentada pela Portaria MEC n.º 2.519, de 15 de julho de 2005, alterada pela Portaria MEC n.º 2.562, de 21 de julho de 2005, vinculada à Comissão Nacional de Supervisão do Ministério da Educação, Regulamentada pela Resolução do Conselho Superior Ifes nº 54/2013 de 20/12/2013, é composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação – PCCTAE e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o seu aprimoramento.
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Prestar assessoramento ao colegiado competente ou ao dirigente máximo da instituição, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente. Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2015 de 29/06/2015 (Alterada pela Resolução CS nº 08 de 27/03/2017) que regulamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Ifes, considerando: os dispositivos da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o memorando 34/CPPD/2014 de 27 de agosto de 2014 e as decisões do Conselho Superior em sua 39a. Reunião Ordinária, realizada em 5 de maio de 2015.
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP	Colegiado interdisciplinar e independente, com múnus público, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa identificar, analisar, avaliar e divulgar os princípios éticos das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, submetendo-se ao que determina a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS) e disposições complementares, além da Legislação Nacional vigente e documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. O Regimento Interno foi aprovado pela Resolução do CS nº 36/2015 de 14/08/2014 (Alterada pela Resolução CS nº 188/2016).
Comitê de Ética no Uso de Animais - CEUA	É uma instância independente e de múnus público, colegiado e interdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo do Ifes. O Regimento Interno foi aprovado pela Resolução do CS nº 41/2016 de 02/06/2016.

* *Regimento Geral do Ifes, Portarias Normativas e Regimentos Internos* estão disponíveis no portal do instituto na internet <http://www.ifes.edu.br/>, na aba: Portal Ifes > Conselhos e Comissões>Conselho Superior. O *Estatuto do Ifes* está disponível no portal do instituto, na aba: Portal Ifes > Documentos Institucionais.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A estrutura atual da Unidade de Auditoria Interna do Ifes é de 07 (sete) servidores: 03 (três) na Reitoria, sendo 01 chefe da Auditoria Interna, 01 Auditor e 01 Assistente em Administração; 01 (um) no campus de Aracruz, 01 (um) no campus de Itapina, 01 (um) no campus Cachoeiro de Itapemirim e 01 (um) no campus de Santa Teresa.

A unidade está vinculada ao Conselho Superior do Ifes de acordo com o art. 1º de seu Regimento Geral, em conformidade com o art. 15, § 3º, do Decreto no 3.591/2000 alterado pelo Decreto no 4.304/2002.

Como órgão de controle é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Ifes e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, além de avaliar a governança, o gerenciamento de riscos e os controles internos da gestão.

Para tanto, a organização dos trabalhos se dá através do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, cujas horas destinadas a cada ação está incluso o tempo necessário para o planejamento e desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, comunicação dos resultados à alta Administração da unidade auditada e monitoramento das recomendações emitidas pela UAIG -Unidade de Auditoria Interna Governamental.

a) Estatutos e normas de regulação da Auditoria Interna

A Auditoria Interna do Ifes rege-se pelo Estatuto, pelo Regimento Geral do Instituto, pelo Regulamento da Auditoria Interna e, naquilo que se aplicar, pelos normativos emanados da Secretaria Federal de Controle Interno e pela legislação federal pertinente ao controle interno.

O Estatuto, Regimento Geral e o Regulamento da Auditoria Interna estão disponíveis na internet e para acessá-los basta clicar nos links:

- <http://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/5929-estatuto-do-ifes>
- <http://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/6791-regimento-geral-do-ifes>
- http://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_17_2015_Regulamento_Interno_Auditoria_Interna.pdf

b) Elementos vinculados a INTOSAI GOV 9140, aos parágrafos 3º, 4º e 5º do Art. 15 do Decreto 3.591/2000 e outras normas de regulação

A Auditoria Interna do Ifes tem por objetivo o fortalecimento da gestão, a racionalização das ações de controle e assessoramento à alta gestão através de ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto conforme o disposto no Art. 4º e seus incisos do Regulamento da Auditoria Interna:

Art. 4º A Auditoria Interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada, com o objetivo de assegurar:

I - o fortalecimento da gestão, por meio de auditoria, na busca da comprovação da legalidade e da legitimidade dos atos e fatos administrativos e na avaliação dos resultados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional contábil e de pessoal do IFES; agregando valor ao gerenciamento da ação governamental, pelo

acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual; da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, no âmbito da entidade;

II - a racionalização das ações de controle para eliminar as atividades de auditoria em duplicidade, nos órgãos que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e possibilitar a geração de novas atividades de auditoria que preencham lacunas por meio de pauta de ações articuladas, com o intuito de racionalizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis;

III - a busca pelo fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como dos controles administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da instituição; e

IV - a prestação de apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados e no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

A independência da Auditoria Interna está assegurada no Regulamento da Auditoria Interna, que além de observar o disposto no Decreto 3.591/2000, prevê no Inciso III, do Artigo 17:

Art. 17 Os servidores da Unidade de Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, deverão observar os seguintes aspectos:

(...)

III - Independência - manter uma atitude de independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar imparcialidade no seu trabalho, bem assim nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional;

Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas

As ações de auditoria a serem executadas estão previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT. Para o exercício de 2018 o PAINT foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015 da Controladoria Geral da União em seus artigos 2º ao 8º, e com a Instrução Normativa nº 03, de 09 de junho de 2017 do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, sendo consideradas as recomendações/determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo da União e da própria auditoria interna do Ifes e do seu Regulamento Interno aprovado pela Resolução nº 17/2015.

Pelo fato do Ifes não ter concluído a implantação da Gestão de Riscos, foram utilizadas pela AUDIN as seguintes estratégias de atuação:

1- avaliar – através da utilização da Auditoria Baseada em Riscos – ABR – a probabilidade de haver risco nas áreas, objetivando a priorização dos processos a serem auditados;

2- aplicar Matriz de Risco com a valoração dos macroprocessos existentes do Instituto, atribuindo pesos (1, 3 ou 5) conforme critérios objetivos de relevância, materialidade, criticidade e oportunidade, e ao final, obtendo os resultados através das médias, segundo informações apresentadas pelos campi e reitoria.

Visando a melhoria da qualidade da atuação da Unidade de Auditoria Interna e em atendimento a IN CGU nº 03, de 09 de junho de 2017 foi incluída, também, nas ações do PAINT a elaboração do programa de gestão e melhoria da qualidade (PGMQ).

Estruturação da Auditoria Interna, forma de escolha do titular e posicionamento no organograma da UPC

Conforme consta no artigo 5º do regulamento da Auditoria Interna, a estrutura da unidade é composta pelo Auditor-chefe - Titular de Unidade de Auditoria Interna; Auditores Internos lotados na Reitoria; Auditores Internos lotados nos campi; Corpo Técnico; e Equipe de Apoio Administrativo.

Atualmente a unidade é composta por 7 (sete) servidores, sendo 01 titular da Auditoria Interna do Ifes, nomeado pelo Reitor, 06 Auditores e 01 Assistente em administração.

A escolha do titular da unidade foi realizada dentre os servidores em exercício na AUDIN e que atendiam aos requisitos estabelecidos constantes na Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, conforme a referida portaria, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Titular de Auditoria era submetida, pelo dirigente máximo do Instituto à aprovação do Conselho Superior do IFES e, posteriormente à aprovação da Controladoria Geral da União, em conformidade com o Art. 15, § 5º do Decreto n.º 3.591/2000.

Entretanto, houve alteração no procedimento de consulta para nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna ou auditor interno, com a publicação da Portaria CGU nº 2.737 de 20 de dezembro de 2017.

Assim, a escolha do novo chefe da Unidade da Auditoria Interna do Ifes, passará a atender os requisitos da nova portaria, desta forma, o dirigente máximo do Instituto submeterá a indicação do titular da unidade de auditoria interna à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, e, após, à aprovação da CGU.

Compete à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC a análise das informações requeridas nos termos da nova Portaria. A manifestação da CGU sobre a indicação para nomeação ou designação dar-se-á pela emissão de expediente dirigido ao dirigente máximo da entidade, com base em parecer técnico elaborado pela Secretaria Federal de Controle Interno.

A permanência no cargo de titular da unidade de auditoria interna deve ser limitada a três anos consecutivos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, admitida mais uma prorrogação por 365 dias se for imprescindível para a finalização de trabalhos considerados relevantes, neste caso, o conselho de administração ou órgão equivalente, ou, na ausência desses colegiados, a autoridade máxima da entidade a fará mediante decisão fundamentada e que contenha análise de plano de ação para transferência das referidas atividades relevantes.

Em relação a seu posicionamento na estrutura organizacional, a Auditoria Interna – AUDIN, é vinculada ao Conselho Superior.

Conhecimento das recomendações pela alta gerência e riscos de não implementação

A certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações se dá a partir do recebimento dos Relatórios exarados e encaminhados pela AUDIN, e memorandos encaminhados formalmente, à alta gerência e posteriormente ao presidente do Conselho Superior, com objetivo dar atendimento às recomendações, além de toda comunicação eletrônica registrada no e-mail institucional e do envio do RAINTE, no exercício seguinte, contendo o relato sobre as atividades de auditoria interna.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência:

Através de relatórios de auditoria e memorandos encaminhados formalmente à alta gerência, busca-se atuar no sentido de fortalecer as ações voltadas a gestão da coisa pública e minimizar os riscos.

Para itens, cujos achados são considerados críticos e de alto risco, a não implementação das recomendações da Auditoria Interna, são tratadas em reuniões de busca conjunta de soluções com a alta administração e partes operacionais envolvidas.

Adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria demonstrando os ganhos operacionais

Não houve alteração ou adequação no quadro da Unidade de Auditoria Interna, exceto a licença maternidade da servidora que atua no apoio administrativo da AUDIN. Porém no exercício de 2018 haverá grande redução do quadro de servidores da Unidade com a aposentadoria de duas servidoras, a cessão por requisição da justiça eleitoral de uma servidora e a saída de uma servidora para assumir função na gestão do campus Santa Teresa, demandando esforço dos gestores em realocar servidores para suprir essas lacunas.

4.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec

Com a finalidade de atender a determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário, a Auditoria Interna do Ifes realizou a ação nº 03 do PAINT/2017 - Pronatec – sobreposição de carga horária no anseio de dar suporte a gestão, evidenciando os mais relevantes achados de auditoria e, conseqüentemente, apresentando recomendações à luz dos diplomas legais, a fim de que as irregularidades e/ou impropriedades encontradas fossem sanadas e que as boas práticas sejam reconhecidas e tomadas como referência para a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Durante a realização dos trabalhos foram realizadas reuniões com os responsáveis pelo Programa a fim de encontrar soluções cabíveis para a questão. Após o término desta ação o Relatório Final com as recomendações emanadas foi enviado para a SECEX/ES e, também neste período, foi realizada reunião com o Dirigente máximo da SECEX-ES e assessores junto a coordenadora geral do Pronatec/Ifes, o coordenador jurídico da Procuradoria junto ao Ifes e a chefe da Unidade Auditoria Interna/Ifes e ficou acordado que o Ifes apresente um plano de ação para reposição de carga horária sobreposta e que a Auditoria Interna deixe o relatório em suspenso até a análise e aprovação do referido Plano de Ação.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Apuração de ilícitos cometidos por colaboradores e execução das atividades de correição no âmbito da unidade

Atualmente a instituição possui, em sua estrutura, a Comissão de Ética, que atua em situações de correição dentro do Instituto, desempenhando trabalho de resolução de conflitos, inclusive, desenvolvendo trabalhos de orientação juntos aos servidores nas mais diversas áreas. Faz parte também da estrutura de correição, a Assessoria Processual, que é responsável pela instauração e acompanhamento de Procedimentos de Instrução Preliminar (PIP), Processos Administrativos Disciplinares (PAD), Sindicâncias e Mediação de Conflitos em sede apuração de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, como medida anterior a instauração de PAD's / Sindicâncias, no âmbito do Instituto.

Nesse sentido, registra-se que a técnica de mediação de conflitos foi instaurada em janeiro/ 2018, nos termos preconizados pela CGU (Ministério da Transparência). O Ministério disciplinou o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que permite resposta mais célere e menos traumática aos processos administrativos de baixa lesividade.

Aos casos em que por sua natureza a proposta de termo de ajustamento de conduta se encontra prejudicada, a apuração de ilícitos cometidos por colaboradores desta Instituição dar-se-á a partir do conhecimento do fato pelo Dirigente máximo, qual seja, o Reitor. Após conhecimento, é feita a análise dos elementos e, em seguida, é tomada a decisão.

Nesse sentido, registra-se que em alguns casos encaminha-se os elementos (processo) ao interessado ou ao campus (Diretor-geral) para que o mesmo se manifeste e efetue a juntada de documentos, neste

caso, chamamos de Procedimento de Instrução Preliminar - PIP. Após, de posse dos elementos pertinentes, a Autoridade máxima decide, por arquivar ou dar continuidade nas apurações, hipótese em que determina a instauração de Sindicância ou de PAD. Dando continuidade e início dos trabalhos, o Reitor designa uma Comissão, formada por três servidores, esta trabalhará a fim de apurar todos os indícios e irregularidades. Ao final do Relatório da Comissão, o processo é encaminhado à Procuradoria Federal, que atua junto ao Ifes, para elaboração de parecer jurídico e em seguida retorna para Decisão do Reitor. O interessado, contudo, que sentir-se prejudicado com o resultado do processo poderá pedir revisão da decisão ao Conselho Superior do Instituto. Os pedidos de reforma, por parte do interessado, seguem as diretrizes traçadas na Resolução do Conselho Superior – CS nº 34, de 25 de abril de 2016, que normatiza procedimentos para análise de recursos de Processo Administrativo Disciplinar – PAD – com o objetivo de dar segurança jurídica ao processo, celeridade, transparência.

No ano de 2017 foram instaurados 10 (dez) Processos Administrativos Disciplinares e 1 (um) Procedimento de Instrução Preliminar (PIP) no âmbito do IFES, conforme relação abaixo:

- 23543.000529/2017-48 (Procedimento de Instrução Preliminar)
- 23148.000567/2017-63
- 23147.000418/2017-12
- 23184.000094/2017-38
- 23147.000184/2017-11
- 23147.002262/2016-15
- 23147.003547/2016-73
- 23147.003589/2016-12
- 23544.000298/2016-81
- 23186.000857/2016-70
- 23147.001224/2017-26

Dentre as principais infrações descritas nos processos administrativos disciplinares estão a quebra de dedicação exclusiva, faltas injustificadas, assédio sexual e insubordinação por parte dos servidores.

Dos 11 (onze) processos instaurados no ano de 2017:

1. 5 (cinco) encontram-se finalizados.
 - (a) Dos 05 processos finalizados, são os seguintes resultados:
 - i. 03 arquivados;
 - ii. 02 advertências;
2. 6 (seis) encontram-se em trâmite.

Aderência a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 e gestão dos dados de processos administrativos

Os processos administrativos estão sendo inseridos no sistema CGU-PAD.

O procedimento atual adotado ocorre da seguinte forma: quando é instaurado um novo Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância cabe à Assessoria Processual iniciar o cadastro do processo no sistema, antes de encaminhá-lo à comissão responsável pela apuração dos fatos, a Assessoria Processual alimenta o sistema com os dados básicos iniciais do processo como partes envolvidas, o

assunto que está sendo tratado, as informações da comissão responsável pela apuração, e anexa a portaria de instauração no sistema. Logo após, o processo é entregue a comissão.

A comissão de PAD, por sua vez, fica responsável por lançar as atas deliberativas, os termos de indiciamento, portarias de prorrogação/recondução e o relatório final, após esses passos, o processo retorna à Assessoria Processual para que seja lançado o parecer da Procuradoria Federal e a decisão final proferida pelo reitor, encerrando-se assim o lançamento do processo no sistema.

A Assessoria Processual não passou por treinamento do sistema CGU-PAD, que deveria ter sido disponibilizado pela CGU. A solicitação de treinamento foi feita pela assessoria processual nos anos de 2016 e 2017, todavia, a resposta da Controladoria Geral da União é no sentido de não possuir servidor com conhecimento técnico para dar o treinamento do sistema CGU-PAD à Assessoria Processual. Esta informação é relevante para a Gestão a partir do momento que a CGU tem cobrado de forma rotineira a alimentação do sistema CGU-PAD, com as inúmeras peculiaridades do sistema, mas não apresenta treinamento para a equipe da Assessoria Processual, equipe esta, formada apenas por 02 servidoras e que foram lotadas na assessoria no ano de 2017.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Em virtude da publicação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10 de maio de 2016, o Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes elaborou o projeto e aprovou a Resolução do Conselho Superior 21/2017, de 07/08/2017, que instituiu a Política de Gestão de Riscos Governança e Controle Interno do Ifes.

A política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação dos riscos e melhoria contínua dos processos da gestão de riscos na Reitoria e nas unidades administrativas que integram o Ifes, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão e contribuindo para o aprimoramento da governança institucional.

As atividades de gestão de riscos e controle interno serão implementados de forma progressiva, ou seja, apenas algumas unidades funcionais da reitoria e dos campi elaborarão o seu plano de gestão de riscos em um primeiro momento. À medida que a maturidade em gerenciar riscos pelos gestores aumentar, novas unidades funcionais e novos campi serão envolvidos no planejamento e controle. Esta medida serve como controle para possíveis ajustes no processo a ser implantado.

A Política de Gestão de Riscos do Ifes compreende as seguintes finalidades:

I – assegurar a existência de um processo estruturado de gestão de riscos como forma de contribuição para a continuidade das atividades organizacionais e geração de valor à sociedade;

II – contribuir para a melhoria contínua da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade; e

III – racionalizar e promover a efetividade das despesas orçamentárias do Ifes.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

O Instituto Federal do Espírito Santo tem em sua composição de trabalho 1.476 docentes, 1.207 administrativos, 326 estagiários e 49 anistiados, de acordo com a planilha de indicadores do relatório de gestão.

Ressalta-se que a planilha de indicadores não possui o campo Reitoria para ser preenchido, com isso tem-se diferença no número total de técnicos administrativos, haja vista que se for levado em consideração o quantitativo da Reitoria o número total aumentará para 1349 administrativos, sendo que a Reitoria possui o total de 142 TAE.

Vale observar que existem divergências nas informações prestadas pelas Coordenadoria Gerais de Gestão de Pessoas dos campi e DGP - Reitoria com o banco equivalente no que se refere ao quantitativo total de docentes, TAE e anistiados, onde o banco fornece o total de 1455 docentes, 1338 administrativos e 46 anistiados.

Em relação aos servidores efetivos e temporários, o instituto possui um total 2.794 servidores efetivos e 154 servidores temporários, de acordo com o levantamento realizado com os Campi e Reitoria.

Vale ressaltar que existem divergências entre as informações prestadas pelos Campi e o banco equivalente, sendo que o banco fornece informação de um total de 2793 servidores efetivos e 144 servidores temporários, as divergências encontradas foram nas informações de servidores temporários dos campi Alegre, Montanha, Nova Venécia, Santa Teresa, São Mateus, Viana e Vitória.

Do total de servidores efetivos e substitutos, temos 1086 na área meio e 1959 na área-fim. Consideramos área-fim os docentes e os servidores administrativos que dão suporte às atividades de ensino. Os servidores anistiados estão lotados na área meio da instituição.

A força de trabalho no Ifes (efetivos e contratos temporários) está distribuída em cada campus e Reitoria conforme descrito nas planilhas abaixo. No caso específico da Reitoria, temos nos dados a inclusão do Cefor e do Polo de Inovação em seu quadro.

Tabela 5.1: Quantitativo de servidores - campi Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco e Cachoeiro de Itapemirim

Tipologias dos Cargos	ALEGRE		ARACRUZ		B S FRANCISCO		CACHOEIRO	
	Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim						
1. Servidores de Carreira (1.1)	56	128	42	61	6	24	54	82
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	56	128	42	61	6	24	54	82
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	56	128	42	61	6	24	54	82
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado								
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório								
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas								
2. Servidores com Contratos Temporários	0	8	0	7	0	1		5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública								
4. Total de Servidores (1+2+3)	56	136	42	68	6	25	54	87

Tabela 5.2: Quantitativo de servidores - campi Ibatiba, Itapina, Linhares e Nova Venécia

Tipologias dos Cargos	IBATIBA		ITAPINA		LINHARES		N VENÉCIA	
	Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim						
1. Servidores de Carreira (1.1)	18	55	67	101	20	80	20	71
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	18	55	67	101	20	80	20	71
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	55	67	101	20	80	20	71
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado								
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório								
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas								
2. Servidores com Contratos Temporários	0	6		7	0	8	0	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública								
4. Total de Servidores (1+2+3)	18	61	67	108	20	88	20	84

Tabela 5.3: Quantitativo de servidores - campi Montanha, Piúma, Santa Teresa e São Mateus

Tipologias dos Cargos	MONTANHA		PIÚMA		S TERESA		S MATEUS	
	Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim						
1. Servidores de Carreira (1.1)	22	29	29	45	71	88	16	107
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	22	29	42	45	71	88	16	107
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	29	42	45	71	88	16	107
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado								
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório							1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				1				
2. Servidores com Contratos Temporários	1	0		5	0	7	0	9
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública							0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	23	29	29	50	71	95	16	117

Tabela 5.4: Quantitativo de servidores - campi Serra, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha

Tipologias dos Cargos	SERRA		V. N. IMIGRANTE		VILA VELHA	
	Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	40	128	43	53	26	72
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	40	128	43	53	26	72
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	123	43	53	25	72
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado						
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório						
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5			1	0
2. Servidores com Contratos Temporários		8	0	4	0	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública						
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	136	43	57	26	78

Tabela 5.5: Quantitativo de servidores - campi Vitória, Reitoria e Viana

Tipologias dos Cargos	VITÓRIA		REITORIA		VIANA	
	Lotação Efetiva		Lotação Efetiva		Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	40	128	43	53	26	72
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	40	128	43	53	26	72
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	123	43	53	25	72
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado						
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório						
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5			1	0
2. Servidores com Contratos Temporários		8	0	4	0	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública						
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	136	43	57	26	78

Qualificação da força de trabalho

O Ifes busca investir na capacitação e qualificação de seus servidores e incentiva principalmente a busca por cursos de Educação à Distância ofertados pelas escolas de Governo. Além de cursos de curta duração e de capacitação (principalmente operacional) aos servidores, contratados sob demanda, o Ifes tem buscado investir na qualificação formal dos servidores.

O Instituto, através de convênios e acordos celebrados com outras instituições, oferece aos servidores oportunidade de crescimento profissional com a criação de programas como o programa de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) que são turmas de mestrado e de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora que tem por objetivo principal viabilizar a formação de mestres e doutores, principalmente professores, além de apoiar a capacitação para os diferentes níveis de ensino; subsidiar a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa; bem como fortalecer e estabelecer as condições para a criação de novos cursos de pós-graduação.

Ademais, o Instituto também oferece o Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat) em que oferece curso de Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática e é dirigido aos profissionais, portadores de diploma de graduação obtidos em cursos reconhecidos pelo MEC, atuantes em educação científica, especialmente os professores das ciências da natureza (biologia, física e química), professores de matemática e pedagogos, atuantes na educação básica ou no ensino superior, ou em espaços educativos não formais. Vale citar, que não há restrição com relação à formação em nível de graduação. No entanto, deve haver interesse e afinidade dos alunos formados em áreas diversas das supracitadas.

Há ainda outros programas como o Prof-EPT em que o Ifes atua como polo de educação nacional e o processo seletivo para o mestrado de Humanidades.

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

As ações adotadas para identificar eventuais acumulações indevidas remuneradas de cargos, funções e emprego vem sendo realizadas desde o ato da posse, onde a Diretoria de Gestão de Pessoas orienta os candidatos nomeados acerca da importância de observação da legislação. No ato da posse, além da assinatura formal do termo, temos a apresentação do 'curso de Iniciação no Serviço Público' onde são tratados assuntos relativos ao desenvolvimento na carreira, questões sobre pagamento, postura no serviço público, cadastro de ponto eletrônico, estágio probatório e programas de saúde e entrega de atestados. Há ainda a apresentação de vídeo institucional que detalha a história do Instituto; participação dos Pró-Reitores que apresentam as atividades inerentes a cada Pró-Reitoria; participação da Comissão de Ética que apresenta os direitos e deveres dos servidores; participação das Coordenadorias da Diretoria de Gestão de Pessoas explicando assuntos pertinentes a área e dentre eles a acumulação de cargos, onde é esclarecido ao futuro servidor a importância de atualização permanente na base de dados da Gestão de Pessoas e advertido também que cabe ao servidor, sempre que houver qualquer alteração tanto de cunho pessoal quanto de vínculo empregatício, informar a Gestão de Pessoas do Campus ou Reitoria.

Além das informações prestadas no ato da posse, o Instituto tem mobilizado uma Comissão que trabalhará com a divulgação de informações para os servidores quanto as acumulações previstas em legislação com a finalidade de prevenir eventuais acumulações indevidas. A divulgação para os servidores será mediante os canais de comunicação utilizados pela instituição. A comissão solicitará também que os servidores se direcionem a Gestão de Pessoas para atualização de dados em relação a vínculos empregatícios.

Em caso de descumprimento do regime de trabalho ou acumulação ilícita de cargos, os casos são apurados através de Processo Administrativo Disciplinar, entretanto tem sido prática do Ifes trabalhar na orientação e prevenção de acumulações ilegais.

Despesas associadas à manutenção de pessoal

Informamos que no ano de 2017, o Instituto investiu em despesa de pessoal em relação a servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade o valor de R\$ 377.594.123,65; nos casos de servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade, o Instituto investiu o valor de R\$ 947.328,38; já em relação a servidores cedidos com ônus, o Ifes investiu o valor de R\$ 288.437,91 e o investimento com servidores com contrato temporário foi o valor de R\$ 7.844.799,02.

O Ifes possui 49 anistiados, sendo 43 do DNPM; 01 do Ministério de Minas e Energia; 01 do Ministério dos Transportes; 02 da CONAB e 02 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Fazendo um comparativo com o ano anterior, podemos verificar que houve um acréscimo nas despesas, o que se significa pelo aumento do número de servidores no quadro de pessoal da instituição.

Nos casos de servidores cedidos com ônus houve aumento das despesas apesar do quantitativo de servidores permanecerem o mesmo do ano de 2016, haja vista que o Ifes teve o quantitativo de 10 servidores de carreira SEM VÍNCULO, sendo 02 servidores da AGU ocupando cargo de direção/função gratificada na Reitoria deste Instituto; 01 servidora do MEC ocupando função gratificada no Campus Serra; 01 servidor aposentado do Campus Serra do Ifes, ocupante de cargo de direção (CD-2) na Reitoria deste Instituto; 01 servidora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório da Reitoria deste Instituto; 01 servidora do Instituto Federal de Minas Gerais em exercício provisório no Campus Vila Velha, 01 servidor da Universidade Federal do Espírito Santo prestando colaboração técnica no Campus Montanha; 01 servidor do Instituto Federal de Brasília prestando colaboração técnica no Campus São Mateus; 01 servidor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais prestando colaboração técnica no Campus Piúma e 01 servidor do Instituto Federal do Amazonas prestando colaboração técnica no Campus Piúma.

Já no ano de 2017, o Ifes possuiu também o quantitativo de 10 servidores de carreira SEM VÍNCULO, sendo 02 servidores da AGU ocupando cargo de direção/função gratificada na Reitoria deste Instituto; 01 servidora do MEC ocupando função gratificada no Campus Serra; 01 servidor aposentado do Campus Serra do Ifes, ocupante de cargo de direção (CD-2) na Reitoria deste Instituto; 01 servidora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório da Reitoria deste Instituto; 01 servidora do Instituto Federal de Roraima prestando colaboração técnica no Campus Vila Velha; 01 servidor da Universidade Federal do Espírito Santo prestando colaboração técnica no Campus Montanha; 01 servidor do Instituto Federal de Brasília prestando colaboração técnica no Campus São Mateus; 01 servidor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais prestando colaboração técnica no Campus Piúma e 01 servidor do Instituto Federal do Amazonas prestando colaboração técnica no Campus Piúma.

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Elencamos alguns riscos e desafios, bem como possibilidades para área de Gestão de Pessoas conforme segue.

Percebemos riscos iminentes dada a incapacidade de cumprir cabalmente com algumas atribuições devido ao dimensionamento de servidores em decorrência de, principalmente, não completude dos quadros de pessoal, vacâncias e movimentações diversas.

Em virtude de algumas movimentações, muitas das vezes fora do controle da Administração, alguns desafios são postos, como é o caso de ingresso de novos servidores, que requer tempo para que absorvam as informações de forma holística sobre as particularidades da área de pessoal.

Por outro lado, a instituição investe em treinamentos principalmente internos visando o compartilhamento e padronização dos procedimentos, com vistas ao gerenciamento adequado da área de gestão de pessoas.

A disseminação de legislações para atendimento padronizado aos servidores entre as unidades de gestão de pessoas em alguns momentos têm sido um desafio. Contamos com o fórum de gestão de pessoas que é um órgão de assessoramento, consulta e normatização do Ifes, e tem por finalidade a orientação e formulação de políticas relacionadas à área de gestão de pessoas. Nos momentos de reunião do FGP-Ifes temos discutido a aplicação da legislação e operacionalização dos processos para buscar uniformidade nas ações.

Também utilizamos o e-mail institucional onde são repassadas informações sobre a atualização de legislação pertinente à área, principalmente aquelas Orientações Normativas e Notas Técnicas disponibilizadas pelo Canal Segep nas resenhas de matérias de pessoal.

Temos buscado fazer Encontros de Gestão de Pessoas para buscar uniformidade de ações e aprimoramento de gerir pessoas e conflitos. Mas nos falta a manualização de vários procedimentos.

Outro desafio constante é o fato de, apesar de o Ifes ter aproximadamente 8 anos, a junção das quatro ex-autarquias centenárias (Cefetes e Escolas Agrícolas) nos faz uma instituição ímpar e em busca de identidade institucional. Temos um volume de trabalho diverso associado a contextos escolares completamente diversificados (escolas industriais, escolas-fazenda, campi em implantação, ...) e formas de trabalho e cultura de gestão de pessoas em processo de uniformidade.

A falta de sistemas eletrônicos específicos para a racionalização dos trabalhos de Gestão de Pessoas e a distância entre os campi e necessidade de envio de autos processuais por malotes via correios também é um desafio a ser considerado. Com vistas a mitigá-lo, tem sido implantadas ferramentas do SIG para facilitar o uso dos dados e otimizar o trabalho. Já foi implantado o memorando eletrônico e está em fase de implantação o processo eletrônico. Um dos desafios acerca dos trâmites se dá pela quantidade de dados pessoais sigilosos que os processos de gestão de pessoas abarcam.

Percebemos ainda a falta de processos de governança de pessoal e acompanhamento sistematizado para nortear e melhorar as ações.

Projetos realizados pela Coordenadoria de Atenção a Saúde do servidor

Projeto hábitos saudáveis

O objetivo do projeto consiste em abordar temas relacionados a mudança no estilo de vida dos servidores do Ifes que estimulem a adoção de hábitos saudáveis, envolvendo três aspectos: alimentação, atividade física e aspectos comportamentais. Para tanto, foram realizados encontros em grupo e individuais. No ano de 2017 tivemos a participação de 13 servidores.

O projeto é composto por uma equipe multiprofissional, a saber: Assistente Social, Educador Físico, Enfermeira, Médico, Nutricionista e Psicóloga, os quais contribuíram na elaboração, execução e/ou avaliação do projeto.

Os objetivos específicos foram:

I - Situar os servidores quanto ao cenário epidemiológico mundial e nacional da obesidade e suas complicações;

II - Informar o perfil de saúde e hábitos de vida dos brasileiros;

III - Orientar os servidores a respeito da importância de adotar um estilo de vida mais saudável, como estratégia de prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e daquelas relacionadas à saúde mental;

IV - Construir e consolidar o conhecimento sobre a relação entre alimentação, atividade física, autocuidado e fatores psicossociais na prevenção ou surgimento de doenças como a obesidade e suas comorbidades;

V - Esclarecer e informar como deve ser uma alimentação adequada e saudável, desestimulando a adoção de dietas da moda por parte dos servidores;

VI - Melhorar os hábitos alimentares dos servidores, bem como estimular a prática de atividade física e cuidados gerais com a saúde física e mental;

VII - Discutir como os fatores emocionais e comportamentais interferem na adoção de hábitos de vida saudáveis, na promoção à saúde e na melhoria da qualidade de vida.

Entre os resultados observados destacamos:

I - Maior conscientização por parte dos servidores em adotar um estilo de vida mais saudável, dentro de cada meta individual traçada no início do projeto, para melhorar a saúde e a qualidade de vida;

II - Compreensão por parte dos servidores sobre os possíveis fatores de riscos que levam ao desenvolvimento das doenças crônicas relacionadas à obesidade e sobrepeso, bem como as estratégias de prevenção e/ou controle das mesmas;

III - Entendimento da importância e influência dos fatores emocionais e comportamentais na obtenção dos resultados individuais almejados;

IV - Motivação dos servidores para iniciar mudanças nos hábitos alimentares, para praticar atividade física regular e exercer o autocuidado como forma de reduzir o peso corporal, perímetro de cintura e melhorar outros indicadores de saúde.

O cronograma ficou dividido em 7 encontros, conforme descrição abaixo:

1º Encontro dia 05/04/2017 – Apresentação do projeto (expectativas dos participantes, aferição da pressão arterial e glicemia de jejum, agendamento de atendimento individual da enfermagem e mensurações de medidas antropométricas);

2º Encontro dia 26/04/2017 – Nutrição (palestra, agendamento dos atendimentos nutricionais individuais e mensurações de medidas antropométricas);

3º Encontro dia 18/05/2017 – Psicologia (palestra, agendamento dos atendimentos psicológicos individuais e mensurações de medidas antropométricas);

4º Encontro dia 07/06/2017 – Assistente Social (palestra, agendamento dos atendimentos sociais individuais e mensurações de medidas antropométricas)

5º Encontro dia 21/06/2017 – Educador Físico (palestra, dinâmica de grupo e mensurações de medidas antropométricas)

6º Encontro dia 05/07/2017 – Médico (palestra, agendamento dos atendimentos clínicos individuais e mensurações de medidas antropométricas)

7º Encontro dia 09/08/2017 – Mensurações de medidas antropométricas, aferição da pressão arterial e glicemia de jejum, avaliação do projeto e lanche compartilhado.

2. Programa de acompanhamento ao servidor com excesso de peso, diabetes, hipertensão arterial e dislipidemia.

O objetivo do programa é promover a aprendizagem sobre a saúde e a prática do autocuidado em servidores do IFES diagnosticados com sobrepeso/obesidade, dislipidemia, diabetes *mellitus* e/ou hipertensão arterial sistêmica, além de reduzir as complicações crônicas decorrentes dessas enfermidades por meio do atendimento clínico individualizado.

O público alvo são servidores do IFES diagnosticados com sobrepeso/obesidade, dislipidemias, diabetes *mellitus* e/ou hipertensão arterial sistêmica. O programa teve início em novembro de 2016 e não apresentará data de término, sendo uma atividade de intervenção e monitoramento contínuos. O servidor será acompanhado periodicamente até o momento em que estiver apto a receber a alta nutricional e de enfermagem, ou quando o mesmo solicitar a sua saída do programa ou quando chegar o momento de sua aposentadoria.

O acompanhamento clínico individualizado ocorre por meio da atuação de sua equipe multiprofissional, principalmente da enfermeira e nutricionista. Já foram atendidos 30 servidores dos diversos campi e, atualmente, 18 servidores estão em acompanhamento permanente.

Espera-se que, por meio deste programa, os participantes:

- Melhorem o peso corporal, o perfil lipídico, as taxas de glicemia e os níveis pressóricos dentro dos padrões de normalidade.
- Aprendam e pratiquem o autocuidado.
- Adotem um estilo de vida saudável e hábitos alimentares adequados para o controle das enfermidades em questão.
- Reduzam os riscos de comorbidades associadas ao excesso de peso, dislipidemia, diabetes mellitus e/ou hipertensão arterial sistêmica e, assim, melhorem sua qualidade de vida.

3. Campanha de vacinação contra gripe

Considerando a gripe uma doença de alta transmissibilidade, é necessário estabelecer medidas de prevenção da sua propagação no ambiente de trabalho, sendo esta campanha uma extensão das atividades voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida dos nossos servidores. Busca-se com tal medida minimizar o índice de adoecimento e absenteísmo do quadro de servidores do IFES lotados na Reitoria, embora esta campanha também aconteça em outros campi de forma descentralizada, em que a CASS, neste caso, atua como suporte técnico por meio do profissional de enfermagem.

Ressalta-se que a vacina deve ser administrada antes do começo da temporada da gripe (meses de inverno), geralmente no período do outono. Assim, no mês de abril de 2017 a CASS promoveu tal campanha de vacinação na Reitoria, terceirizando o fornecimento e aplicação da vacina de prevenção da gripe em adultos, alcançando a imunização de 110 servidores.

4. Setembro amarelo

O Setembro Amarelo é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o intuito de alertar a população a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção.

Neste sentido, a CASS em parceria com a Proen e os campi do Ifes realizaram durante todo o mês debates, rodas de conversa, mesas-redondas, palestras, oficinas, exposições de filmes e reuniões com a comunidade acadêmica.

Na Reitoria foi realizada a roda de conversa “Prevenção do suicídio: vamos conversar sobre isso?”, que contou com a participação de 30 servidores e voluntários do Centro de Valorização da Vida

(CVV). Em parceria com a ACS foram disponibilizadas cartilhas de prevenção, folders e materiais pertinentes ao tema.

Essas atividades são de extrema relevância para aproximar a equipe de saúde e os servidores, principalmente ao se tratar de um assunto tão delicado, carregado de preconceito e desconhecimento. Assim, o diálogo e o compartilhamento de informações são essenciais para derrubar tabus e desmistificar o tema.

5. Outubro rosa

A campanha do Outubro Rosa é uma atividade de promoção à saúde que visa prevenir o câncer de mama acometido nas mulheres, abordando ainda outros tipos de cânceres mais comuns neste público. Assim em 2017, por meio da CASS e dos campi, foram organizadas ações de conscientização e prevenção ao câncer de mama em homenagem ao Outubro Rosa em parceria com a AFECC - Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer do Hospital Santa Rita de Cássia, que disponibilizou profissionais de saúde para realizar as palestras no Ifes e material educativo sobre o tema.

Houve uma ampla divulgação da ACS para os servidores das atividades programadas para o mês de outubro, participando das ações a Reitoria e os campi Barra de São Francisco, Cariacica, Linhares, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha e Vitória.

Cabe ressaltar que a campanha do Outubro Rosa possibilita desenvolver atividades voltadas para os servidores e alunos, envolvendo toda comunidade escolar na promoção da saúde.

6. Programa de acolhimento psicossocial aos candidatos no admissional

Desde dezembro de 2013 os candidatos convocados para assumir **cargos efetivos** no Ifes passam por uma entrevista com a equipe psicossocial da CASS. Entretanto, em função do quantitativo de pessoas atendidas e da importância e repercussão dessa atividade para a Instituição, em 2017 tal prática foi oficialmente considerada um dos Programas das CASS em andamento. Sendo assim, além do atendimento com o médico do trabalho, todos os candidatos, antes de tomar posse, submetem-se a uma entrevista com a psicóloga e com a assistente social da equipe.

Tal programa tem o objetivo de conhecer melhor os candidatos, abordando aspectos de saúde, família, vida social e profissional. Nesse momento, eles também são informados quanto ao funcionamento do serviço de saúde da Instituição, como projetos e possíveis atendimentos por parte da equipe de saúde, bem como orientados quanto aos afastamentos relativos à saúde e outros benefícios concedidos. Desta forma, a partir desse contato, a equipe pode estruturar melhor as ações de prevenção e promoção à saúde, além de permitir uma aproximação e acolhimento dos novos servidores.

Tabela 5.6: Atendimentos desde o início do programa de acolhimento psicossocial aos candidatos no admissional

ANO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS
2013	19
2014	282
2015	105
2016	218
2017	136

7. Elaboração da Minuta da PASS-IFES

A Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor (CASS), através de uma comissão composta por técnicos administrativos em educação e docentes, vem se reunindo **desde outubro de 2017** para elaborar uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho dos Servidores do IFES (PASS-IFES), a saber:

- 03/10/2017: reunião com a comissão composta por técnicos administrativos.
- 09/11/2017: reunião com a comissão composta por técnicos administrativos.
- 14/12/2017: reunião com a comissão composta por técnicos administrativos e docentes.

Tal política tem por objetivo a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida dos servidores, o acompanhamento de servidores com deficiência (PCD) e a prevenção de acidentes e danos à saúde advindos e relacionados ao ambiente de trabalho. A PASS-IFES também visa oferecer aos servidores, em particular gestores de pessoas e profissionais de saúde, um conjunto de parâmetros e diretrizes para nortear a elaboração de projetos e a consecução de ações de atenção à saúde do servidor.

Atualmente, a comissão está trabalhando na estruturação de uma minuta norteadora das ações em saúde e segurança do trabalho, em conformidade com as atribuições desta equipe técnica e da legislação vigente.

A PASS-IFES deverá seguir pelas seguintes etapas:

- I) Elaboração da Minuta (em execução)
- II) Realização de Encontros Multicampi
- III) Consulta Pública
- IV) Aprovação pelo Conselho Superior

Lembrando que a Comissão para elaboração da (PASS-IFES), foi instituída pelas seguintes portarias:

- Portaria nº 2018, de 22 de agosto de 2017;
- Portaria nº 2052, de 24 de agosto de 2017;
- Portaria nº 3458, de 5 de dezembro de 2017.

A elaboração dessa minuta configura-se num passo importante para dar início às ações em saúde e segurança do trabalho a serem contempladas na PASS-IFES, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida no trabalho e reforçar medidas de prevenção e/ou redução dos fatores de riscos relacionados à saúde que vem acometendo nossos servidores.

8. Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família

No ano de 2017 foram concedidas 12 remoções de servidores por motivo de saúde, sendo 2 remoções por motivo de doença do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas; e 10 remoções por motivo de doença do próprio servidor.

Política de Capacitação

A Instituição Federal de Ensino ainda não possui atualmente Política de Capacitação vigente. Contudo, a partir do “Projeto Salk”, realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), com o apoio da Diretoria de Planejamento (DPLA), por meio da Portaria nº 1.977, de 13/07/2016 foi criada a Comissão responsável pela criação da Política de Capacitação dos servidores do Ifes, a qual já passou por consulta pública junto à comunidade e atualmente aguarda deliberação junto ao Conselho Superior para aprovação. A designação da comissão responsável pela Política de Capacitação dos servidores do Ifes justificou-se pelos motivos abaixo listados:

1. Atendimento à legislação contida no Decreto nº 5.707/2006;
2. O alcance dos objetivos estratégicos e as metas organizacionais preestabelecidas no planejamento estratégico;
3. A organização dos critérios e objetivos para concessões de capacitação dentro do interesse institucional, e;
4. O atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

A comissão reuniu-se no decorrer do ano de 2016 e 2017, sendo que em virtude das diferentes visões entre os membros, dada sua diversidade, a construção do documento exigiu aprofundada análise e discussão em cada um dos tópicos. A comissão reconheceu diretamente os seguintes benefícios:

1. A adequação aos critérios e objetivos para concessões de capacitação observando o interesse institucional;
2. A conscientização da comunidade da importância da Política de Capacitação dos Servidores do Ifes;
3. Tornar os processos de capacitação do Ifes mais transparentes e democráticos;
4. O alinhamento das competências individuais e organizacionais;
5. O direcionamento para a implantação do Plano Anual de Capacitação;
6. Apoiar o recredenciamento do Ifes junto ao MEC;
7. A redução de questionamentos referentes aos procedimentos sobre a política de capacitação, e;
8. O atendimento com qualidade à demanda do Ifes.

Em relação a treinamento de pessoal, existem propostas de para implementação de cursos de ambientação e capacitação de servidores em parceria com o Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância. No momento as capacitações acontecem por iniciativa dos servidores, com o apoio do Ifes.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros abaixo tratam da força de trabalho no Ifes, com sua lotação distribuída entre área meio (atividades administrativas) e áreas finalísticas da instituição (aquelas vinculadas diretamente ao ensino, seja em sala de aula ou no suporte administrativo às atividades de ensino) num total de 2.971 servidores entre efetivos e temporários, de acordo com as informações prestadas pelos Campi e Reitoria.

O aumento na força de trabalho se deu principalmente devido às convocações de servidores em editais vigentes de concurso público dada a liberação de códigos de vagas pelo MEC.

Temos ainda o demonstrativo de cargos e funções de confiança perfazendo um total de 520 gestores distribuídos entre a Reitoria, Centro de Formação, Polo de Inovação e os campi do Ifes.

Quadro 50: Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	128	2971	216	153
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	128	2817	216	153
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	128	2794	212	151
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	3	2	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	18	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	154	124	105
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	128	2971	340	259

Quadro 51: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1084	1813
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1084	1813
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1074	1806
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	7
2. Servidores com Contratos Temporários	1	145
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	1086	1959

Quadro 52: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	134	66	64
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	134	66	64
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	128	62	64
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	5	4	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	1	0	0
2 Funções Gratificadas	24	386	221	206
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	385	221	206
2.2. Servidores de Carreira em Exercício	Não há	1	0	0

Quadro 52: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	520	287	270

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Os quadros abaixo trazem o demonstrativo das despesas de pessoal realizadas pela instituição e depende-se do comparativo com o ano anterior que houve um acréscimo nas despesas, o que se justifica pelo aumento do número de servidores no quadro de pessoal da instituição.

No caso dos servidores cedidos com ônus houve diminuição considerável na despesa haja vista que em 2016, tínhamos sete servidores cedidos durante todo o ano e, em 2017, apenas três servidores cedidos.

Quanto aos servidores sem vínculo, as despesas aumentaram mesmo mantendo o número de servidores do ano 2016, no qual são 10 servidores de carreira sem vínculo com órgão da unidade, dessa forma, observa-se que houve aumento principalmente nos valores pagos a título de vencimentos e vantagens fixas e nos benefícios assistenciais e previdenciários. As observações abaixo dos quadros auxiliam a compreensão dos valores descritos nas tabelas.

Quadro 53: Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	342.544.968,83	10.615.673,62	26.416.926,59	16.519.949,74	19.510.513,76	8.681.819,07	1.504.216,39	6.736.591,18	194.255,92	377.594.123,65
	2016	295.905.166,35	9.609.507,84	22.672.755,75	14.667.029,66	19.706.456,51	8.150.488,11	1.511.063,37	1.180.044,37	215.465,13	324.864.903,61
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	882.338,40	171.214,52	55.231,66	30.559,89	37.016,00	22.342,97	5.631,01	0,00	0,00	947.328,38
	2016	470.562,41	175.849,00	44.185,33	25.199,37	20.260,00	5.830,03	5.919,55	31.509,41	0,00	537.270,03
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	261.845,85	0,00	18.166,86	9.877,33	11.086,00	5.954,91	0,00	9.551,15	0,00	288.437,91
	2016	867.058,75	0,00	54.606,47	38.828,23	33.830,00	12.043,81	0,00	194,56	0,00	913.127,12
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	6.380.404,62	0,00	528.053,96	73.203,19	793.908,79	0,00	69.228,46	0,00	0,00	7.844.799,02
	2016	5.409.819,56	0,00	347.149,12	74.853,34	754.168,72	0,00	41.604,15	0,00	0,00	6.627.594,89

Fonte: Sistema SIAPE, SIAFI e SCDP.

OBS. 1: O Ifes possui 49 anistiados, sendo 43 do DNPM; 01 do Ministério de Minas e Energia; 01 do Ministério dos Transportes; 02 da CONAB e 02 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

OBS. 2: Em 2016, o Ifes teve o quantitativo de 10 servidores de carreira SEM VÍNCULO, sendo 02 servidores da AGU ocupando cargo de direção/função gratificada na Reitoria deste Instituto; 01 servidora do MEC ocupando função gratificada no Campus Serra; 01 servidor aposentado do Campus Serra do Ifes, ocupante de cargo de direção (CD-2) na Reitoria deste Instituto; 01 servidora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório da Reitoria deste Instituto; 01 servidora do Instituto Federal de Minas Gerais em exercício provisório no Campus Vila Velha, 01 servidor da Universidade Federal do Espírito Santo prestando colaboração técnica no Campus Montanha; 01 servidor do Instituto Federal de Brasília prestando colaboração técnica no Campus São Mateus; 01 servidor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais prestando colaboração técnica no Campus Piúma e 01 servidor do Instituto Federal do Amazonas prestando colaboração técnica no Campus Piúma.

OBS. 3: Em 2017, o Ifes teve o quantitativo de 10 servidores de carreira SEM VÍNCULO, sendo 02 servidores da AGU ocupando cargo de direção/função gratificada na Reitoria deste Instituto; 01 servidora do MEC ocupando função gratificada no Campus Serra; 01 servidor aposentado do Campus Serra do Ifes, ocupante de cargo de direção (CD-2) na Reitoria deste Instituto; 01 servidora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório da Reitoria deste Instituto; 01 servidora do Instituto Federal de Roraima prestando colaboração técnica no Campus Vila Velha; 01 servidor da Universidade Federal do Espírito Santo prestando colaboração técnica no Campus Montanha; 01 servidor do Instituto Federal de Brasília prestando colaboração técnica no Campus São Mateus; 01 servidor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais prestando colaboração técnica no Campus Piúma e 01 servidor do Instituto Federal do Amazonas prestando colaboração técnica no Campus Piúma.

OBS. 4: Em 2016, o Ifes teve o quantitativo de 07 servidores cedidos com ônus.

Em conformidade com o inciso II, artigo 1º do Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, consideramos como “servidores cedidos com ônus” aqueles servidores cedidos pelo Ifes, a qualquer outro órgão ou entidade, da administração pública ou não, para ocuparem cargo em comissão ou função de confiança no órgão cessionário, cujo ônus da remuneração tenha permanecido com o órgão cedente (Ifes). Não consideramos, por exemplo, servidores requisitados para outro órgão, cujo ônus da remuneração tenha permanecido com o órgão requisitado (Ifes).

OBS. 5: Em 2017, o Ifes teve o quantitativo de 03 servidores cedidos com ônus.

Em conformidade com os artigos 2º e 8º do Decreto nº 9.144, de 22/08/2017, que revogou o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, consideramos como “servidores cedidos com ônus” aqueles servidores cedidos pelo Ifes, a qualquer outro órgão ou entidade, da administração pública ou não, para ocuparem cargo em comissão ou função de confiança no órgão cessionário, cujo ônus da remuneração tenha permanecido com o órgão cedente (Ifes). Não consideramos, por exemplo, servidores requisitados para outro órgão, cujo ônus da remuneração tenha permanecido com o órgão requisitado (Ifes).

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Foram elencados alguns riscos e desafios, bem como possibilidades para a área de Gestão de Pessoas. Percebem-se riscos iminentes dada a incapacidade de cumprir cabalmente com algumas atribuições devido ao dimensionamento de servidores em decorrência de, principalmente, não completude dos quadros de pessoal, férias e movimentações diversas.

Em virtude de algumas movimentações, em algumas das vezes fora da previsibilidade da Administração, alguns desafios são postos, como é o caso de ingresso de novos servidores, que requer tempo para que absorvam as informações de forma holística sobre as particularidades da área de pessoal.

Por outro lado, a instituição investe em treinamentos principalmente internos visando o compartilhamento e padronização dos procedimentos, com vistas ao gerenciamento adequado da área de gestão de pessoas.

A disseminação de legislações para atendimento padronizado aos servidores entre as unidades de gestão de pessoas, em alguns momentos, têm sido um desafio. Contamos com o fórum de gestão de pessoas, que é um órgão de assessoramento, consulta e normatização do Ifes, e tem por finalidade a orientação e formulação de propostas de políticas relacionadas à área de gestão de pessoas. Nos momentos de reunião do FGP-Ifes discute-se a aplicação da legislação e operacionalização dos processos para buscar uniformidade nas ações.

Também, utiliza-se o e-mail institucional onde são repassadas informações sobre a atualização de legislação pertinente à área, principalmente as Orientações Normativas e Notas Técnicas disponibilizadas pelo Canal Segep nas resenhas de matérias de pessoal.

São feitos encontros de Gestão de Pessoas para buscar uniformidade de ações e aprimoramento de gerir pessoas e conflitos, entretanto falta a manualização de vários procedimentos.

Outro desafio constante é o fato de, apesar de o Ifes ter aproximadamente 10 anos, a junção das quatro ex-autarquias (Cefetes e Escolas Agrícolas) constrói uma instituição ímpar e em busca de identidade institucional. Tem-se um volume de trabalho diverso associado a contextos escolares completamente diversificados (escolas industriais, escolas-fazenda, campi em implantação) e formas de trabalho e cultura de gestão de pessoas em processo de uniformidade.

Ainda, o envio de autos processuais por malotes via correios também é um desafio a ser considerado. Com vistas a mitigá-lo, tem sido implantadas ferramentas do SIG para facilitar o uso dos dados e otimizar o trabalho. Já foi implantado o memorando eletrônico e está em fase de implantação o processo eletrônico. Um dos problemas acerca dos trâmites se dá pela quantidade de dados pessoais sigilosos que os processos de gestão de pessoas abarcam.

Uma fronteira a ser enfrentada é a estruturação de processos de governança de pessoal e acompanhamento sistematizado para nortear e melhorar as ações.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O Instituto Federal do Espírito Santo realizou convênio com a Super Estágios até o dia 31/07/2017 e após esta data realizou convênio com a empresa Agiel, empresa de contratação de estagiários. Essa empresa capta os estagiários no mercado de trabalho para as áreas de interesse solicitadas pelo Instituto e nos informa os dados dos interessados para entrevista.

Para contratação de estagiários tomamos como base legal a lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. São contratados estagiários de nível médio, técnico e superior, que estejam regularmente matriculados em escolas reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2017 tínhamos um quantitativo de 326 estagiários contratados ativos, sendo 230 de nível superior e 96 de nível médio. Deste quantitativo aproximadamente 162 estagiários estão na área meio e na 164 área-fim, partindo-se do princípio que a área meio são àquelas ligadas aos setores administrativos e área-fim, setores ligados à área de ensino.

Fazendo um comparativo da evolução das quantidades e das despesas com estagiários nos últimos anos, em 2014 o quantitativo era de 500 estagiários (mês de referência dezembro), totalizando um gasto total de R\$ 2.911.528,19; em 2015: 560 estagiários (dezembro) e um gasto total de R\$ 3.415.531,03; no ano de 2016, um quantitativo de 422 estagiários (dezembro) e um gasto total de R\$ 3.361.797,90; e no ano de 2017 um quantitativo de 326 estagiários (dezembro) e um gasto total de R\$ 1.923.113,85, conforme planilha que segue em anexo com detalhamento do gasto mensal.

O quantitativo de estagiários no Órgão pode corresponder, no máximo a 20% do quantitativo total de servidores, observada a dotação orçamentária disponível para esta finalidade. Sobre o quantitativo máximo de estagiários que pode ser contratado, aplicam-se os seguintes percentuais:

I – 50% de estagiários de nível superior, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

II – 25% para estagiários de nível médio, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

III – 25% para os estudantes de educação profissional e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de jovens, com idade superior a 16 anos e adultos, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência.

Quadro 54: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal do Espírito Santo						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviço de agente de integração com a finalidade de admitir estagiários de nível superior, médio, técnico e da educação de jovens e adultos de Instituições de ensino reguladores, públicas ou privadas para o Ifes.	Super Estágios – 11.320.576/0001-52	04/07/2012	04/07/2017 Prorrogado até 31/07/2017 por motivo de transição de empresas.	Médio, técnico e superior	E
2017	Prestação de serviço de agente de integração com a finalidade de admitir estagiários de nível superior, médio, técnico e da educação de jovens e adultos de Instituições de ensino reguladores, públicas ou privadas para o Ifes.	AGIEL – 01.406.617/0001-74	04/08/2017	Doze meses podendo ser prorrogado por até o limite de sessenta meses.	Médio, técnico e superior	A

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnico com organismos internacionais

Não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnico com organismos internacionais no ano de 2017.

5.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

As informações abaixo descritas, que abordam o item supracitado foram oferecidas pela PROAD.

Campus Alegre

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Suporte à execução das atividades-fim; suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo, ensino, pesquisa e extensão.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Total: 15 veículos, sendo:
 - 09 veículos de serviços comuns (transporte de pessoal a serviço);
 - 04 Transporte de carga leve;
 - 02 transportes de carga pesada;
 - Classificação: Veículos de Transporte Institucional.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de transporte institucional: 9.802,20 km (aproximadamente).
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 12,46 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Custo Médio por Veículo de R\$ 4.790,48.
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há por restrição orçamentária e legislação de limitação de gastos com a aquisição.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Na região de interior o serviço de locação é mais oneroso.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - Planilha de Controle e Sistema Informatizado de Gestão de Consumo e Manutenção. Está em implantação o Sistema de Gestão de Frota do Ifes de forma integrada.

Campus Barra de São Francisco

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Decreto nº 6.403/2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- A frota de veículos do campus é de suma importância no assessoramento de atividades que exijam o deslocamento do servidor, ou mesmo o transporte de materiais, ambos destinados ao pleno desenvolvimento da atividade-fim do IFES.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
- A frota do IFES Campus Barra de São Francisco é composta por 3 (três) veículos oficiais, conforme tabela abaixo:

Quadro 55: Descrição de veículo oficial - HB20S - Campus Barra de São Francisco

MINISTÉRIO/ÓRGÃO/ENTIDADE: Instituto Federal do Espírito Santo		
ESPÉCIE	MARCA	MODELO
1-PASSAGEIRO	HYUNDAI	HB20S C.STYLE/C.PLUS1.6 FLEX 16V AUT. 4P
COR	ANO FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
PRETA	2014	GASOLINA/ETANOL
TIPO DE USO (GRUPO)		
III - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL e IV - VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS		
PLACA ATUAL	LOCALIZAÇÃO DA PLACA	LOCALIDADE DO VEÍCULO
PPA-0104	VITÓRIA/ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO
CHASSI	POTÊNCIA	CÓDIGO RENAVAM
9BHBG41DBF	---	102841048

Quadro 56: Descrição de veículo oficial - Frontier - Campus Barra de São Francisco

MINISTÉRIO/ÓRGÃO/ENTIDADE: Instituto Federal do Espírito Santo		
ESPÉCIE	MARCA	MODELO-
-	NISSAN	Frontier XE CD 4x4 2.5 TB Diesel 4P
COR	ANO FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
PRETA	2012	DIESEL S10
TIPO DE USO (GRUPO)		
III - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL e IV - VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS		
PLACA ATUAL	LOCALIZAÇÃO DA PLACA	LOCALIDADE DO VEÍCULO
MTX-6018	VITÓRIA/ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO
CHASSI	POTÊNCIA	CÓDIGO RENAVAM
94DVCUD40DJ240803	---	496501453

Quadro 57: Descrição de veículo oficial - Hilux - Campus Barra de São Francisco

MINISTÉRIO/ÓRGÃO/ENTIDADE: Instituto Federal do Espírito Santo		
ESPÉCIE	MARCA	MODELO
1-PASSAGEIRO	TOYOTA	Hilux CD D4-D 4x4 2.5 16V 102cv TB Dies.
COR	ANO FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
BRANCA	2009	DIESEL S10/DIESEL ADITIVADO
TIPO DE USO (GRUPO)		
III - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL e IV - VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS		
PLACA ATUAL	LOCALIZAÇÃO DA PLACA	LOCALIDADE DO VEÍCULO
MSW-6831	VITÓRIA/ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO
CHASSI	POTÊNCIA	CÓDIGO RENAVAL
8AJFR22G7A4540749	128	193192357

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

- Quilômetros rodados por veículo: 15.447 km/veículo.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

- Veículos oficiais: 5,67 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota:

Quadro 58: Custos associados à manutenção da frota - Campus Barra de São Francisco

Veículo	Combustível	Manutenção preventiva e corretiva	Seguro obrigatório (DPVAT)	Seguro Veicular
HYUNDAI HB20	R\$ 13496,49	R\$ 8.745,98	R\$ 239,91	R\$ 1.613,10
NISSAN FRONTIER			R\$ 242,88	R\$ 3.483,03
*TOYOTA HILUX			-----	-----

g) Plano de substituição da frota:

- O Campus não tem planos a médio prazo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

- Não utilizamos locação de frota, pois o impacto que um contrato de locação terá no orçamento de custeio para manutenção das atividades desta UJ é muito elevado.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- **Sistema informatizado de agendamento para utilização dos veículos oficiais (Sistema SIPAC):** sistema utilizado pelo IFES Campus Barra de São Francisco, através do qual cada chefia realiza o agendamento do veículo, solicitação esta que é analisada por servidor da Coordenadoria de Serviços Auxiliares e Transporte, podendo ser autorizada ou negada, conforme a disponibilidade ou não do veículo, sempre levando em conta o princípio da economicidade.

- **Planilha de Agendamento:** Planilha preenchida pela Coordenadoria de Serviços Auxiliares e Transporte, contendo informações referentes ao deslocamento realizado, tais como data, horários de saída e chegada, condutor, beneficiado, destino e finalidade do deslocamento.
- **Controle de Saída de Veículos Oficiais:** formulário preenchido pelos vigilantes do IFES Campus Barra de São Francisco a cada vez que há movimentação do veículo oficial, ou seja, controla a entrada e a saída dos veículos oficiais do campus. As informações contidas neste formulário são: data e hora de saída e chegada, destino, veículo e nome do servidor condutor, Km inicial e Km final.

Campus Cachoeiro de Itapemirim

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- A Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008 dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências. O Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Art. 10 do Decreto nº. 6.403, de 17 de março de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- O Ifes Campus Cachoeiro de Itapemirim possui uma frota de 06 veículos, entre van, caminhonete e veículos de passeio. Esta frota atende as mais diversas atividades do Instituto, com veículos de vários anos de fabricação, fabricantes, modelos, estado de conservação e utilização, que almeja garantir à infraestrutura apropriada às atividades administrativas, porém, em condições de circulação temos apenas três veículos; apesar do quantitativo, atende satisfatoriamente nosso Campus.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ / Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos / Idade média da frota, por grupo de veículos / Custos associados à manutenção da frota

Quantidade de veículos	Média anual de km rodado	Idade média da frota	Gasto com Combustíveis	Gasto com Manutenções e Revisões	Gasto com Seguro obrig.	Gasto com Seguro
6	4664	14,5	9.954,35	4.972,46	4.063,48	0,00

- d) Plano de substituição da frota:
- Em nossa atual frota, a necessidade maior que existe é o desfazimento de três veículos que não estão em boas condições de uso. Há o planejamento desse desfazimento. Quatro de nossos seis veículos não foram de nossa escolha a aquisição, sendo enviados para o Campus Cachoeiro de Itapemirim à época de sua fundação para o auxílio nas atividades.
- e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
- Último veículo adquirido no ano de 2012, uma frota antiga e precisamos de um veículo mais novo. Será feita análise da necessidade de aquisição de novo veículo, porém, com os cortes orçamentários, realidade ainda distante. A frota com idade média de 15,5 anos, cada vez mais utilizamos custeio para manutenção dos mesmos, sendo, cada dia, mais necessária.

f) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- O Instituto Federal dispõe de um Sistema de Gerenciamento da Frota de Veículos (Sipac - Transporte), com vistas a buscar sua melhor operacionalização e racionalidade, adequando esta atividade às competências institucionais e à legislação em vigor.

Neste programa estão informações que permitem melhor programação e controle do uso dos veículos, bem como facilitar a execução das rotinas de agendamento dos serviços, de emissão do Controle de Circulação de Veículos e de acompanhamento de todas as intervenções realizadas, (manutenção, abastecimento, lavagens e lubrificações). Dispomos ainda do sistema da própria empresa que fornecem abastecimento de combustível ao nosso Campus, aumentando assim o rigor no controle.

Campus Centro-Serrano

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Resolução do Conselho Superior nº 18/2014 de 23/05/2014.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

- Os veículos são fundamentais para o desenvolvimento de atividades na instituição, pois são utilizados no transporte de servidores a serviço, principalmente em função da localização do campus.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

- 04 veículos de transporte institucional.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

- Veículos de transporte institucional: 9.950 km/ano (aproximadamente).

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

- Veículos de serviços comuns: 7 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota:

- Custo médio por veículo de transporte institucional = R\$ 5.749,70.

g) Plano de substituição da frota:

- Não existe previsão para substituição, uma vez que a média de idade da frota é baixa..

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

- Conveniência e baixo volume de utilização, a locação de veículos acarretaria um custo alto para esta administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Planilha de controle e sistema informatizado de gestão e utilização dos veículos, e dos gastos com combustíveis.

Campus Guarapari

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Suporte à execução das atividades-meio e fim do Campus. Serve de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino, principalmente para as atividades Institucionais realizadas nos diversos Campi e Reitoria do Instituto.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - 03 veículos de serviços comuns.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 20.000 KM (aproximadamente).
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 5 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Os gastos foram de R\$ 18.864,10 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), sendo:
 - R\$ 12.752,72 (doze mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos) referente à combustível;
 - R\$ 4.089,89 (quatro mil e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos) referente a seguros;
 - R\$ 1.383,45 (mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos) referente a taxas;
 - R\$ 638,04 (seiscentos e trinta e oito reais e quatro centavos) referente manutenção corretiva e preventiva.
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Não há.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - O controle é efetuado através de formulário que fica no interior dos veículos, no qual são registradas as informações da utilização, como hora, data, condutor, destino, quilometragem etc. Possuímos também um contrato de gestão de frota dos veículos que permite que o abastecimento e as manutenções, sempre que possível sejam realizados nos estabelecimentos com menores preços.

Campus Ibatiba

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Resolução do Conselho Superior nº 18/2014 de 23/05/2014.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- Os veículos são fundamentais para o desenvolvimento de atividades na instituição, pois são utilizados no transporte de servidores a serviço.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
- Total de 04 veículos de transporte institucional.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
- Veículos de transporte institucional: média de 13.000 km por veículo, totalizando 52.000 km/ano.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
- Veículos de serviços comuns: 7,5 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
- R\$ 38.310,56 de combustível e manutenção;
 - R\$ 7.973,84 de seguro;
 - Aproximadamente R\$ 50.000,00 do contrato do serviço de motorista;
 - Total: R\$ 96.284,40.
- g) Plano de substituição da frota:
- Não existe previsão para substituição, uma vez que a média de idade da frota é baixa.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
- Conveniência e baixo volume de utilização, e a locação de veículos acarretaria um custo alto para esta administração.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
- Planilha de controle e sistema de gerenciamento de frota no gastos com combustíveis.

Campus Itapina

A frota de veículos é de suma importância, pois o *campus* possui um perfil de fazenda com 315 hectares, composto por alunos internos, unidades de produção que dependem muito de vários tipos de transporte, visitas técnicas, reuniões administrativas e pedagógicas semanalmente na reitoria e assim sucessivamente.

O *campus* possui planilhas e programas de cálculos das médias, dos gastos de acordo com as manutenções e fichas de controles de saídas dos veículos. A frota é substituída de acordo com a sua eficiência e disponibilidade orçamentaria.

A unidade adota um sistema de agendamento de solicitações para que possa atender de forma bem eficiente a comunidade escolar.

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Suporte à execução das atividades-fim; suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo, ensino, pesquisa e extensão.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Total de 26 veículos de serviços comuns, sendo:
 - 18 veículos de serviços comuns carga leve;
 - 04 Transporte de pessoal a serviço carga pesada;
 - 04 Transporte de carga pesada.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns carga leve: 20.240 km/ano;
 - Transporte de pessoal a serviço carga pesada: 25.010 km/ano;
 - Transporte de carga pesada: 5.183 km/ano.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns carga leve: 12,37 anos;
 - Transporte de pessoal a serviço carga pesada: 13,66 anos;
 - Transporte de carga pesada: 27,66 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - R\$160.365,94 (cento e sessenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há por restrição orçamentária.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Na região de interior o serviço de locação é mais oneroso.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - O controle é efetuado através de formulários e fichas próprios.

Campus Linhares

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Decreto nº 6.403/2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Os veículos oficiais são de fundamental importância para execução da missão institucional, pois permite o desenvolvimento de atividades voltadas ao ensino e à pesquisa, sobretudo aquelas que necessitam ser desempenhadas externamente. Também auxilia no atendimento das demandas administrativas relacionadas à manutenção e garantia para conservação da Instituição.

A frota do campus é utilizada em atendimento a inúmeras rotinas, tais como: participações em reuniões em outros campi; visitas domiciliares; participação em eventos e seminários; visitas a empresas privadas em busca de parcerias, entre outros.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

- 02 veículos de transporte institucional:

Quadro 59: Descrição dos veículos de transporte institucional do campus Linhares

	Descrição/ano	Combustível	Placa
01	Toyota HILUX CD 4X4, cor branca, ano fabricação/modelo 2009/2010	Diesel	MSW6835
02	HYUNDAI/HB20, 1.6 A, cor branca, ano fabricação/modelo 2014/2015	Álcool/gasolina	PPA0103

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

Quadro 60: Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos - Campus Linhares

Veículo	Movimentação do hodômetro em 2017 (inicial e final)	Total de quilômetros rodados em 2017
HB20	De 42.216 a 62.117	19.901 Km
HILUX	De 117.260 a 124.695	7.435 Km
TOTAL		27.336 Km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

- Veículos da frota institucional: 6 anos

f) Custos associados à manutenção da frota:

Gastos com veículos oficiais	
Manutenção/ revisão	R\$ 6.052,38
Combustível	R\$ 9.337,96
Seguro HB20	R\$ 499,99
Seguro HILUX	R\$ 936,73
TOTAL	R\$ 16.827,06

g) Plano de substituição da frota:

- Não existe previsão para substituição de frota, uma vez que os veículos possuem uma média de idade baixa e ainda atendem as necessidades do campus.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

- A política de utilização de frotas do Instituto Federal do Espírito Santo é de aquisição em detrimento da locação, tendo em vista estudos anteriores que comprovam a vantagem em adquirir os veículos, em vez de locá-los.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- O gerenciamento da utilização dos veículos, como também as manutenções fica centralizada na Coordenadoria de Serviços Auxiliares e Transporte. Atualmente, o setor

utiliza para controle de gastos, planilhas, porém processo de informatização, através do SIG módulo transporte, já foi iniciado.

Campus Montanha

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. As compras dos veículos oficiais foram realizadas a partir de demandas do Campus Montanha para transporte de servidores em deslocamentos municipais e intermunicipais, sua utilização é gerenciada pela Coordenadoria de Engenharia e Manutenção, que registra os agendamentos, mediante requisições por e-mail, para servidores que possuem portaria para dirigir os veículos oficiais.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - O Campus Montanha é um Campus Agrícola e portanto demanda de vários deslocamentos de itens de médio porte de um canto a outro do instituto, deslocamento realizado pelos veículos oficiais. Temos ainda que o Campus Montanha está distanciado da Reitoria – Vitória-ES -a mais de 300 Km fazendo necessário os veículos para permitir o transporte de servidores em reuniões e outros eventos institucionais na Capital do Estado.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Atualmente o Campus Montanha dispõe de 02 veículos oficiais, Amarok OVK 1539 e OYE 3401, sendo utilizados como veículo de transporte institucional.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - OYE 3401 rodagem de 41.000 Km;
 - OVK 1539 de 26.000 Km.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Os dois veículos foram adquiridos no ano de 2014.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Gastos com combustível: R\$ 23.837,60;
 - Gastos com Manutenções e Revisões Periódicas: R\$ 17.864,74;
 - Gastos com Seguro R\$ 1.600,00;
 - Os cuidados com manutenção dos veículos oficiais e o gerenciamento da utilização dos veículos, esta a carga da Coordenadoria de Engenharia e Manutenção do Campus.
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há necessidade de troca de veículos da frota visto que são novos, há entretanto necessidade de aquisição de, pelo menos, mais um veículo.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - A política de utilização de frotas do Instituto Federal do Espírito Santo é de aquisição em detrimento da locação, tendo em vista estudos anteriores que comprovam a vantagem em adquirir em vez de locar.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- O gerenciamento da utilização da frota é centralizada na Coordenadoria de Engenharia e Manutenção, portanto as solicitações realizadas por mais de um servidor para o mesmo dia é possível que o transporte seja realizado por apenas um veículo, transportando até 05 servidores com destinos compatíveis.

Campus Nova Venécia

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Decreto Nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 da Presidência da República e Resolução Do Conselho Superior Nº 18/2014 De 23/05/2014
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Os veículos são fundamentais para o desenvolvimento de atividades na instituição, pois são utilizados no transporte de servidores a serviço, principalmente quando há reuniões na Reitoria que está a aproximadamente 260 km do campus Nova Venécia.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - 02 veículos de transporte institucional, sendo:
 - 01 Ford Ranger – ano 2007/2008
 - 01 Chevrolet Cruze – ano 2014
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de transporte institucional: 15.709 km/ano.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de transporte institucional = 6,5 anos
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Veículos de transporte institucional = custo médio por veículo – R\$ 7.931,00
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não existe previsão de substituição, mas sim de aquisição de mais um veículo, pois apenas dois não estão atendendo às demandas do campus.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Conveniência e baixo volume de utilização, e a locação de veículos acarretaria um custo alto para esta administração.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - Planilha de controle e sistema informatizado de gestão e utilização dos veículos, e dos gastos com combustíveis.

Campus Piúma

- j) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de Maio de 2008.
- k) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

- Suporte à execução das atividades-meio e fim do Campus;
 - Serve de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino, principalmente para as atividades Institucionais realizadas nos diversos Campi e Reitoria do Instituto.
- l) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
- Total de 02 veículos de serviços comuns
- m) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
- Veículos de serviços comuns: 32.000 km/ano (aproximadamente)
- n) Idade média da frota, por grupo de veículos:
- Veículos de serviços comuns: 5 anos
- o) Custos associados à manutenção da frota:
- Os gastos foram de R\$ 24.523,65 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), sendo:
 - R\$ 15.717,33 (quinze mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos) referente a combustível;
 - R\$ 3.796,73 (três mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos) referente a manutenção corretiva e preventiva
 - R\$ 5.009,59 (cinco mil e nove reais e cinquenta e nove centavos) referente ao seguro.
- p) Plano de substituição da frota:
- Não há.
- q) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
- Não há.
- r) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
- O controle é efetuado através de formulário que fica no interior dos veículos, no qual são registradas as informações da utilização, como hora, data, condutor, destino, quilometragem etc. Possuímos também um contrato de gestão de frota dos veículos que permite que o abastecimento e as manutenções, sempre que possível sejam realizados nos estabelecimentos com menores preços.

Campus Santa Teresa

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- Suporte à execução das atividades-fim, impactando nos serviços de apoio a gestão e funcionamento do campus Santo. Serve ainda de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
- 13 veículos de serviços comuns.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
- Veículos de serviços comuns: 5.905 km/veículo, totalizando 76.765 km/ano.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
- Veículos de serviços comuns: 10,76 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
- Os gastos foram de aproximadamente R\$ 145.500,16 (cento e quarenta e cinco mil quinhentos reais e dezesseis centavos).
- g) Plano de substituição da frota:
- Não há.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
- Não há.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
- A solicitação de transporte deve ser autorizada pela Chefia Imediata do Servidor, a qual considera a real necessidade do serviço. As viagens para a capital, Vitória, são agendadas para segundas e sextas-feiras, visando atendimento a várias demandas em um único deslocamento.
- Existe um controle de quilometragem através de formulário que fica no interior dos veículos, no qual são registradas, pelo motorista, as informações da utilização, tais como: hora, data, condutor, destino, quilometragem, motivo do trajeto.

Campus São Mateus

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- Decreto nº 6.403/2008;
 - Instrução Normativa Nº 3, De 15 de maio de 2008;
 - Resolução do Conselho Superior Nº 18/2014 de 23/05/2014.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- A frota do campus é fundamental no suporte à execução das atividades-fim, auxiliando na realização de atividades cotidianas do âmbito administrativo e do ensino, também no transporte de servidores a serviço para reuniões e eventos institucionais em outras localidades.
- O Campus está localizado no interior do Estado, distante da Reitoria em mais de 220 Km, além de se encontrar distante do centro da cidade. Os veículos são de fundamental importância para execução da missão institucional, pois permite o desenvolvimento de atividades voltadas ao ensino e à pesquisa, sobretudo aquelas que necessitam ser desempenhadas externamente, além de auxiliar sobremaneira no atendimento das demandas administrativas no concerne à manutenção e garantia do mínimo para conservação do Campus.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

- A frota do IFES Campus São Mateus é composta por 4 veículos oficiais, conforme tabela abaixo:

Quadro 61: Quantidade de veículos e descrição - Campus São Mateus

N	Descrição/Ano	Combustível	Placa	Chassi
1	FORD Ranger XL 3.0 PSE 163 CV 4x2, cabine dupla, ano fabricação/modelo 2006/2007.	Diesel	MQO-7736	8AFER12P27J004088
2	Veículo Mercedes Benz Sprinter 312-D STD Turbo, capacidade para 16 lugares, 115 CV, cor branca, ar-condicionado, ano fabricação/modelo 2000/2001.	Diesel	MTK-7725	8AC6903411A551452
3	Veículo Volkswagen Voyage motor 1.6, potência mínima de 101 CV, freios ABS, direção hidráulica, ar-condicionado, air-bags frontais, 04 portas, vidros elétricos, travas elétricas nas 04 portas, sistema de alarme antifurto, som de fábrica, retrovisor com comando interno, capacidade para 05 lugares, cor branca, ano fabricação/modelo 2009/2010.	Gasolina / Etanol	MSO-8397	9BWDB45U3AT108729
4	HYUNDAI – HB20 1.6, cor branco, 4 portas, ano de fabricação/modelo 2015/2015, câmbio automático, Sedã, Flex, 115 CV, vidros e travas elétricas nas 4 portas, som de fábrica, sensor de estacionamento, sistema de alarme antifurto.	Gasolina / Etanol	PPA-0106	9BHBG41DBFP389694

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

Quadro 62: Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos - Campus São Mateus

Veículo	Movimentação do hodômetro em 2017 (inicial e final)	Total de quilômetros rodados em 2017 por veículo
Ford Ranger	-	-
Mercedes Sprinter	de 156.384 à 156.655	271
Volkswagen Voyage	de 166.816 à 181.113	14.297
Hyundai HB 20	de 46.232 à 61.110	14.878
Total de quilômetros rodados em 2017		29.446
Média anual de quilômetros rodados		7.361,5

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículo	Ano de fabricação / Ano modelo	Idade (anos)
Ford Ranger	2006 / 2007	12
Mercedes Sprinter	2000 / 2001	18
Volkswagen Voyage	2009 / 2010	9
Hyundai HB 20	2015 / 2015	3
Idade média da frota		10,5

- f) Custos associados à manutenção da frota:

Quadro 63: Custos associados à manutenção da frota: - Campus São Mateus

Veículo	Combustível	Revisão de garantia	Manutenção preventiva e corretiva	Seguro obrigatório (DPVAT)	Seguro Total
Ford Ranger	-	-	-	R\$ 242,88	-
Mercedes Sprinter	-	-	-	R\$ 328,89	R\$ 2.241,34
Volkswagen Voyage	R\$ 4.469,02	-	R\$ 2.468,23	R\$ 239,91	R\$ 1.022,99
Hyundai HB20	R\$ 5.434,48	R\$ 3.669,08	R\$ 1.532,00	R\$ 239,91	R\$ 1.235,67
TOTAL	R\$ 9.903,5	R\$ 3.669,08	R\$ 4.000,23	R\$ 1.051,59	R\$ 4.500,00
TOTAL DE CUSTO DA FROTA			R\$ 23.124,4		
CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO			R\$ 5.781,10		

Campus Serra

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Decreto 9.287 de 15 de fevereiro de 2018.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Suporte à execução das atividades-fim, impactando nos serviços de apoio a gestão e manutenção do funcionamento desta UJ. Serve ainda de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Total de veículos: 05 veículos; Sendo classificados, utilizados e caracterizados de acordo com a IN nº. 03/2008, conforme a seguir:
 - Total no Grupo de Serviços Comuns: 05 veículos. Utilização: No transporte de pessoal a serviço;
 - Transporte de pessoal: 02 veículos básicos (automóveis). Utilização: No transporte de pessoal a serviço
 - Transporte coletivo: 01 veículo (Van). Utilização: No transporte de carga e realização de atividades específicas;
 - Transporte de carga leve: 01 veículo (automóvel de carga – pick-up). Utilização: no transporte de carga e realização de atividades específicas
 - Atividades específicas: 01 veículo de tração (trator de rodas com roçadeira).
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 13.500 km (aproximadamente).
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 11,8 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:

- Os gastos foram de R\$ 17.485,78 (dezesete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos).
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Não utilizamos locação de frota, pois o impacto que um contrato de locação terá no orçamento de custeio para manutenção das atividades desta UJ é muito elevado.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - Existe uma coordenadoria que faz o controle dos agendamentos, das chaves e das saídas dos veículos com a finalidade de otimizar seu uso, aglutinando demandas. As solicitações ficam registradas em uma agenda, para que não ocorra de dois veículos se deslocarem para o mesmo destino, por solicitantes distintos. Além de servir para controle do deslocamento realizado.

As solicitações são feitas, preferencialmente, pelas Diretorias e Coordenadorias da UJ. Somente servidores autorizados por portaria interna do diretor geral ou do reitor podem dirigir os veículos, desde que devidamente habilitado.

O controle é efetuado através de formulário que fica no interior dos veículos, no qual são registradas, pelos motoristas, as informações da utilização, tais como: data, hora, condutor, destino, finalidade, quilometragem etc. Os deslocamentos também são controlados pelo setor de Vigilância da UJ a fim de assegurar as informações transcritas no formulário.

Implementado sistema informatizado de controle – SIG/SIPAC.

Campus Venda Nova do Imigrante

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Resolução do Conselho Superior nº 18/2014 de 23/05/2014, e Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Os veículos são fundamentais para o desenvolvimento de atividades na Instituição, uma vez que são utilizados no transporte dos servidores em serviço.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Veículos de transporte Institucional = 05 (cinco) veículos:
 - Chevrolet/Trailblazer LTZ/D4A
 - Ford/Fiesta Flex
 - Ford Focus 2l FC Flex
 - Nissan/ Frontier Xe 25X2
 - Mitsubishi L200
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de Transporte Institucional = Km médio por grupo = 9.664,60 Km/Ano.
 - Blazer - 6.838 km/Anual

- Fiesta - 2.562 km/Anual
 - Focus - 18.877 km/Anual
 - Frontier - 10.654 km/Anual
 - L200 - 9.392 km/Anual
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
- Veículos de Transporte Institucional = 5 anos
 - Blazer – 2014/2014 - 3 anos/uso
 - Fiesta - 2012/2013 - 4 anos/uso
 - Focus - 2011/2012 - 5 anos/uso
 - Frontier - 2008/2009 - 8 anos/uso
 - L200 - 2011/2012 - 5 anos/uso
- f) Custos associados à manutenção da frota:
- Veículos de transporte Institucional = Custo médio/veículo anual - R\$ 6.748,094
 - Manutenção/Combustíveis/Lubrificação = R\$ 24.872,47
 - Revisão Garantia = R\$ 1.688,00
 - Aquisição de Pneus = R\$ 2.480,00
 - Seguros = R\$ 4.700,00
 - Pessoal responsável = Não se aplica
 - Total: R\$ 33.740,47
- g) Plano de substituição da frota:
- Não existe previsão para substituição, já que a idade média da frota é baixa.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
- Conveniência e baixo volume de utilização, sendo neste caso em que a locação de veículos acarretaria um custo alto para este Campus.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
- Planilhas de controle e sistema informatizado de gestão e utilização dos veículos, e dos gastos com manutenção e combustíveis. E ainda, a solicitação e a liberação dos veículos são realizadas por meio do sistema do Ifes, SIPAC.

Campus Vila Velha

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 e Resolução do Conselho Superior nº 18/2014 de 23/05/2014.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
- Os veículos são fundamentais para o desenvolvimento de atividades na instituição, pois são utilizados no transporte de servidores a serviço.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Total de 03 veículos de transporte institucional
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de transporte institucional: 2.532 km/ano (aproximadamente)
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 8,33 anos
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Custo médio de R\$ 1.532,62 (mil quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos) por veículo, totalizando R\$ 4.597,86 (quatro mil quinhentos e noventa e sete e oitenta e seis).
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não existe previsão para substituição, uma vez que a média de idade da frota é baixa.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
 - Conveniência e baixo volume de utilização, e a locação de veículos acarretaria um custo alto para esta administração.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
 - Planilha de controle e sistema de gerenciamento de frota no gastos com combustíveis.

Campus Vitória

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Suporte à execução das atividades-fim, impactando nos serviços de apoio a gestão e funcionamento do campus. Serve ainda de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:
 - Total: 2 veículos de serviços comuns.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
 - Veículos de transporte institucional: 7.000 km (aproximadamente).
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
 - Veículos de serviços comuns: 10 anos.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
 - Custo Médio por Veículo de R\$ 7.746,00.
- g) Plano de substituição da frota:
 - Não há.